

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS
HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

NELSON JOÃO PEDRO SAÚTE

Crônica de uma Integração Imperfeita
O caso da privatização da gestão dos Portos e Caminhos de
Ferro em Moçambique
(2000-2005)

São Paulo
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

NELSON JOÃO PEDRO SAÚTE

Crônica de uma Integração Imperfeita
O caso da privatização da gestão dos Portos e Caminhos de
Ferro em Moçambique
(2000-2005)

v. 1

Dissertação apresentada a Faculdade
de Filosofia Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo para a
obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de Concentração: Sociologia
Orientador: Prof. Doutor
Ruy Gomes Braga Neto

São Paulo
2010

Nome: SAÚTE, Nelson João Pedro

Título: Crônica de uma integração imperfeita: o caso da privatização da gestão dos Portos e Caminhos de Ferro em Moçambique (2000-2005)

Dissertação apresentada à Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de
Mestre em Sociologia

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Ruy Gomes Braga Neto _____ Univeridade de São Paulo

Prof. Dr. Sedi Hirano _____ Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Omar Thomaz Ribeiro _____ UNICAMP

Para Ana Juliana
e para os nossos filhos
Mayisha Imara e Irati Michel

Agradecimentos

Devo muito à minha família o facto de ter prosseguido este objectivo. Ana Juliana e os nossos filhos queridos Mayisha e Irati aceitaram que eu me substraísse do seu convívio e compreenderam a minha ausência e sempre me apoiaram mesmo quando era muito difícil para todos.

Meus pais, Pedro e Alice, tal como meus irmãos, olharam para esta minha demanda com muita esperança e orgulho.

Tive apoio de muitos amigos, mas não queria deixar de citar aqueles que me acolheram em São Paulo, designadamente a Mafalda Mussengue, que me recebeu e me mostrou os primeiros caminhos; e Rita Chaves e José Luís Cabaço, que me albergaram, em sua casa, hoje minha também, onde beneficieei do calor da amizade e de uma excelente biblioteca.

Agradeço aos que me deram informações, tanto em entrevistas como em documentos, designadamente Abdul Magid Osman, Adelino Mesquita, António Sopa, Alberto Elias, Carlos Nuno Castel-Branco, Fernando Couto, José Luís Cabaço, Ricardo Daniel, Subaschandra Bhatt, Osório Lucas, entre tantos outros colegas e amigos. Agradeço a Guilherme Mussane pelas inúmeras vezes que me acalentou com a sua experiência e sua ajuda preciosa que me deu. Também agradeço ao Luís Vicente Baptista, meu mestre de sempre, a permanente iniciação sociológica.

Agradeço ao CFM, em especial ao seu presidente, Rui Fonseca, por me ter permitido estudar. Agradeço ao Ministério da Ciência e Tecnologia do meu país, ao CNPq, pela bolsa que tive e me permitiu frequentar a prestigiosa e prestigiante USP.

Por último, mas não em último: agradeço ao meu orientador, Prof. Doutor Ruy Braga, pela sua orientação profícua e proficiente, sua atenção extrema, sua dedicação e amizade. Devo e agradeço muito aos comentários dos Profs. Doutores Sedi Hirano e Omar Thomaz Ribeiro, cujos comentários, críticas e sugestões, na minha banca de qualificação, foram de extrema importância. Agradeço a todos os meus professores, que orientaram os seminários que frequentei e que foram absolutamente instigantes.

Resumo: Constitui o escopo deste trabalho o estudo da privatização, em regime de concessão, dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), no quadro do ajustamento da economia moçambicana, recorrentemente dependente, imposto pelo Banco Mundial e pelo FMI, como forma de a integrar no mundo globalizado dominado pelo neo-liberalismo, no período pós-guerra civil. O caso do CFM permite-nos iluminar uma realidade mais ampla e complexa, que é a dinâmica histórica, económica e social de Moçambique, realidade marcada por fortes tensões sociais num contexto de permanente e inquietante mudança.

Palavras-chaves: Portos e Caminhos de Ferro – Privatização - Moçambique

The scope of the present work comprises the study on privatization under the concessioning regime of the Ports and Railways of Mozambique within the context of economic structural adjustment recurrently dependent, imposed by the World Bank and IMF as a way to integrate it in a globalized world dominated by neo-liberal policies. The CFM case study allows us to scrutinize a wide and complex reality that is the historic, economic and social changes, a reality highlighted by social tensions in the context of permanent and changes.

Key words: CFM Ports and Railways - Privatization - Mozambique

SUMÁRIO

Introdução.....	9
O tema e a justificativa.....	14
Percurso metodológico.....	17
Capítulo I	
Matar o jacaré enquanto é pequeno.....	24
CFM: perspectiva histórica.....	24
A economia colonial.....	26
A luta armada e a opção socialista.....	30
A economia centralmente planificada.....	35
A guerra de sabotagem.....	37
A evolução dos tráfegos 1975-2005: leitura política, histórica e sociológica.....	40
Tráfego ferroviário.....	47
Tráfegos portuários.....	50
A sociologia das privatizações.....	53
Capítulo II	
Alguém abriu a porta para o feiticeiro.....	68
História de três concessões.....	68
<i>A concessão do Porto de Maputo.....</i>	<i>70</i>
<i>Concessão da Linha de Sena e Linha da Machipanda.....</i>	<i>79</i>
<i>Concessão do Porto de Nacala e da Linha do Norte.....</i>	<i>82</i>
O necessário contraditório.....	87
Capítulo III	
Interrogar os caminhos.....	97
<i>O Mineiro Moçambicano e a origem da dependência.....</i>	<i>97</i>
Subdesenvolvimento, periferia e dependência.....	102
Da periferia africana à dependência latino-americana.....	106
Moçambique como campo sociológico e uma aproximação metodológica ao Brasil.....	119
A dependência hoje e os padrões de acumulação em Moçambique.....	130
A gestão da dependência.....	134
A integração Imperfeita.....	147
Origens e problemas da mundialização financeira.....	147
A “volúpia” neoliberal.....	151
Banco Mundial e FMI: “ortodoxia dominante”.....	157
A crise da dívida.....	162
“O sacrifício do Terceiro Mundo”.....	164
A inserção imperfeita.....	168
Moçambique: o paradoxo dos números.....	170
Conclusão.....	175

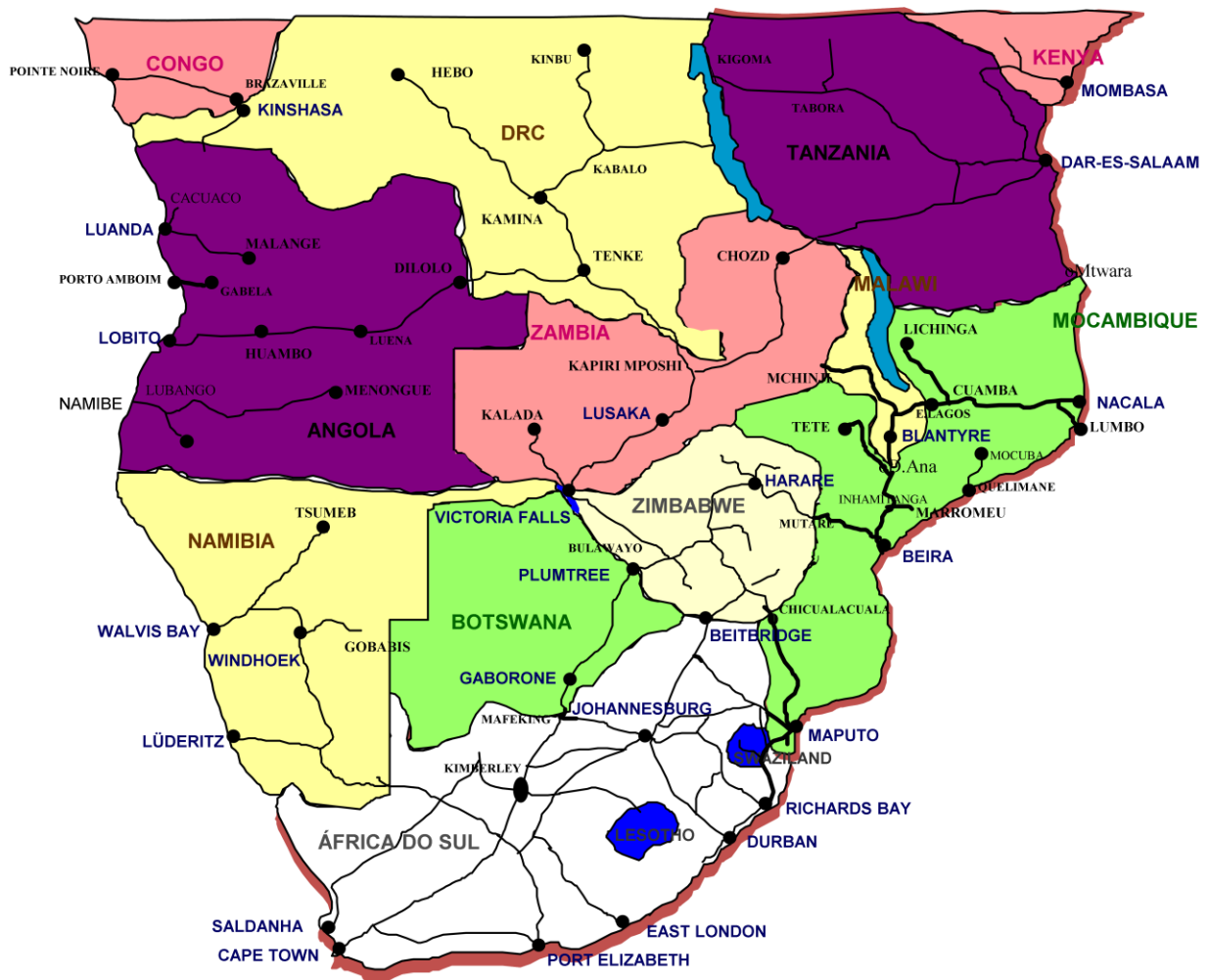


Figura 1: Mapa da África Austral mostrando a rede ferroviária (a negro) da região onde se vê a posição geo-estratégica de Moçambique

INTRODUÇÃO

A construção do objecto

Entre 1975 e 1980 vivi numa pequena, mas florescente, cidade do norte do país, chamada Nacala, conhecida também por Nacala Porto, por causa do seu porto, construído nos anos 50 e um verdadeiro entreposto comercial da região centro-norte do país. No bairro Ferroviário, onde viviam os funcionários menos graduados, mas mesmo assim com alguma proeminência, era comum as crianças, filhos de funcionários dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), passarem tardes cifrando e decifrando os diversos e improváveis sentidos que as letras do acrónimo CFM permitia, até no caso de interpretações absolutamente hilariantes.

Nasci numa família de ferroviários: meu pai foi conferente de carga e trabalhou por mais de quarenta anos nos CFM. Meu avô materno foi escriturário durante toda a vida também nos CFM. Os meus dois únicos tios maternos foram ambos trabalhadores dos CFM. O mais velho foi operador de manobras e o outro fator¹. Na minha memória perdura a cor azul e branca do uniforme que meu pai e meus tios envergavam, garbosamente, o que se traduzia no orgulho que nós tínhamos por esse fator.

Muitos seriam os exemplos de meus familiares diretos – e outros nem tanto – que trabalharam e/ou trabalham ainda, ao longo dos anos, nesta empresa e que estão espalhados em vários cantos do país: conferentes de carga² e operadores de guindastes no porto, factores ou operadores de manobras na via-férrea, entre muitas outras da panóplia das profissões do setor ferro-portuário.

Difícilmente se encontra, nas actuais classes sociais moçambicanas mais altas e mesmo nas amplas franjas populares, famílias que não tenham tido uma relação importante com os Caminhos de Ferro, nas suas mais variadas gerações. No período anterior à independência, ser-se

¹ Fator é uma categoria profissional importante na via, um fator é responsável por uma estação ferroviária

² Meu pai foi conferente de carga. Conferente de carga:

³ Em Maio de 1980, por decisão do governo, o CFM deixou de operar os transportes aéreos e a DETA deu lugar à LAM, Linhas Aéreas de Moçambique, atual companhia de bandeira do país.

² Meu pai foi conferente de carga. Conferente de carga:

dos Caminhos de Ferro era pertencer a uma empresa onde se tinha uma perspectiva de segurança e com ideia de se trabalhar nela durante toda a vida, assim como os funcionários públicos, que serviam no aparelho administrativo colonial e no Estado, como os professores ou enfermeiros. Refiro-me, pois claro, à (ao tempo) titubeante elite negra, que tinha acesso bastante limitado à formação superior e não poderia almejar patamares ou categorias sociais mais elevadas, numa sociedade estratificada.

Numa sociedade extremamente classista, como aquela que foi erigida pelo sistema colonial, os funcionários dos CFM eram claramente aqueles que beneficiavam de algumas das melhores condições sociais: segurança no emprego, habitação, programas sociais, etc. Ainda hoje existe um contingente muito significativo de antigos funcionários que não possuem casa própria porque viveram as vidas inteiras em casas dos Caminhos de Ferro e nunca imaginaram que os CFM, na percepção que tinham, pudessem terminar. O CFM era infindável para este grupo social.

Passsei a minha infância em Nacala – hoje um dinâmico centro econômico – e lembro-me das inúmeras vezes que ia brincar no porto, onde meu pai servia, entre guindastes, empilhadoras, contentores, armazéns, sobretudo perante o assombro daquele mar e azul imenso de Nacala, onde está situado um dos portos mais privilegiados da costa ocidental de África, em termos naturais.

Muitas eram as famílias que vinham do sul e que viviam no bairro. Ficaram na memória alguns nomes, como os dos meus vizinhos: Vovó Macamo, velho conferente que morava no rés-do-chão do nosso prédio; a família Manhiça, nome de uma região marcante do sul de Moçambique, o distrito da Manhiça, que também era conferente, como meu pai, e que vivia no andar intermédio; ou o senhor Gumende, que era nosso vizinho de lado no mesmo andar. Recordo velhos nomes, de conferentes, maquinistas, fatores, inspetores, nomes que me ficaram e que me marcaram, dessa comunidade advinda do sul, como os Balói (pai de um celebrado músico moçambicano, que se tornou ícone na África do Sul, onde viveu se consagrou com *jazz man* e morreu assassinado: Gito Balói), da Alfândega, Jafete (da Polícia), Piuza, Satar, Dengo, Mabunda, Sultuane (pai de uma das poetisas da nova geração em Moçambique, Sónia Sultuane), entre muitos outros.

Nós vivíamos em espaços fechados formatados por uma geografia social claramente sulista. Não me recordo de conflitos entre os moradores, era demasiado pequeno para isso, mas havia claramente conflitos entre aqueles que eram do sul, e que sendo operários não muito graduados, ocupavam lugares importantes na estratificação da empresa, quer no porto ou na linha dos caminhos-de-ferro. Uma certa animosidade para com os do sul era visível. Recordo inclusive de um dia, não muito tempo após a nossa chegada, ter ouvido na rua alguém me chamar de "mucunha", que em macua significa "branco". "Branco" não no sentido da pele, mas de classe, branco visto como classe social, obviamente dominante. Isto ocorreu pouco depois da independência e os do sul eram visto como os novos dominadores que possuíam um provável capital simbólico, o fato de serem distintos, que lhes conferia um certo estatuto.

A outra coisa importante que me recordo dos tempos de Nacala é o bairro ferroviário, que se situava numa área privilegiada da cidade, uma espécie de condomínio, de amplos e belos apartamentos, onde vivíamos. As vivendas, as melhores vivendas da cidade, também pertenciam aos CFM. Havia ainda o Clube Ferroviário, aonde aos domingos íamos às matinés, que passavam filmes indianos que me haviam de marcar para sempre (*Sholay*, é certamente um deles) e outros de *cowboys*, *westerns* americanos, havia atividades desportivas, praticávamos ginástica, jogávamos futebol.

Havia uma colônia importante de trabalhadores vindos do sul, que iam para o norte transferidos com as suas famílias. Recordo de que saíamos de Lourenço Marques (antiga designação de Maputo, a capital) de avião, cuja transportadora DETA³ pertencia aos Caminhos de Ferro (era aliás a sua Divisão de Exploração de Transportes Aéreos), e em Nampula apanhávamos uma ligação de comboio.

Naquele tempo, os CFM exploravam os caminhos de ferro, o transporte fluvial, o transporte rodoviário (pertencia-lhe a Camionagem de Moçambique, uma grande companhia de logística), os transportes aéreos, ferroviários e marítimos. Os CFM eram um verdadeiro Estado dentro do

³ Em Maio de 1980, por decisão do governo, o CFM deixou de operar os transportes aéreos e a DETA deu lugar à LAM, Linhas Aéreas de Moçambique, atual companhia de bandeira do país.

Estado, tendo chegado a ser, depois do Estado, o maior empregador, isto por muitos e muitos anos. Quando se deu a independência, o sistema albergava cerca de 40 mil trabalhadores.

Nos finais dos anos 70, os CFM sofreram a primeira grande reestruturação, tendo sido descontinuada a Camionagem de Moçambique, que deu origem às conhecidas CAMOCs, nas regiões sul, centro e norte do país. Esta experiência foi particularmente desastrosa estando na origem de um dos conflitos sociais por resolver que são os trabalhadores das CAMOCs que ainda hoje reclamam dos CFM as suas pensões de reforma. Os encargos sociais continuam por conta dos CFM.

Difícilmente se encontrava algo que não estivesse sob a esfera de influência ou mesmo domínio dos CFM: as infra-estruturas desportivas nas várias cidades e vilas, os serviços de água e eletricidade (muitas são ainda hoje as zonas do país que têm no CFM o seu provedor destes serviços básicos), os edifícios mais emblemáticos, entre outros.

As únicas piscinas olímpicas (na Beira e em Gondola, no centro do país) pertencem aos Caminhos de Ferro, o estádio mais importante (o Estádio da Machava), onde foi proclamada a independência do país, foi erguido pelos trabalhadores do CFM, os bairros e as casas mais importantes das cidades.⁴

Quando, em 1975, foi preciso acolher o governo, que emergia da independência, foi no património imobiliário dos CFM que o Estado encontrou as casas para albergar os novos ministros, num bairro redimido da pobreza na capital moçambicana. Enfim, muitos exemplos haveria para elucidar esta rede, a complexa rede dominadora, construída ao longo dos anos, pelos CFM.

Iniciada como caminhos-de-ferro, em umbilical ligação aos portos, a empresa CFM esteve na origem do surgimento das cidades moçambicanas, que são quase todas portuárias, as mais

⁴ Prevê-se a inauguração de um novo estádio, chamado Estádio Nacional, no bairro do Zimpeto, arredores de Maputo, em 2010, trinta e cinco anos após à independência e quarenta e três após à inauguração do Estádio da Machava, que teve o nome de Estádio Salazar no tempo colonial, em homenagem ao ditador português.

significativas, que se situam na sua extensa costa: Maputo, Beira, Quelimane, Nacala, entre outras.

*

Fiz um percurso profissional que em nada previa que fosse entroncar nos Caminhos de Ferro. Comecei a minha actividade na Rádio Moçambique, prossegui no jornalismo escrito na revista “Tempo”, fundada nos anos 70 por um conjunto de jornalistas progressistas, e estudei jornalismo e me formei, numa universidade portuguesa, em comunicação. Depois de mais de dez anos, como jornalista, sobretudo na área cultural, fui trabalhar para os Caminhos de Ferro, onde meu pai ainda servia e onde pelo menos um irmão ainda se encontrava.

Entreí na empresa como assessor de comunicação, fundei e dirigi, entre 1999 e 2001, o gabinete de comunicação e, posteriormente, como administrador na empresa, servi ao longo de dois anos de mandato, entre 2001 e 2007, tendo me cabido, para além da comunicação, a área de recursos humanos.

Durante seis anos o meu trabalho essencial foi a racionalização da força de trabalho, na seqüência da privatização da gestão da empresa. Quando, nos meados dos anos 90, é iniciada a privatização da empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, começava de algum modo o *desmantelamento* não só de uma empresa, que tinha desempenhado ao longo de décadas uma posição hegemônica na economia moçambicana, uma posição forte na economia da África Austral, dada a posição geo-estratégica do país e dos seus portos e linhas férreas, mas um símbolo identitário muito forte na sociedade moçambicana.

A privatização da gestão dos sistemas ferro-portuárias foi concretizada – quando o foi – através de um modelo complexo de concessão. Mas a privatização era uma das componentes de um vasto programa de reforma institucional, que implicou uma profunda racionalização da força de trabalho, o que terá, em termos sociais, uma forte consequência no tecido moçambicano. Mas o *desmantelamento* de um CFM hegemônico por parte do Banco Mundial e do FMI terá, de

alguma modo, posto fim a uma idéia dos CFM que atravessou a vida de muitos moçambicanos, entre as quais a minha e a da minha família.

Aliás, recordo de que, em 1995, quando entrei para os CFM, começava a experiência de *leasing* a privados de certos terminais no Porto de Maputo. Mais tarde, em 1998, no Porto da Beira, foi concedido o terminal de Carga Geral e de Contentores a uma companhia holandesa, Cornelder. A Holanda tinha fortes ligações com Moçambique, tinha sido um dos países que apoiaram fortemente o país e ligações especiais aquele porto, que foi transformado, ainda durante o período de guerra, ulterior à independência, numa infra-estrutura moderníssima. Mas havia um propósito político de resistir ao regime do *apartheid* assegurando uma infra-estrutura que serviesse os países vizinhos livres da dominação colonial e apoiantes do fim do regime segregacionista sul-africano, hegemônico e dominador.

A privatização dos CFM ocorre num contexto caracterizado pela ascensão da fantasmagórica ideia neoliberal que acolheu os espíritos de muitos que anteriormente acreditavam nos avatares de uma sociedade socialista. Havia uma ansiada noção em certos sectores do aparelho de que o capitalismo era remédio para todos os males. Decorre que naqueles anos 80 em que se procede à viragem, o país estava numa verdadeira encruzilhada: exauridos os apoiantes tradicionais do Leste, não podiam mais com o fardo, por outro lado, do Ocidente, o apoio só seria possível se o país se convertesse. A teoria era pragmática: o "engajamento construtivo".

A necessidade de ter o apoio para enfrentar uma dura crise que advinha do esforço da guerra e de uma economia paralisada, as tensões sociais que se exacerbavam e uma classe dirigente que se foi transfigurando, estão na origem das condições de possibilidade para a entrada dos arautos do neoliberalismo, as práticas restritivas do FMI e as receitas do Banco Mundial.

O tema e a justificativa

O tema da minha dissertação é a concessão dos portos e dos caminhos de ferro moçambicanos, focalizando a concessão do Porto de Maputo, no sul; a concessão da Linha de Sena e da Linha da Machipanda, no centro; e a concessão da Linha do Norte e do porto de Nacala, no norte do país.

O sistema ferro-portuário é composto por vários eixos, de sul a norte, compreendendo portos e caminhos de ferro: no sul existem três linhas férreas, designadamente a Linha de Ressano Garcia, que liga o porto de Maputo, a uma importante zona de produção na África do Sul, Mpumalanga; a Linha de Goba, que liga o mesmo porto ao Reino da Swazilândia, grande exportador de açúcar, por exemplo; ou a Linha de Limpopo, a maior linha no sistema sul, que liga Maputo à zona sul do Zimbabwe, um dos principais utilizadores dos portos moçambicanos.

No centro do país, ligam ao porto da Beira, as linhas de Machipanda, ao Zimbabwe, ou de Linha de Sena, à importante zona mineraleira de Tete. No norte, temos o porto de Nacala e as linhas de Nacala, ligam Nacala ao Malawi, e a ainda a importante linha Cuamba-Lichinga. Outros portos, de menor dimensão, situam-se na Zambézia (Porto de Quelimane) e em Cabo Delgado (o Porto de Pemba).

Este sistema foi devastado pela guerra que durou dezasseis anos no pós-independência e que opôs os guerrilheiros da Renamo (Resistência Nacional de Moçambique) às forças governamentais. Ainda hoje permanece o dissenso sobre a guerra, se ela foi uma guerra de desestabilização ou se foi uma guerra civil, o certo é que o conflito armado foi um instrumento de desestabilização do novo país, que apoiou a libertação do Zimbabwe e o fim do *apartheid* na África do Sul e que teve um outro êxito importante com o fechamento de fronteiras para cumprir a resolução das Nações Unidas.

Não há dúvidas de que a privatização da empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) foi uma imposição do Banco Mundial e do FMI, no contexto do ajustamento estrutural da economia, à qual o governo teve poucas possibilidades de resistir. A despeito, havia condições sociais e políticas, no interior da sociedade, que corroboraram neste sentido. Isso ocorreu numa época de grande promoção do neoliberalismo - como o afirmamos acima - e das certezas daqueles que defendiam o estado mínimo, por um lado; por outro, quando uma elite, política na essência, via na detenção do poder económico a via da sua afirmação efectiva, depois da onda ideológica, que determinara o curso da vida do país até então.

O economista Carlos Nuno Castel-Branco, em entrevista que me concedeu, é claro sobre este ponto de vista:

As privatizações não foram na essência um processo de otimizar a economia. Foram na essência um processo de mudar o poder político e económico. E isso foi de facto concretizado.

Mais adiante, quando nos debruçarmos sobre as privatizações em si, voltaremos a este debate.

O Porto de Maputo foi concessionado a um consórcio dominado por capitais ingleses, Mersey Docks, com capitais ingleses, suecos, portugueses e moçambicanos. A reconstrução da Linha de Sena e a exploração da Linha da Machipanda ficaram a cargo de um consórcio indiano, a Rircon, formado por uma empresa dos Caminhos de Ferro da Índia, a Rites, e uma grande empresa indiana de infra-estruturas, a Ircon. No norte, o porto de Nacala e a linha férrea foram concedidos à CDN (Corredor de Desenvolvimento do Norte), que consorciava grupos económicos do norte (principalmente) com importantes figuras da hierarquia militar e política e capitais americanos (RDC e Edlows Resorces), fazia ainda parte uma empresa moçambicana, a NCI. Em todas as sociedades, o CFM estava presente, como sócio minoritário.

O propósito deste trabalho é perceber as condições em que estas infra-estruturas, importantes para o Estado e para o país, foram concedidas, o papel e a relação entre os vários protagonistas deste processo, designadamente a autoridade concedente – no caso o governo -, a empresa, os investidores e o papel do Banco Mundial e FMI, que comandaram o processo de privatização pós-conflito armado em Moçambique. Para além de caracterizar essa relação - solidariedade ou conflito? -, entre os intervenientes, extrair as ilações deste processo tendo como pano de fundo o país e o seu percurso nos anos da sua reconstrução e antever seu futuro.

O estudo dos CFM e da privatização dos seus portos e linhas férreas irá permitir entender o país e a sua condição como economia de serviços localizada numa região estratégica da África Austral, que desempenhou, no período colonial e continua a desempenhar, por certo, uma base de acumulação do sistema capitalista sul-africano, hegemónico e dominante. Este estudo irá

também ajudar a entender as dinâmicas da crónica dependência, desde os tempos da sociedade pre-capitalista em Moçambique até à actualidade.

Hoje, num tempo e num quadro dominado pelo ineludível movimento da globalização, será importante entender as suas características, designadamente ao nível da mundialização do capital, e de como actua e interage com a economia moçambicana e a sociedade moçambicana, as suas dinâmicas e tensões.

Percurso metodológico

Do micro partirei para uma análise macro, guiado pelo método do caso extenso, trabalhado por Michael Burawoy, destacado sociólogo americano. O método permite que de uma realidade micro se possa discernir sobre uma realidade macro. Falar dos Caminhos de Ferro é indubitavelmente falar de Moçambique, da história e do processo moçambicano.

O método de caso extenso, desenvolvido por Michael Burawoy, valoriza a dimensão histórica na construção do objeto, na perspectiva de um exemplo ilustrativo num determinado momento. É essencialmente um método etnográfico que se distingue pela dimensão dialógica entre o etnógrafo e os seus pesquisados. Para o autor, é o levantamento de dados que propicia o distanciamento e a isso ele irá denominar de aproximação positiva.

Para Burawoy, Karl Polany (1958) elabora em detalhe esta ideia, rejeitando uma objectividade positivista baseada “em dados sentidos” a favor de um compromisso que é a “racionalidade” construída por mapas teórico-cognitivos com os quais e através dos quais se apreende o mundo. Esta forma de fazer etnografia, com óculos teóricos, estará na base daquilo que o autor designará modelo reflexivo da ciência.

Decorre daí o seguinte: a objectividade não resulta nem é garantida pelos procedimentos que asseguram o traço exacto do mundo, mas pelo contrário: pelo crescimento do conhecimento. Quero dizer: é o imaginativo e reconstrução parcimoniosa, por assim dizer, da teoria para acomodar anomalias. (Kuhn, 1962; Lakatos, 1978).

O método do caso extenso aplicado da ciência reflexiva à etnografia permite extrair o geral do original, outrossim, mover-se do “micro” para o “macro”, conectar o presente ao passado, antecipando o futuro. Ao estudar a fundo um caso este pode estender-se para o entendimento da dinâmica do país. Foi o que aconteceu no caso de estudo de uma empresa de cobre na Zâmbia, cuja cartografia a fundo permitiu que o autor captasse a dinâmica do país num contexto pós-colonial. Neste contexto, pôs à prova a teoria pós-colonial de Franz Fanon, as teorias de Gramsci e outros tantos autores marxistas.

O caso permite a análise extensiva balizada num determinado momento concreto, não extrapolável, por conseguinte para um subsequente ou anterior. Também não se trata de uma etnografia clássica, contudo permite a localização, no tecido da sociedade, na fase em que está inserida, a transformação da mesma.

Burawoy observa que a despeito de usualmente se fazerem estudos etnográficos confinados às reivindicações dentro das dimensões dos mundos diários que se examinam, não se deve ignorar o “alargamento para fora” do campo em análise. Justamente, uma das postulações da Escola de Manchester de Antropologia Social, onde se inventou a frase “extensão do estudo de caso”.

Os estudos deixaram de ser a colecção de dados sobre o que os “nativos” “deviam fazer” e os pesquisadores passaram a encher os diários com anotações do que os “nativos” realmente faziam, anotando os eventos, os esforços e os dramas que ocorriam num determinado tempo e espaço. Trouxeram assim para fora as discrepâncias entre as prescrições normativas e práticas diárias que seguiram não só às contradições internas, mas também à intrusão do colonialismo.

Este método é, por conseguinte, identificador das transformações da sociedade, pois se consegue assim captar a sintomatologia. Diríamos que Burawoy trouxe ao centro da discussão sociológica a etnografia, sem descurar uma exigência ética, que no caso lhe é peculiar, ou seja: o facto de que os resultados dos estudos devem ser devolvidos ao conhecimento da população estudada: as pessoas têm o direito de recepção.

Por outro lado, os métodos devem ser replicativos. Para isso, o sociólogo deve guiar-se através de alguns cuidados que fazem parte do seu arcaboço. A representatividade é outro paradigma. Aqui está o seu carácter de profundo significado social. Os elementos de compreensão não são, por conseguinte, negligenciáveis. Tal como o grau de inserção. A etnografia significa para o autor a escrita sobre o mundo do ponto de vista da observação participante. Burawoy demonstra que o positivismo transgride os seus próprios princípios por causa dos efeitos inegáveis do contexto, provenientes da conexão indissolúvel entre o entrevistador e o entrevistado e do reflexo da entrevista no campo mais largo das relações sociais.

O objectivo final deste método é ele poder ser replicável, comparável a outras circunstâncias, sendo útil. Para tal terá que ser adequado, pertinente. E importante para a vida cotidiana. Ao se escolher permanecer do lado da ciência, temos que viver com o conhecimento das suas limitações, seja os efeitos do contexto da ciência ou do poder dos efeitos da ciência reflexiva. A ciência reflexiva cria diálogo entre “nós” e “eles”, entre cientistas sociais e os povos que estes estudam. Não se salta de um ponto de Arquimedes fora do espaço e do tempo; não cria tábua rasa do conhecimento ou da teoria. Mas inicia de um estoque de teoria académica, por um lado, e teoria popular existente ou narrativas indígenas, por outro lado.

A observação direta permite que o sociólogo, por sua vez, possa ter um controlo da dinâmica da sociedade. Vale a propósito citar a importância da flexibilidade e do papel do sociólogo na intervenção: o papel e a mensagem do sociólogo afetam o contexto. O processo: avaliar no contexto - avaliar no contexto como programamos a nossa ação. Mas também a estruturação: a observação estrutura a compreensão do lugar que não se tinha antes. Permite ainda a reconstrução: a primeira construção não é a definitiva. O trabalho leva-nos a outro plano. Depois do trabalho de campo temos a capacidade de teorizar.

O método de caso extenso, parece-nos, então, o protocolo adequado, em termos metodológicos, para prosseguir o estudo de um caso – a privatização dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique – estendendo-o, na sua compreensão, capturando, por conseguinte, um país, Moçambique, num dado momento histórico. De uma realidade “micro” atingimos uma realidade “macro”, o presente ajuda-nos a conectarmo-nos com o passado antecipando o futuro.

A privatização dos Caminhos de Ferro não foi um ato isolado. Ocorreu num contexto de privatizações demandadas da obrigação que as instituições de Bretton Woods, nomeadamente Banco Mundial e FMI, a cujos ditames o governo continua submetido. Foi o caso, por exemplo, da privatização do Banco Comercial de Moçambique, do célebre dossiê do Caju, entre outros casos emblemáticos, para contextualizar o processo em que ocorre a privatização daquela que era, à altura, considerada a maior empresa do país.

Um importante fato é perceber de que forma a economia moçambicana que sofreu, no longo processo de guerra, de 16 anos, uma clara marginalização no contexto da economia-mundo procede à sua integração na região e no mundo.

A minha pesquisa está centrada entre os anos 2000 e 2005, os anos em que ocorre a privatização da gestão do Porto de Maputo, da Linha de Sena, da Linha do Norte e do Porto de Nacala. Foi durante estes cinco anos em que também ocorreu, em grande medida, a racionalização da força de trabalho, tendo a massa laboral da empresa sido objeto de redimensionamento significativo.

O presente estudo irá também citar, embora não seja o seu objetivo central, foi o impacto da racionalização da força de trabalho na empresa e as suas actuais consequências na planta da empresa. Tentarei entender de que forma a organização no trabalho se transformou. O impacto social da racionalização dos CFM foi tremendo. A empresa tendo claramente consciência desse fato organizou um programa de reinserção sócio-profissional, cujo objetivo era justamente conseguir a mitigação dos efeitos da situação de ruptura de emprego, ainda por cima de um contingente importante de pessoas cujas vidas passam ou passaram ao longo dos anos pela sua relação umbilical com os CFM.

Ser filho de ferroviário, viver nas casas dos Caminhos de Ferro, ter as benesses sociais dos Caminhos de Ferro criou em mim esta cultura ferroviária - uma identidade ferroviária - que é importante aqui assinalar. No caso uma cultura dominante. Como avisavam Marx e Engels, a cultura dominante numa determinada sociedade é a cultura da classe dominante. Sob o ponto de

vista sociológico parece-me importante este fator. É talvez a primeira razão por que me interessou fazer este esforço de pesquisa e reflexão.

Em segundo lugar, profissionalmente ingressei nos Caminhos de Ferro e vivi talvez aquela que é a sua mais radical transformação. De uns Caminhos de Ferro assumidamente fordista para uns Caminhos de Ferro taylorista, esse fato é um veio de análise no meu trabalho. Provavelmente ainda sobressistem as duas ordens de valor. De uma empresa caracterizada tipicamente por processos de produção semi-automatizado, fortemente fragmentado, com simplificação de funções e uma clara subordinação às máquinas, para uma empresa que vai procurar intensificar o trabalho e se abre uma clara hierarquização entre os que gerem e os operários.

O redimensionamento dos CFM alterou também os objetivos e a missão da empresa, tendo deixado de ser, na sua maioria, uma empresa de produção logística de transportes, para uma gestora de participações e de contratos de gestores privados. De uma empresa hegemônica e dominadora passa a uma empresa simbolicamente menos expressiva. Ter vivido esta experiência radical, no interior da qual o conflito foi o traço distintivo, pareceu-me também um motivo sociológico forte para mim. Estudar os conflitos e a produção de consensos no interior desse processo é um dos meus desafios nesta pesquisa.

Estes são os três veios para a reflexão e da construção de meu objeto de estudo e análise. A primeira de foro pessoal e sentimental, a segunda mais racional e a terceira mais geral. Simmel na sua reflexão sobre as *Questões Fundamentais da Sociologia* apontava três estágios para o conhecimento humano, sendo que o primeiro radicava da “manifestação de uma vontade na sua natureza mais profunda, que se expressa unicamente como sentimento. A primeira razão que apresentei. O segundo estágio seria, “em contraste”, diria Simmel, “produto de uma vontade arbitrária e de razão calculista”. Isto leva-nos para as seguintes considerações de Ferdinand Tonnies:

As vontades humanas mantêm entre si múltiplas relações. Cada relação é uma ação recíproca, exercida por um lado e suportada ou recebida por outro. Estas ações apresentam-se de tal modo que tendem quer à preservação quer à destruição da vontade ou do ser oposto: são negativas ou

positivas. Esta teoria vai considerar como objecto da investigação somente as relações reciprocamente positivas. Cada relação representa uma unidade na pluralidade e uma pluralidade na unidade. Compõe-se de exigências, ajuda, assistência, ações transmitidas reciprocamente e consideradas como expressões das vontades e de suas forças. O grupo formado por esse tipo positivo de relação, concebido enquanto objeto ou ser que age de forma unitária interna e externamente é denominado associação. (Tönnies, 1995, p.231)

Ferdinand Tönnies pretende, sobretudo, com o seu estudo *Comunidade e Sociedade* estabelecer uma interpretação sociológica da teoria da sociedade anteriormente explicada, em termos económicos e jurídicos, por Karl Marx e Max Weber, estabelecendo, por conseguinte uma sociologia da génese do capitalismo, percorrendo temáticas abordadas por Marx através de conceitos como mercadoria, teoria do valor, mais-valia, entre outros, fixando, por assim dizer, um cânone sociológico, empreendimento no qual explica não só a transição entre o pré-capitalismo para o capitalismo, a passagem da comunidade à sociedade, mas sobretudo a relação de sociação, na qual Tönnies vê nas relações humanas e as associações como organismos vivos, ou como construções mecânicas, numa complexa analogia das teorias das vontades (individual e coletiva) onde lhes dá um enfoque psicológico indesmentível. Este é um percurso estabelecido nas relações económicas, jurídicas, culturais e intelectuais. O conflito *versus* a concórdia, o antagonismo *versus* o consenso. O capitalismo não prossegue uma base nem um espírito de vontade coletiva. A base é a troca, a concorrência, as relações sociais derivadas da sociedade de mercado são relações societárias, o seu tipo sociológico, por assim dizer, é o comerciante, protótipo do *homo economicus*, num contexto em que prevalece o dinheiro, essa mercadoria ideal pela qual se intercambiam outras mercadorias, ponto decisivo para análise de uma relação puramente sociológica.

Neste percurso metodológico, coube-nos fazer uma trajectória de leitura que nos levou ao convívio com autores que trataram e pesquisaram temas clássicos da sociologia e que está no cerne do nosso trabalho, como aqueles que trabalharam a expansão dominadora do capital, a sua mundialização, a importância dominadora da triáde (Estados Unidos-Europa-Japão), tendo sido relevante o nosso convívio com as obras de autores como François Chesnais, entre outros, que partindo de uma análise iminentemente marxista, esclareceram a mundialização do capital como um movimento próprio do sistema capitalista mundial, que se desloca das operações

predominantemente industriais para uma dinâmica iminentemente financeira, que foi caracterizada, aliás, pelo próprio Marx, na fórmula D-D'.

Das nossas leituras e reflexões pareceu-nos importante fazer a conexão com a sociologia latino-americana, sobretudo a brasileira, que tratou, abundantemente a questão da dependência. Esta é uma questão essencial para nós: termos escolhido uma universidade brasileira e tentar compreender uma realidade brasileira ou latino-americana, por nos parecer uma realidade histórica e sociologicamente mais próxima da moçambicana ou africana. É claro que os percursos e as dinâmicas sociais não se reproduziram de forma genericamente igual, mas é possível, por aproximação, perceber das dinâmicas de um contexto bastante similar, em épocas históricas próximas ou semelhantes, motivos para uma reflexão e um estudo proficientes. Os autores da teoria da dependência, designadamente os brasileiros Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso, o americano André Gunder Frank, o chileno Enzo Falleto, permitiram-me compreender melhor as questões relativas aos conceitos de subdesenvolvimento, periferia e dependência, prementes na minha realidade social.

CAPÍTULO I

Alguém abriu a porta para o feiticeiro

É preciso matar o jacaré enquanto é pequenino.

Ditado Popular

CFM: perspetiva histórica

A linha férrea Lourenço Marques (atual Maputo) e Pretória, na África do Sul, foi aberta ao tráfego a 8 de Julho de 1895, constituindo-se como um marco incontornável no início da exploração ferroviária e um veio decisivo daquilo que viria a conhecer-se como Caminhos de Ferro de Moçambique.

Em quinze anos, é inaugurada a linha férrea que liga a antiga Lourenço Marques da pretérita Salisbúria (Harare, nome atual da capital do Zimbabwe), isto em Maio de 1899. No mesmo ano derradeiro do século XIX, em finais de Agosto, a ponte-cais Gorjão, na cidade Lourenço Marques, é inaugurada.

O ano de 1905 é particularmente dinâmico para a cidade laurentina, forma por que era conhecida antigamente Lourenço Marques, hoje Maputo: são construídos alguns dos seus edifícios emblemáticos, o dos Correios, o da Fazenda (onde se situa atualmente a Biblioteca Nacional), o prédio Pott, entre outros. Pott aliás ele próprio um nome emblemático da cidade, tendo sido o primeiro advogado de Lourenço Marques. Nesse ano, em Março, faz-se aprovar o projeto do

Caminho de Ferro de Lourenço Marques à Swazilândia, de 69 km. Em Maio do mesmo ano (1905) iniciam os trabalhos para a sua construção, sendo concluída três anos depois.

Em 1907, a Direcção das Obras do Porto de Lourenço Marques fundiu-se com o Caminho de Ferro e estiveram na origem do Conselho de Administração do Porto e Caminho de Ferro de Lourenço Marques. Três anos depois, a 19 de Março de 1910, é inaugurada a Estação Central dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, um edifício imponente e emblemático da cidade de Maputo, cuja construção iniciara dois anos antes, tendo o seu projeto sido elaborado pelo engenheiro Lisboa de Lima.

Esta década é dominada pela construção de caminhos de ferro em diversas zonas do país. Na zona sul, importa assinalar a construção da linha que liga a Swazilândia, iniciada em 1905 e concluída três anos depois; a construção dos Caminhos de Ferro de Gaza, em 1909; ainda no sul, assinala-se, em 1929, a construção da importante linha do Limpopo.

Na zona centro, a constituição da Trans-Zambezia Railway Company, em 1919; a construção, pela Societè Miniere et Géologique du Zambeze, da linha que liga Moatize a Benga, em 1925, ano em que em que é constituída também a Companhia do Porto da Beira, por contrato entre a Companhia de Moçambique (uma das companhias majestáticas que atuaram no país) e a The Porto of Beira Development Corporation, Lda. A Companhia de Moçambique, concessionária do Porto da Beira, entrega-o à exploração à Rhodesia Railways, em 1926.

A direcção de Serviços dos Portos e Caminhos de Ferro foi criada em Julho de 1929. Esta designação durou apenas seis anos, tendo, em 1935 passando a ser Direcção dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes. A alteração da composição só viria a verificar-se em 1965, quando o Governador-Geral passa a pertencer ao Conselho de Administração da empresa, presidindo-o, sendo que o Director dos respectivos serviços (dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes), assumia a condição de Administrador-Delegado. Compõem ainda o *board* o Director dos Serviços de Marinha e o Director das Obras Públicas e Transportes, entre outros.

Em 1930, entretanto, tinha sido criado o Serviço Automóvel a cargo do Caminho de Ferro, em 1936 acrescenta-se-lhe a DETA, a Direcção de Exploração dos Transportes Aéreos. Em 1949, os Caminhos de Ferro da Beira passam para a administração direta dos Serviços dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes.

Isto no período anterior à independência. Logo após a proclamação da independência, em 1975, o país conheceu importantes transformações, sendo que o Caminho de Ferro um esteio económico decisivo: em janeiro de 1976 foi criada a Direcção Nacional de Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, em substituição da Direcção dos Serviços dos Portos, Caminho de Ferro e de Transportes. Esta direcção abrangia os serviços de Transportes Marítimos, de Marinha e de Viação.

A outra mutação importante ocorre nos finais dos anos 80. O Estado, que entretanto nacionalizara todo o parque económico e prosseguia a sua exploração, desconcentra. São criadas as empresas estatais. A estrutura puramente estatal que dirigia o Caminho de Ferro transforma-se em empresa. O mesmo acontece em outros setores.

Entre 1989 e 1994, os CFM vivem a experiência de empresa estatal. Entretanto, um novo contexto no país está na origem de uma (outra) radical mudança: a criação das empresas públicas, reabilitando-se as figuras dos conselhos de administração independentes e de governação corporativa.

Na verdade, a ideia da privatização dos CFM ocorre neste novo contexto. Importa pois estudar as condições em que ela ocorre e as suas implicações. O estudo dos CFM e das condições de possibilidade em que a empresa é privatizada dar-nos-ão, estamos em crer, a possibilidade de, não só entender essa realidade micro, mas as conexões que se estabelecem num contexto muito mais amplo.

A economia colonial

Em 1975, a Frelimo herdou uma economia claramente deficitária. A estratégia colonial tem dois momentos importantes. O primeiro, no qual Portugal sem recursos para fazer a exploração directa de todo o território, concessionava-o a companhias estrangeiras e dela beneficiava em termos fiscais. Até aos anos 30, a exploração económica do país estava sob domínio de empresas estrangeiras. Por outro lado, o sul de Moçambique era um forte provedor de trabalho migratório. Entre 1910 e 1975, o número de mineiros recrutados para a África do Sul, anualmente, ascendia aos 100 mil. Contudo, este número iria ter uma expressiva redução de 40 mil a partir do momento em que o país se torna emancipado politicamente.

O Estado Novo e o fascismo em Portugal alteram, a partir dos anos 30, a estratégia da exploração económica dos chamados territórios ultramarinos não renovando os contratos de concessão com as companhias estrangeiras que actuavam no território. As colónias passam a ser o suporte do desenvolvimento da indústria portuguesa como provedoras de matéria-prima. Moçambique era o grande produtor de algodão fornecido à indústria têxtil portuguesa em expansão. O país também era consumidor dos têxteis manufacturados e do vinho produzido na Metrópole.

A economia moçambicana sujeita a esse novo padrão, desempenhava um papel central na política portuguesa em relação às colónias, por um lado; por outro lado, tinha uma posição forte no contexto da África Austral. Isto derivava da sua função de provedor de serviços aos países da região, o que lhe possibilitava a obtenção de cerca de 50% dos seus proveitos externos.

A utilização dos portos e das linhas férreas moçambicanas, no quadro da região, como saída para o comércio internacional, fazia de Moçambique um país geo-estrategicamente decisivo para a economia da África Austral. O trabalho migratório, o fornecimento da mão-de-obra às minas da África do Sul, que viviam uma época de grande expansão, também tinha um valor expressivo na obtenção de receitas para o país.

A exportação do algodão, açúcar, chá, copra, castanha de caju, madeiras, camarão, entre outros, eram um importante pilar que sustentava o padrão de crescimento económico do país, sendo significativamente a metade da acumulação do país.

A indústria local era muito frágil, basicamente ligeira, destinada ao consumo interno, sem nenhuma expressão para a exportação. Em termos metalúrgicos, havia algum suporte que cobria as necessidades do sector ferro-portuário. Mas não muito mais do que isso.

A base da agricultura era de subsistência, composta por produção de bens para o consumo local, seja da população portuguesa, como da população local. As plantações produziam principalmente para a exportação e tinham o seu significado, mas não eram de algum modo preponderante.

Moçambique era, por conseguinte, à data da independência, um país deficitário e com um desequilíbrio macroeconómico notório. As tarifas portuárias e ferroviárias, os salários dos mineiros tinham um importante papel na balança de pagamentos do país. Para além disso, o desenvolvimento económico era desigual, havendo regiões de Moçambique claramente marginalizadas, o que está na origem das assimetrias regionais com que o país se debate ainda hoje.

A diferenciação geográfica era notória: a região sul foi durante a vigência do acordo entre Portugal e África do Sul, o reservatório da mão-de-obra para as minas do Rand⁵. Era apenas acautelada a mão-de-obra que seria necessária para o provimento do sector dos portos e dos caminhos de ferro, importantes produtores de divisas para a colónia.

Mais a norte havia o predomínio das plantações (do algodão principalmente) que servia para a indústria têxtil metropolitana, sendo que a importação dos produtos manufacturados não era coberta pelos produtos exportados.

A população rural moçambicana esteve ao longo destes anos fora de mercado, sendo a sua integração iniciado nos anos 60. O acesso ao mercado por parte dos camponeses moçambicanos desenvolvia-se num contexto altamente desvantajoso, sendo os princípios de troca claramente favoráveis a quem exercia o poder e a dominação.

⁵ Forma por que eram conhecidas as minas sul-africanas de Witwatersrand.

O estado colonial monta uma estrutura coercitiva composta por régulos, cabos de terra, envolvendo as chamadas estruturas tradicionais no projecto colonial. Era claramente uma forma de se legitimar e de exercer o poder.

Outro fato importante, que ocorre nos finais do colonialismo, são os planos de expansão, conhecidos por Planos de Fomento. Fazem parte de uma estratégia de desenvolvimento colonial algo tardia. Na verdade, os Planos de Fomento, que eram um instrumento de desenvolvimento do país, baseados na sua infra-estruturação, não promoveram a integração da maior parte da população moçambicana que continuou marginalizada do acesso à acumulação.

O primeiro plano de desenvolvimento, por assim dizer, foi publicado em 1937 e se estruturava na ideia de que os excedentes acumulados e as receitas obtidas na exploração dos portos e linhas férreas seriam as suas principais fontes de financiamento. Nos anos 50, porém, acreditava-se que apostando nas infra-estruturas, sobretudo as ferroviárias e portuárias, Moçambique haveria de conquistar um padrão de desenvolvimento mais expressivo. Identificam-se então alguns pólos de desenvolvimento, onde são desenvolvidas infra-estruturas ferroviárias e portuárias, designadamente no Norte do País, com a linha e o Porto de Nacala, ou na zona centro norte, com a Linha de Sena, tendo presente todo o Vale do Zambeze, ele próprio objecto de estudos que visavam o seu desenvolvimento.

Os chamados Planos de Fomento viriam a ser publicados nos anos 50, sendo o primeiro referente aos anos 53-58, o segundo cobrindo os anos 59-64. Em 1964 iniciava a luta armada de libertação nacional, conduzida pela Frelimo, cujo presidente, Eduardo Mondlane, denunciara, aliás, no seu livro *Lutar por Moçambique*,⁶ a situação deplorável em que se encontrava a maioria da população moçambicana, marginalizada do processo de aquisição de riqueza.

⁶ *Lutar por Moçambique* é paradigmaticamente uma das obras pioneiras no campo das ciências sociais em Moçambique. O seu autor, o antropólogo Eduardo Mondlane, desenvolveu um notável percurso nas universidades americanas e foi um dos precursores do nacionalismo africano, tendo dirigido a Frelimo, desde a sua fundação, que motivou e promoveu, em 1962, até à sua morte, a 3 de Fevereiro de 1969. Hoje em Moçambique essa data é comemorada como o Dia dos Heróis Moçambicanos.

Há um plano intercalar entre 1965-67. Um terceiro plano (1968-1973) ainda é implementado, mas o seguinte, talvez o mais arrojado, não sai do papel, pois ocorre o fim do fascismo em Portugal e, conseqüentemente, as independências dos países colonizados. O esforço dos últimos planos foi de investimento na educação, habitação, urbanização e saúde.

O economista António Francisco (2002), caracterizando a economia moçambicana no tempo colonial, refere que o PIB de Moçambique aumentou de USD 260 nos anos 60 para USD 418 em 1973. Aliás, 1973 tem sido considerado por vários estudiosos como o melhor anos económico no período anterior à independência, tendo sido inclusive uma meta que o regime ulterior se impôs para alcançar e ultrapassar. A despeito, Francisco considera também que a crise, que se iria prolongar ao longo de duas décadas, e que afectou dramaticamente a economia moçambicana dá-se justamente a partir deste ano de 1973. Aliás, o PIB diminuiu de USD 418 em 1973 para USD 284 em 1975, para USD 201 em 1980 e para USD 145 em 1984, no pico da crise.

A recuperação irá ocorrer a partir de 1993, no quadro do ajustamento estrutural da economia, iniciada em 1987, num contexto de paz e com forte assistência do Banco Mundial e do FMI. Mas antes conviria fazer, ainda que sucintamente, um excuro aos anos da economia centralmente planificada, que caracterizam os primeiros anos da independência.

A luta armada e opção socialista

Com a consolidação da luta de libertação, o nacionalismo ganhou uma dimensão social e ao objectivo da independência se associou o da "transformação" da sociedade moçambicana.

José Luís Cabaço

Em seu instigante estudo, *Moçambique: Identidades, Colonialismo e Libertação*, que esteve na origem de sua brilhante tese de doutorado, defendida na Universidade de São Paulo, o moçambicano José Luís Cabaço faz um notável excuro no qual explicita a formação das identidades no espaço de sociação colonial em Moçambique e analisa o conjunto de

circunstâncias que fizeram da luta que conduziu à libertação "um acto de cultura" (no dizer de Amílcar Cabral). Para Cabaço, a ideia de uma afirmação identitária nacional que desembocaria num país multinétnico como é o caso de Moçambique estava associada a "um projecto" e rejeitava naturalmente outros ou outras alternativas.

A política de identidade do movimento de libertação fundava-se numa *práxis* sociopolítica determinada pela adesão à luta contra o colonialismo, que se diferenciava das formas de vida tradicional pelas motivações e pelas novas afinidades que se estabeleciam, promovendo *valores e comportamentos* que permitissem uma apropriação "genuína" da modernidade que constituísse alternativa à intermediação colonial. (Cabaço, 2009, p. 318)

A luta pela emancipação política empreendida pela Frelimo, iniciou a 25 de setembro de 1964, na qual José Luís Cabaço⁷ se engajou, traduziu-se também na formação de um ideário do que seria o "homem novo" moçambicano, numa clara alusão de que o processo revolucionário se fundava na negação da estrutura colonial e do seu capitalismo explorador. Cabaço cita a propósito Eduardo Mondlane, entrevistado por Aquino de Bragança⁸, logo a seguir ao II Congresso da Frelimo, em 1968, que está na origem de um gravíssimo conflito interno deste movimento, que iniciara em 1964 uma luta que ditaria o fim da colonização:

Uma base comum que todos tínhamos quando formamos a FRELIMO era o ódio ao colonialismo, a necessidade de destruir a estrutura colonial e impor uma nova estrutura social...mas que tipo de estrutura social ninguém sabia. Alguns sabiam, tinham ideias teóricas, mas mesmo esses foram transformados pela luta. Há uma evolução do pensamento que se

⁷ José Luís Cabaço participou do primeiro e histórico governo moçambicano, que tomou posse na sequência da independência, tendo-lhe cabido a estratégica pasta de Ministro dos Transportes e Comunicações. Mais tarde seria Ministro de Informação e secretário do Partido.

⁸ Aquino de Bragança, que morreu no avião de Samora Machel, que despenhou em Muzimba a 19 de Outubro de 1986, foi um iminente intelectual de origem goesa que se engajou no movimento nacionalista africano. Teve uma influente participação na luta de libertação e no processo de transferência dos poderes do governo português para as novas autoridades moçambicanas. Jornalista, estudioso, fundou e dirigiu, até a altura de sua morte, o Centro de Estudos Africanos, na Universidade Eduardo Mondlane, o primeiro laboratório das ciências sociais moçambicanas.

operou durante os últimos seis anos que me pode autorizar, que eu me autorizo a mim mesmo concluir, que a FRELIMO é agora, realmente, muito mais socialista, revolucionária e progressista do que nunca, e a tendência agora é mais em direcção ao socialismo do tipo marxista-leninista. (Bragança e Wallerstein, 19778, v. II, p. 200 apud Cabaço, 2009, p. 311-312)

O pensamento político amadurecido no processo de luta iria determinar as opções no pós-independência. Tributários das leituras de textos sobre a guerra revolucionária, em particular do chinês Mao Tsé-tung e do vietnamita Nguyen Giap, tendo criticado Che Guevara e a sua "teoria do foco", segundo Cabaço, "essas leituras inspiraram a elaboração da FRELIMO sobre a sua realidade e, eventualmente, suscitaram o interesse pela leitura de outros teóricos do marxismo". Isto por um lado. Por outro,

ali se tinham formado como nacionalistas e revolucionários e, sobre a prática da luta, se fora estruturando o pensamento político que orientaria o movimento até a independência. (Cabaço, 2009, p. 312)

Interessante também é o fato de a FRELIMO, num contexto de conflito entre a União Soviética e a China Popular, conseguir manter, através de uma equidistância entre os dois, uma relação com ambos. Não tendo tido ajuda do Ocidente, o movimento libertário colhia destes dois países o apoio que necessitava para prosseguir a luta. Citada por José Luís Cabaço, Luisa Passerini, que produziu uma pesquisa sobre a luta emancipatória, em 1969, escrevera:

A situação de Moçambique é atípica em relação a muitas outras em África, já que a Frelimo é a única organização da África meridional que recebe ajuda tanto da União Soviética como da China Popular. (Passerini, 1970: 14 apud Cabaço, 2009, p.313)

Luís Bernardo Honwana⁹, por mim entrevistado¹⁰, afirmaria em 1990:

⁹ Autor de *Nós Matámos o Cão Tinhoso*, livro marcante na ficção moçambicana, um dos seus clássicos fundadores, publicado em 1964, no ano do início da luta armada, Luís Bernardo Honwana é um dos nomes cimeiros da intelectualidade moçambicana, tendo sido preso político nos anos 60, juntamente com outros nomes importantes da cultura e política moçambicanas, como o poeta José Craveirinha e o poeta Malangatana. Honwana desempenhou

Pensando no diferendo sino-soviético compreende-se que a União Soviética tenha usado esta nossa solicitação de auxílio para afirmação dos seus interesses estratégicos. De resto em exacto paralelismo com o que acontecia nas relações entre África do Sul racista e os EUA. (Saúte, 1998, p.165)

Não se pode ignorar, neste contexto, a conjuntura internacional dominada pela Guerra Fria. Os países do Ocidente sem apoiarem formalmente o regime colonial português, tinham com relação aos movimentos de libertação, uma "relação ambígua":

Parceiros de Portugal na NATO, os Estados Unidos e os países europeus recusaram o apoio militar às lutas armadas de libertação e se limitaram a autorizar acções de ajuda humanitária por organizações não oficiais. Os apoios mais relevantes, nesse campo vinham dos países nórdicos e da Holanda e, mais tarde, da Itália, que constituiu a primeira fissura no bloco da NATO. (Cabaço, 2009, p. 313)

Para além desse fato, materialmente provado, diremos, como Cabaço, que a opção pelo socialismo seria também ou sobretudo o corolário de um processo identitário construído ao longo da luta:

A opção de uma via socialista marcaria decisivamente a política de identidade seguida pela FRELIMO depois da independência nacional. (Cabaço, 2009, p. 314)

Por um lado. Por outro, considera o investigador moçambicano que

importantes funções nos governos moçambicanos pós-independência, sendo sucessivamente Chefe de Gabinete do Presidente Samora Machel, secretário de Estado da Cultura e Ministro da Cultura. Oriundo de uma família emblemática, é filho de Raúl Honwana, autor do importante livro, *Memórias*, publicado originalmente em 1985, irmão de Raúl Honwana escritor, também, autor de *O algodão e oiro*, e de Fernando Honwana, conselheiro de Samora Machel, que faleceu justamente na companhia do primeiro Presidente moçambicano.

¹⁰ Esta entrevista foi realizada em Agosto de 1990 e inserida no livro *Os Habitantes da Memória* (entrevistas com escritores moçambicanos), editado pelo Centro Cultural Português do Mindelo, em Cabo Verde, em 1998.

Foram, contudo, as desigualdades sociais, a violência, os abusos, a iniquidade na distribuição de renda e benefícios e a exploração do sistema colonial que, criando um sentimento de revolta e uma sede de justiça, constituíram os fatores decisivos na opção dos guerrilheiros. (Cabaço, 2009, p. 314)

Honwana, por outro lado, aponta a situação paradoxal na qual Moçambique independente acabou por adquirir pelo fato de, na relação com os seus parceiros, a FRELIMO e por consequência o Estado moçambicano, não se submeter a "uma total sujeição", não obstante a dependência. A FRELIMO procurava uma via independente de construir o socialismo:

Esta era uma posição em nada aceite pelos nossos parceiros. Então dava-se esta situação interessante: nos jornais ocidentais nós éramos o regime marxista-leninista de Moçambique e por isso objecto de boicote, tínhamos um tratamento de desfavor; nas relações com nossos parceiros nós éramos um país que não era nada comunista, não era nada socialista, porque não preenchíamos alguns requisitos, entre os quais, estou convencido, se contaria este de desistirmos de uma via independente de construção do socialismo. logo também recebemos um tratamento de desfavor, também havia reticências na nossa relação com os nossos parceiros. Nós éramos os mal-amados; nós cabávamos por assumir um estatuto interessante sob o ponto de vista da nossa afirmação, mas muito incómodo sob o ponto de vista da nossa capacidade de angariarmos o apoio necessário para responder à situação concreta que vivíamos. (Saúte, 1998, p.165)

Aqui estão fundadas, nesse paradoxo, as razões que levam à transformação, em 1977, da Frente em partido marxista-leninista, segundo Luís Bernardo Honwana.

Eu não creio que em 1975 isso estivesse na mente dos dirigentes da FRELIMO. Mas dois anos depois as coisas tinham-se modificado de tal maneira que essa opção parecia forçosa. E quando essa opção se fez, no movimento nacionalista, o desenvolvimento lógico daquilo que tinha levado à independência, é interrompido, há uma quebra de continuidade. Este partido deixa de ser o partido de todos aqueles que lutavam pela construção de um país livre, a dominação estrangeira como plataforma máxima; todos esses foram alijados da prática política. Deixamos, de repente, de ser um partido de massas para sermos um partido de quadros. E foi-se criando um vazio político à nossa volta. (Saúte, 1998, p.165)

Não obstante esta transformação, a FRELIMO, herdeira ainda assim de algumas tradições da Frente nacionalista, tem dificuldades de prosseguir o projecto concebido enquanto movimento nacionalista para o país livre. A crise no seu interior torna-se visível, ainda que não assumida, pelo menos abertamente. Com a análise de Luís Bernardo Honwana se mapeia esta crise:

Quando se faz o IV Congresso, o que se passa, finalmente, é um reconhecimento não aberto desta crise. A leitura que se pode fazer do IV Congresso vai apenas no sentido da necessidade de mudança, da necessidade de reconhecer a má escolha que se tinha feito em 1977. Simplesmente, a conjuntura mundial, o sistema de alianças e de dependências em que nós nos tínhamos enredado não permitia um reconhecimento expresso da realidade e não tínhamos força suficiente para perar rupturas. Mas, repare, todas as posturas essenciais de rever as teses do III Congresso e o partido que daí emerge é um híbrido. Isto acaba por se verificar com mais intensidade no V Congresso. A FRELIMO não é um partido marxista - leninista, não diz o que é. Mas tudo define, por um lado, a necessidade de mudança, por outro lado as dificuldades de operar essa mudança. E, em todo o caso, o reconhecimento de se não ter feito essa boa escolha. Por conseguinte, a crise declarou-se em 1977, quer dizer, quando se faz a declaração do marxismo-leninismo, logo depois se verifica a impossibilidade de essa declaração se manter e se sustentar. Os nossos propósitos de independência em relação ao *diktat* de Moscovo, etc., etc., todos os incovenientes que eu referi ainda há pouco, têm um pouco a ver com o não podermos levar até às últimas consequências a escolha feita porque também não tínhamos a convicção dessa escolha. Muito rapidamente se declarou essa crise. (Saúte, 1998, p. 166-167)

A economia centralmente planificada

Os Portos e os Caminhos de Ferro pertenciam ao domínio estatal quando ocorreu a independência, mas o facto mais significativo deste época, em termos económicos foi a nacionalização de todo o tecido económico e da área de serviços.

Um dos pontos programáticos da luta que a Frelimo prosseguia era a destruição da minoria privilegiada, em detrimento de uma maioria marginalizada. Não é alheio a isso, a debandada dos colonos na sequência dos acordos de Lusaka (7 de Setembro de 1974), que iriam permitir à

ascendência dos legítimos representantes do povo moçambicano e a conseqüente proclamação da independência do país, nove meses depois, a 25 de Junho de 1975.

Esse desiderato de eliminação do poder económico das minorias passou pela ideia de instituir um planeamento central da economia, mas antes pela nacionalização de áreas económicas e sociais vitais: terra, banca, prédios de habitação, saúde, educação, advocacia e mesmo agências funerárias.

Estas acções visaram eliminar os privilégios tanto das minorias brancas como dos potenciais minorias de moçambicanos melhor posicionados na altura para substituir as minorias destruídas. (Francisco, 2003, p.157)

Não é líquido que não tenha ascendido, a partir desse momento, uma certa burguesia estatal, que não prosseguia o interesse geral da Nação, mas que se substituía a uma burguesia colonial aparentemente não legítima.

A transformação da Frelimo num partido marxista-leninista, bem como a radicalização das directivas económico-sociais a partir do III Congresso (1977) e o Plano Prospectivo e Indicativo (PPI) de 1979, reafirmaram e legitimaram as políticas e acções que vinham sendo implementadas desde a independência. A estratégia de desenvolvimento foi delineada em torno de três eixos fundamentais: socialização e criação de aldeias comunais no campo, industrialização do país e formação da força de trabalho (Machel, 1983:32). Porém, as forças politico-burocráticas dominantes acabaram por conquistar o controlo dos meios e dos mecanismos de produção necessários para assegurarem a sua sobrevivência e reprodução. (Francisco, 2003, p. 157)

O Plano Estatal Central (PEC), instituído pelo governo, presumia que a riqueza e os serviços não se deviam concentrar em áreas determinadas do país, reproduzindo a lógica das assimetrias herdadas do colonialismo, muito menos que esta se concentrasse em mãos de poucos. O planeamento central, através dos PEC assumia uma força de lei e sua implementação administrativa e fortemente burocrática.

A meta era atingir os níveis de 1973 e ultrapassá-los. Com o PPI, em Agosto de 1979, assumiu-se que a década de 1990 seria a década da vitória contra o subdesenvolvimento.

O PPI tinha como objectivos específicos essenciais: (i) promover a radical transformação da estrutura económica e social com a criação de um sector socialista dominante; (ii) promover o aumento do nível de vida das populações em geral, com vista à satisfação das suas necessidades básicas; (iii) consolidar o poder político, fortalecendo a base social operária e baseada num campesinato forte; (iv) conquistar o que de essencial constitui o património científico e técnico de toda a Humanidade (Machel, 2003: 102-104 *apud* Francisco, 2003, p.159).

Contudo, a situação agravava-se: o país não produzia o que consumia, a sua base produtiva diminuira, muitos dos poucos recursos que tinha ou obtinha através da ajuda direccionava-os ao esforço de guerra, que entretanto deflagrara.

A guerra de sabotagem

Moçambique, ao ascender à independência, declarou o seu apoio inequívoco à libertação do Zimbabwe, que iria ocorrer em 1980, e da África do Sul, cujo *apartheid* foi desmantelado nos anos 90, tendo havido em 1994 as eleições livres ganhas por Nelson Mandela e pelo ANC.

A Renamo (Resistência Nacional Armada) foi criada como instrumento de desestabilização económica e social do país pela Rodésia (actual Zimbabwe). As primeiras acções foram lançadas em 1977. Os portugueses saídos de Moçambique apoiaram a criação da Renamo e promoveram a sua sustentabilidade. Quando em 1980, o Zimbabwe ascende à independência a África do Sul hospeda a Renamo e apoia-a. Ken Flower, chefe dos serviços secretos rodesianos, publicou um livro em 1987, *Serving secrecy: Rhodesia into Zimbabwe 1964-1981*. Nele não esconde o seu espanto com o rápido crescimento da Renamo e da sua base de apoio: “I began to wonder whether we had created a monster that was now beyond control”.

Christian Geffray fez uma antropologia da guerra em Moçambique, estudando uma região do norte, Erati, que lhe permitiu concluir que a guerra teria sido alimentada “também das rupturas sociais e políticas internas das sociedades rurais moçambicanas”. No seu entender, o facto de

Moçambique independente transmitir “um sentimento de unidade entusiástica, rara e fascinante”, terá levado ao equívoco dos dirigentes revolucionários que não intuíram no interior da sociedade o seu carácter diferenciado e amalgamaram-na num processo cujo aspiração era provavelmente lídima.

Mas as condições da luta e da vitória foram tais que os dirigentes da Frelimo herdaram um país sem nunca se terem visto confrontados com essa diversidade social, sem terem sido obrigados a assumi-la e a conceber politicamente os seus efeitos. Eles não dispunham praticamente de nenhum mecanismo político ou social de ligação que lhes permitisse reconhecer a existência dos diferentes componentes, por vezes contraditórios, da sociedade colonizada que lhes era dado a governar...(Geffray, 1991, p.15)

A fantasmagoria da revolução – expressão minha - fez tábua rasa a toda uma sociedade, provocando no interior dela rupturas fortes e que estão, no entender de Geffray, na base de apoio que a Renamo terá, surpreendentemente, até para Ken Flower.

Assim, a Renamo criou e estabilizou as condições de uma confrontação durável: as populações dissidentes aliaram o seu destino ao de um *corpo social* armado, para quem a guerra é o elemento vital. A Renamo tem como discurso político apenas o que lhe é estritamente necessário para operar a passagem do conflito que opõe as populações rurais ao Estado da Frelimo a uma forma de guerra, não alimentando para si própria, nem para as populações rurais que a apoiam, nenhum projecto político.(...) A Renamo é uma espécie de exército selvagem em liberdade: não depende de nenhuma autoridade civil superior, que a comandaria e lhe determinaria os objectivos do combate. (Geffray, 1991, p.155)

A guerra matou mais de 1 milhão de moçambicanos e fez deslocar mais de 30% da população para os países vizinhos. Em termos de infra-estruturas: a guerra está na origem da degradação de 28% da rede de estradas, classificadas como intransitáveis, 35% de estradas degradadas mas com possibilidade, ainda assim, de serem usadas. Os Caminhos de Ferro foram amplamente devastados: a Linha de Sena, ligando Tete/Moatize, importante zona mineira, ao porto da Beira, foi destruída; a Linha Cuamba-Lichinga, no norte, também sofreu os efeitos da destruição, ficando inoperacional. 70% das barragens e 30% dos sistemas de irrigação, no setor das águas,

tornaram-se inoperativos; em termos comerciais; 30% da rede armazenista e retalhista (lojas e cantinas, que desempenhavam um papel estruturante na economia do país) foram igualmente eliminados. Infra-estruturas agro-pecuárias, como centro de multiplicação de sementes (40%), viveiros de plantas (38%), tanques para gado (66%) foram destruídos e/ou tornados inoperacionais.

A administração pública também sofreu a devastação da guerra: 70% de escritórios da administração do Estado no território; metade da rede de rádio-transmissão entre as administrações do distrito e localidades tornaram-se inoperacionais ou foram destruídos. Na saúde e na educação, os efeitos foram igualmente dramáticos: 46% da rede escolar do ensino primário destruída; 28% das escolas técnicas rurais; 36% dos postos de saúde, particularmente nas zonas rurais.¹¹

Este é o quadro do país, mergulhado numa verdadeira hecatombe, exausto de um longo e devastador processo de guerra, absolutamente necessitado de ajuda, que haveria de surgir do Ocidente ainda na década de 80, dado que o apoio que, antes a Frelimo, depois o governo do país independente, recebia do bloco leste, designadamente da União Soviética, escasseiava, e o esforço de guerra retirara a capacidade de o país ser minimamente auto-sustentável. A moeda de troca da ajuda, para além da retirada da influência comunista, e entrada na esfera do chamado "engajamento construtivo" passava, a mudança de uma economia centralmente planificada para uma economia de mercado, no caso fortemente neo-liberal, no quadro da adesão aos programas de ajustamento estrutural, prosseguidos pelo Banco Mundial e pelo FMI.

¹¹ Dados retirados do artigo *Paz e Economia*, da economista Luisa Diogo, no livro colectivo *Moçambique, 10 anos de Paz*, de 2002, organizado por Brazão Mazula. Luísa Diogo foi sucessivamente técnica no Ministério das Finanças, quadro superior do Banco Mundial em Moçambique, vice-ministra do Plano e Finanças, Ministra do Plano e Finanças e Primeira-Ministra. A sua ligação com o Banco Mundial e a capacidade de penetração e interação com a comunidade doadora terá moldado, a nosso ver, a relação, inicialmente problemática, entre o governos e as instituições de Bretton Woods. Mas sobre isso falaremos adiante.

Evolução dos tráfegos ferro-portuários 1975-2005: leitura política, histórica e sociológica

A evolução dos tráfegos ferro-portuários são um importante manancial para o estabelecimento, ainda que sucintamente, de um quadro histórico e sociológico das alterações dramáticas que ocorreram no passado (longínquo e recente) ao nível da região austral de África – cuja influência da África do Sul é decisiva - e ao nível planetário - sobretudo a correlação de forças entre o Ocidente e o chamado Bloco Comunista -, cujas tensões, no contexto da Guerra Fria, por exemplo, são representativas da dimensão, extensão e consequências do conflito -, o que não só marca o posicionamento de Moçambique, mas lhe determina o percurso perante estas transformações, algumas das quais absolutamente vorazes.

Moçambique procede de uma relação, quase sempre complexa, entre o centro e a periferia, onde a solidariedade e o conflito se cruzam permanentemente. Desapoiado pelo Ocidente quando a FRELIMO tentou a via emancipatória, primeiro, irá encontrar no bloco socialista, o apoio necessário para encetar a luta que está na origem da sua independência política.

Também é importante pensar a relação com uma economia semi-periférica, como a sul-africana, semi-periférica no plano global, mas absolutamente central tendo em vista os países que gravitam à sua volta, de onde podemos assacar uma interdependência que não se pode iludir. Mas sempre uma relação de tensão. Aliás, o historiador António Sopa recorda, em entrevista que nos concedeu, que já no tempo da luta pela libertação dos moçambicanos, tanto os sul-africanos como os rodesianos estavam claramente do lado o regime português, que apoiavam e onde buscavam apoio, para destes participarem da guerra ao lado das tropas portuguesas - um facto inédito, não revelado nem estudado pela historiografia e que Sopa descobriu recentemente:

Já há uma participação muito forte da África do Sul e Zimbabwe na guerra colonial aqui. Inclusive o Ian Smith foi a Portugal pedir apoio e colaboração ao Salazar. Havia uma forte colaboração e uma forte intervenção dos dois lados na guerra, logo que começa a frente de Tete, a partir de 68 começa a desenvolver-se essa colaboração.

Não se revela estranho que logo após à independência, os sul-africanos tenham obstruído a relação comercial com Moçambique. Samora Machel, que liderava o movimento e que será o

primeiro Presidente da Nação, finalmente independente, declara apoio inequívoco à libertação do Zimbabwe (até então Rodésia do Sul) e ao fim do *apartheid* na África do Sul, onde Nelson Mandela, se encontrava preso. O apoio de Machel não foi apenas verbal, militarmente tanto a Zanu e Zapu do Zimbabwe, como o ANC, através do Unkhonto we Sizwe, tem um apoio forte de Moçambique. Aliás, Robert Mugabe residirá em Moçambique, largos anos, assim como Jacob Zuma, actual Presidente sul-africano, que chefiava o escritório do movimento nacionalista sul-africano, em Maputo.

Interessante também será notar a presença de intelectuais sul-africanos, muitos dos quais leccionarão na nova universidade do País independente. Nomes como os de Ruth First, assassinada a 17 de Agosto de 1982, por uma encomenda-bomba de Pretória, são emblemáticos. First era uma activista anti-apartheid e foi casada com Joe Slovo, presidente do Partido Comunista sul-africano e dirigente da ala militar do ANC. Slovo seria ministro no governo de Nelson Mandela, saído das eleições de 1994.

Samora Machel mantinha com alguns destes dirigentes uma relação fraternal e solidária muito forte, mesmo que isso significasse maior isolamento e mais boicotes do mundo capitalista a Moçambique. Oliver Tambo, dirigente do ANC enquanto o regime mantinha Mandela em Robben Island, na África do Sul; Sam Nujoma, dirigente da SWAPO, na Namíbia, que viria a ser seu primeiro Presidente; Robert Mugabe, já citado, que foi Primeiro-Ministro nos primeiros anos da independência do Zimbabwe e é ainda hoje Presidente do país; e tantos outros, ou eram visitas constantes em Maputo, ou residiam mesmo no País.

Nos primeiros anos da independência do País há um grande sentimento mobilizador de solidariedade em relação aos povos e países africanos e não só que não gozavam de independência nem de soberania. Isso relevou um preço económico sério para Moçambique. As Nações Unidas chegaram a prometer apoio para o facto de Moçambique ter encerrado fronteiras com a antiga Rodésia do Sul, o que haveria de determinar o baixíssimo nível de tráfego que se verifica nas linhas férreas do sul e do centro. Mas também é preciso notar que o país não tinha uma boa relação com o Malawi de Kamuzu Banda.

A problemática relação com Banda vinha de longe, da sua relação privilegiada com o regime português. José Manuel Duarte de Jesus, antigo diplomata português, que conheceu e contactou Banda, naqueles idos anos, testemunha isso mesmo numa obra recentemente sobre Eduardo Mondlane¹²:

Banda, embora mantivesse uma representação da FRELIMO no seu território, mantinha relações excelentes com Portugal, tanto a nível diplomático, como a um nível paralelo e obscuro através da figura de Jorge Jardim, homem de confiança total de Salazar e de Marcello Caetano, semi-agente secreto e diplomata. (Jesus, 2010, p. 62)

O Malawi, servido pela Linha do Norte e pelo Porto de Nacala, é um país de dimensões reduzidas e praticamente encravado em termos geográficos, que o torna absolutamente dependente de Moçambique. Jesus, aliás esteve, em 1963, em encontros entre Banda e autoridades portuguesas e testemunha a preocupação do dirigente malawiano, na altura Niassalândia, no sentido de conseguir “um acordo para trânsito das mercadorias da Niassalândia pelo porto de Nacala, mais conviniente do que a Beira...”

Samora teve uma relação difícil com Banda. Chegou a ameaçá-lo e dizia possuir mísseis virados para o Malawi meses antes de morrer. Isto nos meados dos anos 80. Outra relação, não menos difícil, era com Mobutu, do Zaire, actual República Democrática do Congo. Aliás, Samora morre justamente no regresso de uma cimeira, em Ndola, no Zaire, no contexto desta tensão que se vivia. Tudo isto demonstra o quadro geo-político de aberta confrontação política e até militar que se vivia na África Austral.

Mas isso é já numa fase acirrada do conflito. A verdade é que os portos e caminhos de ferro moçambicanos eram um ponto central na afirmação do novo país e a sua viabilização em muito dependia a viabilização económica e política do próprio País.

¹² José Manuel Duarte de Jesus, diplomata português jubilado, fez publicar, em janeiro de 2010, a obra *Eduardo Mondlane, Um Homem a Abater*, fruto da sua tese de doutoramento.

O novo regime em Moçambique, provavelmente, não dimensionara, nem a força militar tremenda do regime do *apartheid*, nem a sua decisiva importância económica. Isto foi determinante nos primeiros anos do novo país e teve uma importância crucial na sua espinha dorsal económica, que era o sistema ferro-portuário. O historiador António Sopa quando indagado sobre a avaliação, importância e força dos sul-africanos neste contexto, acha que o (novo) governo de Moçambique não se apercebeu:

Eu acho que não se apercebeu. Não se apercebeu. E estavam embriagados com a vitória. Acho que acharam que ia ser fácil. Acharam que ia ser processo rápido de desmontagem do regime da África do Sul e Zimbabwe. Isso foi medido depois.

A mesma opinião tem Abdul Magid Osman que assumiria, anos mais tarde, já em plena década de 80, a pasta das Finanças e seria um o responsável pela implementação do programa de ajustamento estrutural:

Não tinham, não tinha sequer a consciência do que significaria aplicar sanções à Rodésia. Os sul-africanos tinham medo da FRELIMO. A FRELIMO era um movimento fortíssimo e eles sabiam que não era o fantoche do Malawi que poderiam controlar. A FRELIMO ao fazer uma opção que fez estava a mandar um sinal e mandou.

Consequências dramáticas para nós, mas também mudou a geografia da África Austral. O MPLA e a FRELIMO pagaram um preço enorme mas aceleraram a queda do *apartheid*. Ninguém pode desmentir que quem acelerou a queda do *apartheid* e do Ian Smith a FRELIMO e o MPLA. Hoje ninguém lhes dá esse crédito mas foi fundamentalmente a FRELIMO e o MPLA. A FRELIMO muito o Ian Smit e o MPLA e os cubanos no *apartheid*. A história não está a ser escrita mas a história é essa.

José Luís Cabaço foi ministro dos Transportes na altura da independência e teve que lidar com este *dossier* complexo que era a relação com os sul-africanos. Em entrevista que nos concedeu relembra as consequências dramáticas da relação inamistosa com os sul-africanos:

Os sul-africanos começaram a desviar o tráfego até para a Namíbia. Eles avançaram rapidamente com Richards Bay. O avanço do Richards Bay liquidou Ponta Mamole¹³.

¹³ Refere-se a actual Ponta Dobela, projecto que não viria a luz do dia. Era e é um grande projecto de um terminal minaraleiro. Estava estudado e quando ia a avançar deu-se a independência de Moçambique. Ficou no papel. Os sul-

O tráfego baixou vertiginosamente.

Nós fizemos uma revisão de tarifas, baixamos as tarifas para sermos concorrenciais, etc. Mas com a capacidade criada em Richards Bay, que era de 50 milhões de toneladas na altura, os sul-africanos não só evitaram Maputo como foram fazer uma política de *dumping* para ir buscar cargas da Zâmbia, até Tanzânia, mas principalmente Zâmbia, Congo, e Zimbabwe.

A situação geo-estratégica de Moçambique, determina, naturalmente, que o país tenha como *hinterland* a África do Sul, o Zimbabwe e o Malawi, para onde aliás estão orientadas as principais linhas férreas moçambicanas, servidas pelos três principais portos - Maputo, Beira e Nacala - todos eles internacionais. Quando o tráfego deixa de fluir para Maputo, os moçambicanos tentaram fazer uma contra-ofensiva, como testemunha José Luís Cabaço:

Nós fizemos aqui um contra-ataque, fizemos uma ofensiva sobre os caminhos de ferro da África do Sul, tivemos algumas respostas, pequenas, mas tivemos. Demos muitas facilidades, por exemplo no cais de fruta, que foi desenvolvido nessa altura; a terminal de contentores também foi criada nessa altura, envolvendo o investimento sul-africano, não o Estado mas empresas. Os nossos preços eram competitivos, nós fizemos uma redução muito grande das tarifas, para manter o trânsito, mas era impossível: não tínhamos capacidade, nem técnica, nem de qualidade de serviço ao mesmo nível que os caminhos de ferro sul-africanos e os portos sul-africanos.

Em Moçambique vivia-se a ressaca pós-colonial, com a significativa fuga de quadros. Isso teve influência? - quisemos saber de José Luís Cabaço:

Completamente. Basta dizer que ficámos sem maquinistas ferroviários, ficámos sem os operadores de guindastes, foi uma coisa realmente dramática. Substituímos por moçambicanos com pouca experiência, com uma produtividade muito mais baixa. O contexto foi principalmente esse: foi primeiro e fundamentalmente a desconfiança política recíproca porque havia uma relação que em qualquer altura poderia quebrar por razões políticas - também porque nós

africanos até então dependentes dos portos moçambicanos, que são o seu *hinterland* natural investiram em suas infra-estruturas e instituíram uma política de *dumping* tendo em vista inviabilizar os portos, a ferrovia e a economia moçambicas.

tomamos precipitadamente a decisão de fazer o boicote à Rodésia, o que assustou muito os sul-africanos, então eles começaram a desviar o trânsito paulatinamente e a solução deles foi Richards Bay e construíram Richards Bay em tempo recorde e ficaram livres de Maputo, nós ficamos só com algumas cargas de empresas privadas. De cerca 11 milhões de toneladas caiu para 7-6 milhões.

Por outro lado, a África do Sul reduz o contingente mineiro e corta o pagamento diferido. José Luís Cabaço testemunha:

De alguma forma toda a história dos mineiros esta ligada à história dos Caminhos de Ferro. A primeira coisa que eles fazem é acabar com o diferencial do ouro. O pagamento era feito em ouro a um custo estabelecido independentemente das flutuações do ouro. Portugal primeiro e Moçambique depois faziam reservas e negociavam as reservas ao preço internacional. Não era muito legal porque o acordo com os sul-africanos previa que eles davam o ouro mas a gente não devia vendê-lo. Mas a gente vendia. A gente, quer dizer, primeiro os portugueses e depois nós na mesma linha.

A redução do contingente dos trabalhadores mas principalmente a eliminação do diferencial ouro - começou-se a pagar o ouro ao valor de mercado - afectaram de forma drástica a entrada de divisas em Moçambique.

Este é o cenário que se viveu nos anos que procedem da independência. Ao ler-se a trajetória dos tráfegos, tanto portuários, como ferroviários, percebe-se perfeitamente este contexto difícil no qual Moçambique se enredou. Contexto de luta política entre as chamadas forças progressistas e o imperialismo.

Hoje, a distância de duas décadas do fim do *apartheid*, trinta anos depois da independência do Zimbabwe e outros tantos da Namíbia, o contexto da África Austral mudou radicalmente. O contexto de luta política da Linha da Frente - linha de luta dos emancipados contra os que ainda mantinham povos sobre dominação - na qual Samora Machel desempenhou um papel extraordinariamente forte, ou na SADC, que começou por ser SADCC, um bloco económico, de solidariedade e uma frente também de combate e emancipação. Mas as relações entre os países são complexas.

A despeito, os contornos das relações económicas de Moçambique e a África do Sul e o desenvolvimento dos sectores energético, ferro-portuário e do turismo são de uma importância vital hoje e podem estar na origem de uma alteração profunda do paradigma. Moçambique é claramente dependente (historicamente comprovado) do seu vizinho, o que obriga o país a procurar afirmar-se com subtilidade e de uma forma firme para desenvolver e fazer valer os seus interesses nacionais. Por outro, o desenvolvimento da indústria extractiva, onde se cruzam interesses do Brasil e da Índia, no quadro geo-estratégico dos portos e caminhos moçambicanos, pode configurar um novo mapa, não só a nível dos tráfegos, que podem mudar substancialmente, como através delas se pode explorar um novo contexto e um novo paradigma nas Relações Internacionais. O país não se pode alhear destes fenómenos e é necessário equacioná-los no quadro do futuro imediato e a médio e longo prazos, quando se pensa Moçambique na região e no Mundo e na importância que esta componente estratégica determina.

Muito antes, em plena crise, a exigência para a obtenção da ajuda de que o país dramaticamente necessitava, em plena emergência, seria concedida com a adesão ao Banco Mundial e do FMI, ou seja a adequação da sua política económica ao chamado “Consenso de Washington”. Esta mudança é também preparada no tempo de Samora Machel. O PRE, programa de reabilitação económica, inicia em Janeiro de 1987, Samora morreu em outubro, três meses antes, como se recorda Magid Osman:

Samora aprovou o PRE. Samora estava vivo quando dirigiu o *Bureau Político* em que se aprovou o PRE. Há um acontecimento em que a gente aprova o PRE e eu vou para Washington para o Banco Mundial e FMI negociar e quando volto passado uma semana dá-se o desastre de Mbuzine e depois há todo o processo e nós em janeiro de 87 iniciamos. Da morte de Samora para implementação decorrem 3 meses. Só um partido que estivesse convencido de que este era o caminho é que permitia em 3 meses fazer uma transformação radical da economia. Havia consciência de que o caminho era aquele. Havia uma unanimidade pelo menos expressa publicamente que era aquele o caminho.

Tráfego ferroviário

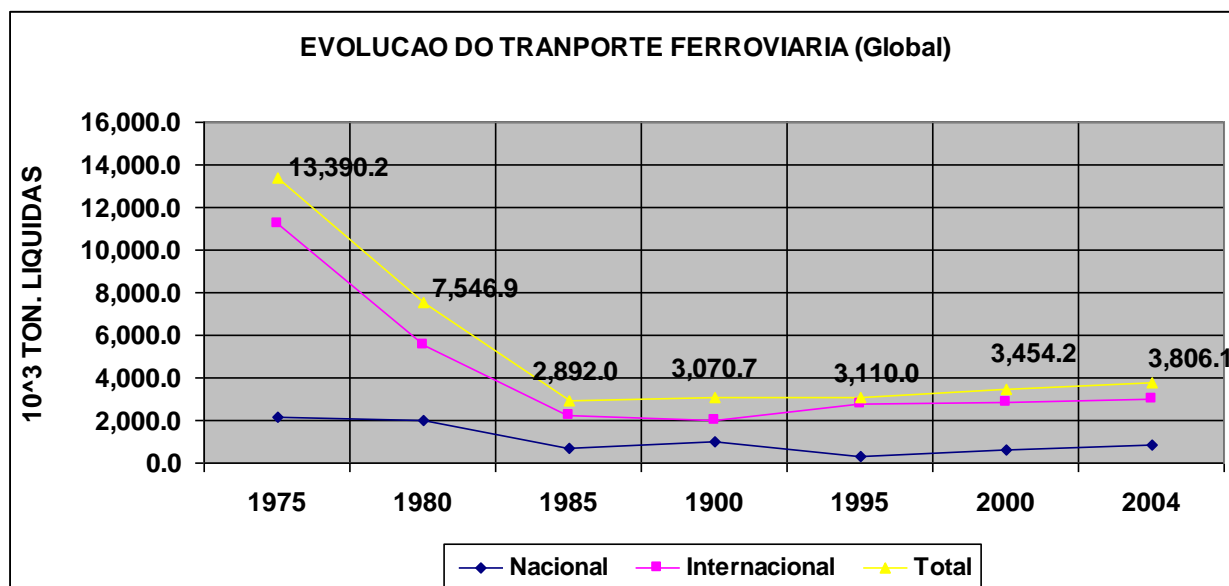


Gráfico 1: Histórico consolidado da operação ferroviária em Moçambique desde a independência até 2004.

Em 1975, os caminhos-de-ferro moçambicanos transportavam, globalmente, nas suas linhas, 13.4 milhões toneladas líquidas de mercadoria. Deste volume, 2.1 milhões de toneladas são relativos ao tráfego nacional, e os restantes 11.2 milhões de toneladas (valores mais expressivos) ao tráfego internacional, principalmente ao chamado *hinterland*, designadamente para África do Sul (5,6 milhões de toneladas), Zimbabwe (2.5 milhões de toneladas), Suazilândia (2.3 milhões de toneladas) e Malawi (684,7 mil toneladas), que têm Moçambique como saída natural e via de acesso ao comércio internacional. Estes dados, de 1975, referem-se, por conseguinte, ao ano em que o país ascende à independência política, uma data emblemática e um marco relevante no entendimento da economia, da sociedade e da política do país.

No ano seguinte, também em termos globais, o valor continuou acima dos 10 milhões de toneladas (10.2 milhões de toneladas), mas a carga zimbabueana baixou drasticamente de 2,5 milhões de toneladas para 88,9 mil toneladas, sendo que para outros países ainda se mantiveram os valores anteriores. Tendo alcançado a independência, Moçambique abraçou imediatamente a

causa da emancipação do Zimbabwe. Esse facto traduziu-se em dramáticas consequências políticas e económicas. O fecho da fronteira com o Zimbabwe fez com que, entre 1977 e 1979, não houvesse tráfego para o Zimbabwe e portanto não houve fluxo de carga.

Para além do facto político e militar que significou a relação de conflito com a antiga Rodésia do Sul, que atacou fortemente a região centro e sul do país, tendo atingido dramaticamente o tecido ferroviário, o fecho de fronteiras para uma economia fortemente dependente, na sua acumulação, das receitas com os países vizinhos, expressivamente África do Sul e Zimbabwe, na época com regimes dominados por governos racistas e aliados, está na origem da baixa de serviços que o país anteriormente prestava e que lhe facultavam recursos que muito haveria de necessitar.

Os números do transporte ferroviário foram baixando de ano para ano, mesmo depois da independência do Zimbabwe em Abril de 1980 e com a consequente abertura das fronteiras. Esta foi a evolução anual do tráfego ferroviário: 1975 (13,3 milhões de toneladas), 1976 (10.2 milhões de toneladas), 1977 (9.1 milhões de toneladas), 1978 (8.6 milhões de toneladas), 1979 (8.8 milhões de toneladas), 1980 (7,5 milhões de toneladas), 1981 (7.7 milhões de toneladas), 1982 (6.7 milhões de toneladas), 1983 (4.0 milhões de toneladas), 1984 (3.6 milhões de toneladas), 1985 (2.8 milhões de toneladas), 1986 (2.9 milhões de toneladas), 1987 (3.2 milhões de toneladas), 1988 (2.7 milhões de toneladas), 1989 (3.7 milhões de toneladas), 1990 (3.0 milhões de toneladas), 1991 (2.1 milhões de toneladas), 1992 (2.4 milhões de toneladas), 1993 (3.0 milhões de toneladas), 1994 (2.4 milhões de toneladas), 1995 (3.1 milhões de toneladas), 1996 (4.0 milhões de toneladas), 1997 (3.8 milhões de toneladas), 1998 (4.1 milhões de toneladas), 1999 (3.9 milhões de toneladas), 2000 (3.4 milhões de toneladas), 2001 (4.1 milhões de toneladas), 2002 (4.1 milhões de toneladas), 2003 (4.4 milhões de toneladas), 2004 (3.8 milhões de toneladas), 2005 (4.0 milhões de toneladas).

Tendencialmente, a carga da África do Sul foi baixando, chegando a valores menores que 1 milhão de toneladas. Em 1987, ano ulterior à morte de Samora Machel, um período agudo das relações entre Moçambique e África do Sul (o governo moçambicano acusou abertamente o regime do *apartheid* de ser o autor material e moral do “assassinato” do presidente moçambicano, a carga sul-africana era de 651,8 mil toneladas líquidas, muito abaixo mesmo dos

anos mais críticos (primeiros anos da década de 80) e que precederam a entrada de Moçambique nas instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e na lógica e poder do engajamento construtivo, defendido por Chester Crocker, como forma de retirar Moçambique da influência soviética e comunista.

Acresce a isto a política de *dumping*, praticada pela administração ferroviária ao longo de anos, influenciando as cargas vocacionadas para o porto de Maputo, como o natural acesso ao comércio internacional. Essa relação predominantemente de conflito mantém-se nos mesmos termos, mesmo depois da mudança política na África do Sul, nos anos 90. Apesar de o ANC ter tido apoio e base em Moçambique, as relações comerciais, entre os dois países, não mudaram substancialmente. Os sul-africanos prosseguem a afirmação do seu poder económico, da sua supremacia e impõem as regras de jogo.

Com a independência do Zimbabwe, em 1980, assistimos à recuperação da carga proveniente daquele país, mas nunca mais se atingem outra vez os 2, 5 milhões de toneladas de 1975, sendo que os anos de maior expressão são de 1992 (o ano do fim da guerra em Moçambique) e 1995, com 1,1 milhões de toneladas; 1.2 milhões de toneladas em 1993; 1.1 milhões de toneladas em 1994 e 1.6 milhões de toneladas (em 1995), respectivamente. Depois, em anos mais recentes, com valores como 943,9 mil toneladas, em 2005. Mas aqui há uma clara explicação para este facto: a crise zimbabweana, deflagrada na sequência da expropriação de terras dos fazendeiros brancos para redistribuição da terra pelos negros, instituída e prosseguida por Robert Mugabe, que está na origem de uma profunda crise económica, social e política daquele país. Esta crise afecta não só a ferrovia moçambicana, designadamente a Linha do Limpopo, no Sul, como a Linha da Machipanda no Centro, que servem importantes regiões do Zimbabwe como Bulawayo ou Harare, mas também atinge os respectivos portos (Maputo e Beira), que são a via marítima preferencial para a carga daquele país.

Tráfego portuário

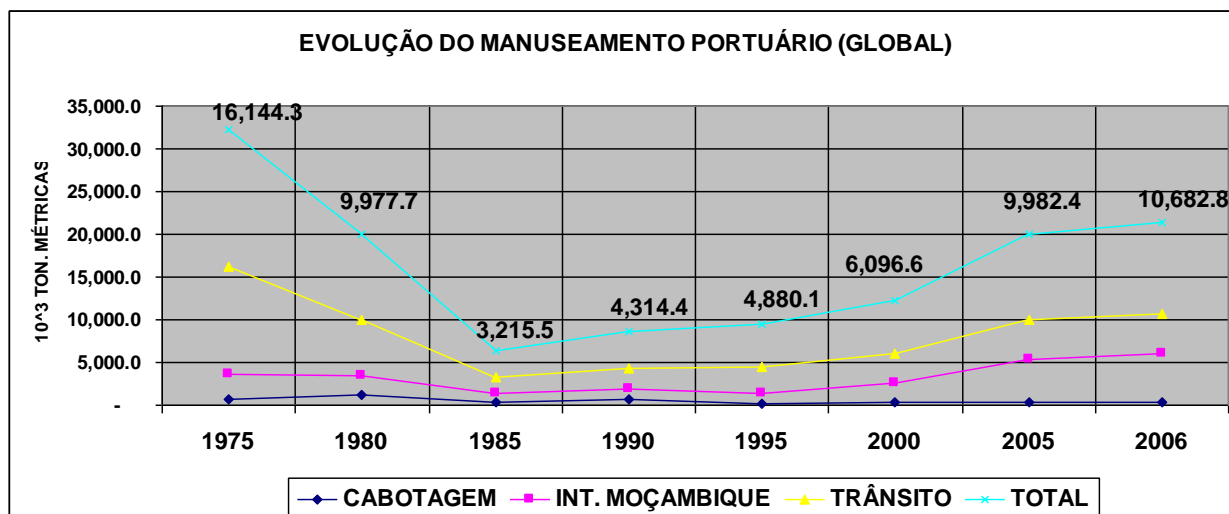


Gráfico 2: Histórico consolidado do manuseamento de cargas em todos os portos moçambicanos desde a independência até 2006.

No ano de 1975 passaram pelos portos moçambicanos 16.1 milhões de toneladas métricas de carga nos portos moçambicanos. Tal como no âmbito da ferrovia, estes valores sofreram uma erosão ao longo do tempo, conforme a crise económica se foi agudizando no país, com o avanço da guerra. Trinta anos depois, em 2005, passavam pelos portos moçambicanos, um global de 9.9 milhões de toneladas. No lapso deste tempo, houve anos em que se atingiram valores baixíssimos, tendo em conta as capacidades dos portos moçambicanos e as possibilidades de expansão que eles tinham, como 4.8 milhões de toneladas em 1984; 3.2 milhões de toneladas em 1985; 3 milhões de toneladas em 1986; 3,6 milhões de toneladas em 1987; ou 3,7 milhões de toneladas em 1988. Depois da guerra, voltamos a assistir à uma recuperação do volume de tráfegos, mas ainda não se atingiram os valores de 1975: 4,6 milhões de toneladas em 1992; 4,9 milhões de toneladas em 1993; 4,8 milhões de toneladas em 1994; 4,8 milhões de toneladas em 1995; 6 milhões de toneladas em 1996; 6,3 de toneladas em 1997; 5,9 milhões de toneladas em 1998; 6,1 milhões de toneladas em 1999; 6 milhões de toneladas em 2000 (ano marcado dramaticamente por cheias que devastaram as regiões centro e sul do País, principalmente); 7,3

milhões de toneladas em 2001; 8.2 milhões de toneladas em 2002; 8.4 milhões de toneladas em 2003; 9 milhões de toneladas em 2004; e 9.9 milhões de toneladas em 2005. Apesar disso, longe dos 16.1 milhões de toneladas que se atingiram no ano de 1975.

O porto de Maputo, o maior porto moçambicano, movimentava, em 1975, 12,4 milhões de toneladas; vinte anos depois, em 1995, teve apenas 1.8 milhões de toneladas. Em 1985, quando o país fazia a transição do sistema de economia planificada para um sistema de economia de mercado, o porto de Maputo manuseava 1.9 milhões de toneladas. Só quinze anos depois de ter terminado a guerra, é que vamos assistir à retoma da alta dos tráfegos, com valores como 3 milhões de toneladas em 2000 ou 6.3 milhões em 2005, metade do que se fazia 30 anos antes.

A mesma tendência ocorre nos portos da Beira e de Nacala, com valores menos expressivos, dado o volume (mais baixo) que aqueles portos manuseiam, é facto, e à dimensão daquelas infra-estruturas. O porto da Beira movimentava 2.9 milhões de toneladas em 1975, teve os valores mais baixos em 1985 (989,3 mil toneladas), em 1990 nota-se uma recuperação para 1.8 milhões de toneladas, o que evoluiu para 2.4 milhões de toneladas em 1995. Em 2005 pelo porto da Beira passaram 2.4 milhões de toneladas, aqui já se reflecte a crise zimbabueana, de que falamos acima. Outro factor que prejudicou o porto da Beira foi o encerramento da Linha de Sena em plena guerra, que deixou de ligar o porto à uma importante zona mineira e de grandes possibilidades de produção agrícola, como é o Vale do Zambeze e a província de Tete. Aliás, hoje, aquela região, graças a importantes perspectivas da indústria extractiva, está a mobilizar volumosos investimentos, talvez os mais expressivos do país. A linha está em reconstrução, o que prenuncia uma demanda cada vez mais crescente do porto da Beira, com capacidade para manusear, no caso do carvão, cerca de 12 milhões de toneladas. O principal constrangimento é o acesso ao canal, permanentemente assoreado, que não permite a escala de navios mineiros de grande calado, como é o caso dos Panamax.

Pelo porto de Nacala, o porto natural mais importante do país e um dos mais importantes da costa oriental africana, dada as suas condições excepcionais, passavam 600 mil toneladas em 1975. Cinco anos depois, em 1980, o melhor ano do país em termos económicos, no período pós-independência, permitiu a Nacala chegar a 680,4 mil toneladas de carga manuseada. Contudo, dez

anos depois, em 1985, Nacala atingiu o seu valor mais baixo: 140,1 mil toneladas, reflexo da crise, da guerra e das relações tensas com o Malawi. Samora Machel antes de morrer ameaçara claramente Kamuzu Banda. Em 2000 foram manuseados 673 mil toneladas em Nacala e em 2005 quando se atingiram mais de 800 mil toneladas (875,5 mil toneladas, no caso), Nacala inverteu a tendência que condenava o porto.

O terminal de contentores do Porto de Maputo foi dos primeiros a ser concessionado, - isto em 1996 - num sistema de *leasing* dos terminais portuários, experiência pioneira de envolvimento do sector privado na gestão e operação dos portos e caminhos de ferro moçambicanos, experiência que precedeu as grandes concessões. Em 1995, ano antes da privatização do terminal, este manuseava 5.843 TEU,s; em 2004, oito anos depois da concessão, 48.478 TEU`s.

O porto da Beira foi concessionado (Carga Geral e Terminal de Contentores) em 1998 quando o terminal de contentores manuseava 36090 TEU`s. A evolução também é visível. Em 2004, não obstante a crise zimbabweana, aumentara para 46.775 TEUs.

A leitura mais próxima que se pode fazer destes volumes de tráfegos tem muito a ver com a história política e sociológica do país.

O regime de *apartheid* não se limitou a estrangular economicamente Moçambique, com a redução do tráfego ferro-portuário, e do número de trabalhadores moçambicanos nas minas sul-africanas, acompanhada pela abolição da *prática de pagar com ouro quantificado a preço oficial uma parte das remessas dos mineiros moçambicanos*. A *acção de desestabilização assumiu várias formas – militar*, destruição de infra-estruturas económicas. A carência em divisas resultam não só do estrangulamento económico do regime do *apartheid* mas também da ajuda de exportações tradicionais. Esta carência foi inicialmente superada – e de uma forma inepta – com o endividamento externo. Os bancos internacionais, devido ao incumprimento sistemático do serviço de dívida, recusaram novos financiamentos, foi necessário procurar outros apoios já que o bloco socialista, com excepção da União Soviética (que para além de material bélico, passou a fornecer combustíveis, bens de consumo e outros itens de consumo corrente), não dava apoio à Balança de Pagamentos, nem ajuda alimentar, indispensável para a sobrevivência de milhares de deslocados que a guerra de desestabilização provocara, entretanto. Moçambique deixou de ter acesso a créditos

bancários e passava reunir regularmente com o Clube de Paris e o Clube de Londres para reescalonar a sua dívida externa. (Osman; Saúte, 2009, p. 327)

A história dos tráfegos ferro-portuários é, em muito, a história política e econômica de Moçambique. Pode-se fazer o diagnóstico da crise moçambicana através desta.

A guerra de desestabilização tinha um desiderato económico e político muito claro. Toda a espinha dorsal da economia moçambicana foi desarticulada. O sistema ferro-portuário foi aquele que mais sofreu, dado que era, o *backbone system* da economia do país, fortemente atrasada, sem indústrias de expressão, muitas delas no sector da transformação terciária, algumas inclusive dependentes do sistema ferroviário e portuário.

Moçambique, por outro lado, tinha necessidade de apoio do Ocidente, não só resolver os problemas económicos mas também para neutralizar a África do Sul, e de quem temia uma invasão após o recrudescimento da guerra, designadamente ataques da aviação sul-africana, e da violação do território, tentou e conseguiu uma aproximação aos EUA e a outras potências ocidentais. É neste contexto que emerge a política de “engajamento construtivo”, defendida pelo americanos. Ronald Reagan, por recomendação de Margareth Thatcher, resolve melhorar o seu relacionamento com Moçambique. (Osman; Saúte, 2009, p.327-328)

A sociologia das privatizações

As privatizações ocorrem num quadro político e social de enormes tensões na sociedade moçambicana. A distância de duas décadas falta uma abordagem mais aprofundada, que elabore sobre o quadro, necessariamente crítico, na qual elas ocorrem e não seja apenas a expressão maniqueísta do debate que é comum fazer-se. O economista moçambicano Carlos Nuno Castel-Branco é crítico em relação a esta debate maniqueísta:

A maior parte das análises sobre as privatizações em Moçambique e provavelmente no mundo são muito unidimensionais. Tu tens os que estão a favor, e tens os que estão contra, qualquer um deles têm argumentos para fazer e justificar a posição que querem tomar ou que tomaram. Agora para mim o ponto é que é importante ver as privatizações num contexto complexo.

Abdul Magid Osman foi quem activou, como Ministro das Finanças, o processo das privatizações para além de ter liderado o processo de implementação do PRE, o programa de ajustamento estrutural, prosseguido pelo Banco Mundial, em Moçambique. Ele recorda, em entrevista que nos concedeu, as razões que precederam à decisão de o Estado, nomeadamente o Ministério das Finanças, desassumir o ônus das empresas que não traziam ganhos ao Estado, antes pelo contrário.

Primeiro é necessário ver o contexto em que surge a necessidade de fazer privatizações. Quando em 1987 iniciámos o PRE a nossa economia tinha centenas de empresas que eram geridas por Comissões Administrativas (CAs) e o que acontecia com essas CAs, por um lado, iam ao Banco de Moçambique, na altura o BCM¹⁴, para pedir crédito, ao BPD¹⁵, e por outro lado todos os anos o Orçamento de Estado (OE) tinha que dar subsídios a essas empresas públicas, então nós tínhamos uma situação em que o sector financeiro adiantava o dinheiro e os sectores reais de produção, como era a agricultura, a indústria, a energia, sistematicamente inventavam novas necessidades em que era necessário de facto acudir: o argumento de peso muito grande: "*senão nós tínhamos que despedir trabalhadores e criar um problema social*". E para quem está a tentar racionalizar o OE, tentar racionalizar a Banca, introduzir inclusive na Banca taxas de juro de mercado, porque até aí a própria taxa de juro não era de mercado, era taxa de juro fixada administrativamente, recorde perfeitamente que na altura as taxas de juro eram de 4% e tínhamos a ideia socialista de que a Banca era o coração da economia, através da Banca nós conseguíamos controlar toda a economia. E essa situação dava coisas absurdas. Por exemplo: nós tínhamos a produção do açúcar em Xinavane e aquilo que nós gastávamos em divisas para produzir o açúcar era mais do que o valor do açúcar que era produzido.

Carlos Nuno Castel-Branco é assertivo no diagnóstico das razões que levaram à privatização:

O contexto é, por um lado de pressões económicas, de desafios económicos, e de como é as estruturas sociais e de poder que se estavam a estruturar naquele processo em relação com a economia; e a questão principal é como é que dinamicamente estas duas coisas - os agentes

¹⁴ Banco Comercial de Moçambique. Era o banco comercial dentro do Banco Central. Aquando da liberalização do sector financeiro, foi privatizado.

¹⁵ Banco Popular de Desenvolvimento. Foi posteriormente privatizado, baptizado como Banco Austral e mais tarde adquirido pelo Barclays.

digamos assim da economia e as ligações da economia se relacionam entre si. O que é que eu quero dizer com isto? Quero dizer que é muito simplista estar a falar a favor ou contra as privatizações. Estar de um lado ou de outro é muito simplista. A coisa é que efectivamente tu não tens uma justificação para a estatização da economia em toda a sua dimensão. Não há uma justificação nem teórica nem empírica para isso. Olhando para aquilo que eram as empresas na altura em que as privatizações começaram e foram privatizadas se não me engano naquele período, o chamado período das privatizações, foram privatizadas 1500 empresas *grosso modo*, mais de dois terços dessas empresas não eram estatais, eram intervencionadas pelo Estado.

Magid Osman:

Quando se faz o programa com o FMI e com o Banco Mundial (BM), em particular com o FMI, há alguns parâmetros de BM que é dizer que tem que haver um rigor na política fiscal, tem que haver rigor na política monetária, e que tem como objectivo muito grande, hoje esse objectivo já está um bocado dissipado que é necessário que a balança de transações correntes do país comece a ser equilibrada porque normalmente a intervenção do FMI é para corrigir os desequilíbrios que há na balança comercial e sobretudo na balança de transações correntes. E como é que se faz esse equilíbrio? Faz-se equilíbrio reduzindo o consumo interno para que haja mais para exportar e havendo mais exportações faz-se o equilíbrio da balança de transações correntes e a balança comercial do país. E essa disciplina orçamental exigia que o OE tivesse um défice cada vez menor. Mas por outro lado, ao nível do Ministério das Finanças (MF) havia uma preocupação que ninguém tinha o controlo dessas empresas com CAs, o MF queria se ver livre dessas empresas. Porque aquilo não avançava, tinha CAs, que inclusive importavam equipamento que nunca era desençaixotado. Nós temos centenas de casos de equipamento que vinha, mandaram vir da Vidreira que veio da Cooperação Italiana equipamento que passados 5 anos continuava nos caixotes, fogos que eram reconstruídos, depois paravam porque não havia energia, era um caos, e havia uma preocupação de dizer: nós temos que nos concentrar no Estado em apoiar as EPs fundamentais como a EDM, as Petromocs, que têm uma função fundamental e outro deixar um bocadinho ao deus dar para ver o que acontece. Essa era a preocupação do MF.

Se é facto de que com as privatizações e a saída do Estado na esfera empresarial, dado que muitas das empresas que foram abandonadas pelos seus antigos donos (colonos) foram

intervencionadas, para além daquelas que tinham sido nacionalizadas, era um sinal importante de que o país, mergulhado numa profunda crise, precisava de investimento, e uma forma de o atrair residia nesse esforço, por outro estava em causa a emergência de uma classe de proprietários, numa dinâmica de afirmação não isenta de tensões sociais. O outro ponto tinha que ver com um lastro importante que se desenvolvia à margem do Estado e da legalidade, o enriquecimento ilícito, a candonga, o tráfico de drogas. A liberalização, naquele contexto de profunda crise, seria uma forma de captar esse dinheiro que fugia ao controlo estatal.

Castel-Branco problematiza:

A questão que havia, o debate que havia, era como é que tu podias apanhar esse dinheiro para o sector produtivo? Podias apanhar administrativamente? Apanhar essas pessoas, prender, fuzilar, nacionalizar seus bens, etc.? E a questão é: 1) isso não era politicamente viável; 2) não exequívelmente possível; então um argumento que foi lançado era que em vez disso era preferível reconhecer a situação e tentar atrair este investimento para a esfera produtiva, este dinheiro acumulado ilegalmente, que estava no negócio da droga, estava na lavagem de dinheiro, estava na candonga, atrair essa gente com dinheiro para investir na base produtiva de Moçambique. E as privatizações também tinham em vista isso.

Isso por um lado. Mas por outro, ainda na óptica de Castel-Branco,

ao privatizar as empresas estas pessoas iam comprar e iam investir, agora eu acho que esta análise tem um ponto, por um lado que é interessante, que é esse tu dás oportunidade de investimento, o Estado cria oportunidades de investimento usando os seus próprios activos para modificar a maneira como a acumulação económica está a ser realizada mas era uma abordagem muito ingénua. Tu estás a partir do princípio de que estas pessoas só porque a oportunidade existe vão tomar e não está a tomar em conta que eles continuam com a possibilidade de fazer candonga, açambarcamento, negócio de droga, tendo retornos muito mais altos e tu não tens capacidade administrativa de controlar isso. Portanto: dar uma empresa e dizer investe nesta empresa, fica legal e passa a ganhar o teu dinheiro trabalhando... quando tu podes ganhar muito mais fazendo negócios ilícitos, é muito ingénua. A outra coisa era que investir na indústria não é simplesmente um problema de ter dinheiro. Tu tens que pensar o que é que tu queres fazer, tu tens que ter

capacidade técnica, tens que ter capacidade comercial, tens que entender a cadeia de aprovisionamento, as cadeias comerciais, ter sistemas de distribuição e transporte, se estas coisas não estão a funcionar, não faz nenhum sentido investir na indústria, na agricultura porque não vais conseguir fazer coisas.

Nestes anos renunciava-se o fim da guerra. A década de 90 traz mudanças muito importantes: Moçambique deixa de ser República Popular e aprova uma Constituição, que liberaliza o espaço político. É aprovada uma Lei de Imprensa que consagra um conjunto de importantes liberdades. Castel-Branco acredita, no entanto, que seria difícil fazer algo diferente desta via, ela decorria de um processo histórico próprio, estava condicionado.

Outro argumento é de que era preciso criar uma burguesia nacional. Isso entra na estratégia das privatizações ou não? - perguntamos a Castel-Branco.

Sim, entra muito claramente. Este aspecto de tu em vez de reprimires os açambarcadores, estares de facto a atrair para a esfera produtiva é efectivamente o reconhecimento que o governo tinha naquela altura da necessidade de criar uma burguesia nacional. Eu não estou a dizer isso dizendo se ou concordo ou discordo dessa análise, é factuamente o reconhecimento da questão. A outra coisa é que e aqui é sempre interessante: as pessoas às vezes discutem essas coisas de privatizações e criação da burguesia nacional como se isto fosse um problema técnico, um problema económico - como quem diz nós precisamos de uma classe média, classe média é que consome, tem conhecimento, gera não sei o quê! - o problema é que óptimo então tu vais criar uma classe média quem é que vai ser essa classe média e isso é um processo político não tem nada a fazer com técnica então nessa altura começa um debate interessante que é se nós abrimos a venda das empresas para as pessoas que tem dinheiro quem vai comprar são os comerciantes, quem são os comerciantes? São indianos, quem vai a ser a burguesia nacional? A burguesia nacional vão ser os indianos. Segunda coisa: é os investidores estrangeiros, as grandes empresas os investidores estrangeiros virão comprar, então a economia vai ficar entregue aos indianos e aos estrangeiros e esta coisa fica exacerbada num contexto em que tu tens insatisfação política e social e económica.

Magid reconhece o propósito não explícito de se criar uma burguesia nacional:

Não existia explicitamente que era necessário criar uma burguesia nacional porque nós tínhamos o ditado de que é preciso matar o jacaré enquanto é pequenino, mas nunca foi dito que agora mudamos o nosso paradigma, vamos avançar para uma economia em que a burguesia nacional tem que jogar um papel importante, estava implícito e tanto era assim que no Conselho de Ministros (CM) nós nunca discutimos essa questão de dizer que agora abandonámos o socialismo e uma das pessoas que levantou várias vezes essa questão no CM foi o Luís Bernardo Honwana e eu sou das pessoas que nunca quis discutir esse assunto porque sabia que isso bloquearia o processo.

Os finais dos anos 80 são claramente anos de viragem. Mas também de profundas clivagens no interior da sociedade. A discussão, o debate, o dissenso no interior da Frelimo são emblemáticos, mesmo quando não transparecem.

A outra coisa que é preciso notar é que no V Congresso da Frelimo, que foi em 89, a Frelimo já eliminou o artigo dos seus estatutos de que o membro da Frelimo é impedido de ter trabalhadores assalariados. Isto foi eliminado dos estatutos.

Recordo-me na conferência preparatória do V Congresso, que foi uma grande reunião do partido, em que eu participei, foi em 88 se não me engano, quando esta proposta de estatutos é apresentada com estas modificações há um elemento das forças de defesa e segurança da minha geração – é o grupo treinado como marxistas-socialistas - que vai lá falar e diz que esta coisa de modificar os estatutos da Frelimo é para legitimar a violação do estatuto que a direcção da Frelimo já fez então ele vira-se para trás para o *Bureau Político*, que estava todo sentado na presidência da conferência e diz: *vocês deviam ser todos expulsos do partido porque vocês violaram os estatutos em assuntos graves e violaram sistematicamente e estão a usar a vossa posição para mudar os estatutos para se legitimarem*. E ninguém respondeu ao tipo.

Este processo não foi, nem tem sido pacífico. A luta de classes torna-se inevitável. O conflito não se instala entre as forças produtivas e os detentores do capital ou dos meios de produção. Aqui o conflito funda-se entre as classes dominantes politicamente que almejam o controlo do poder económico numa sociedade cheia de tensões.

E são tensões reais, são tensões dentro da sociedade, não é só que o Banco Mundial impôs, são tensões dentro da sociedade. Tens esta dinâmica das pessoas que dizem: *a gente lutou, a gente libertou, essa coisa do socialismo não parece dar muito bem, temos uma guerra que destruiu este país, vamos ter uma abordagem nacionalista, devem ficar connosco*, o argumento libertar a terra e os homens, que é um argumento é mais do que libertar a terra, porque o argumento em geral é que fazes a luta para libertar a terra, aqui libertar a terra e os homens significa que não tens exploração do homem pelo homem portanto libertas a terra mas a terra é propriedade do povo. Esse argumento começa a ser usado para dizer que *a gente não libertou nada a terra e os homens, a terra ainda é propriedade do Estado, para libertar a terra e os homens, tens que libertar a terra e dar aos homens a possibilidade de ter propriedade privada dessa terra*.

Então de facto tens o argumento ao contrário e começa a fazer falsos argumentos, mas estas coisas são parte do debate, parte da tensão, e a conferência preparatória do V congresso é violentamente crítica do Presidente Samora Machel. Não é que a conferência é, mas há todos estes grupos, estes generais, coronéis, não sei quê, são violentamente críticos do Presidente Samora Machel naquela altura, em contrapartida tens o grupo da minha geração, aqueles que foram treinados já como marxistas, entramos já na fase revolucionária da Frelimo, este grupo contra estas mudanças. Então o grupo mais jovem era o grupo que queria manter a posição. O que historicamente não é nada estranho, também foi assim no passado. Mas foi completamente cilindrado este grupo e a história depois se encarregou do resto.

Mas depois tens todo outro grupo dos gestores públicos das empresas estatais, que são quadros e crias esta ideia, que no PRE começa, que é preciso valorizar os nossos quadros, nós temos que tratar os quadros bem, os quadros não podem estar nas bichas, os quadros não podem não comer, os quadros não podem não ter transporte, se não, não conseguem produzir, e esta coisa vem no contexto de grande pressão, de facto não tens comida, não tens electricidade, não tens água, não sei o quê, e de repente surge esta coisa de que é preciso valorizar os nossos quadros. Então a gente sai da ideia de ser o primeiro no sacrifício e o último no benefício para a ideia de que para o país desenvolver nós temos que ser os primeiros no benefício. E tens uma explosão destas coisas.

A primeira vaga da explosão é: vamos usar os parques recursos. São autorizados a compra de carros nas empresas públicas, as alienações. A segunda vaga e por influência disto: se vamos para as privatizações, eu dei o meu couro como director por que é que não posso comprar a empresa?

Então entras numa situação que de facto é muito perversa, que é o gestor público de uma empresa em mau estado é autorizado a comprar para a pôr em bom estado enquanto privado. Isso não faz sentido. Se tu queres falar em conflito de interesse, o primeiro ponto de conflito de interesse agudíssimo foi esse. Mas outra vez estas são dinâmicas reais da sociedade política como económica.

E Moçambique precisava de investimento, precisava de fazer face a uma situação em que precisa de investimento estrangeiro, estas aberturas, tens a crise do mundo socialista, entre aspas, da Europa, na época, não tens apoio e tens que entrar no mundo capitalista e começar a fazer estas mudanças, ora quando o BM surge a dizer que vocês tem que privatizar as condições políticas económicas estavam criadas para essa posição do BM ser aceite imediatamente. Portanto para tomar isto um pouco simplista é um bocado aquela frase de Samora que diz “o feiticeiro não entra em nenhuma casa se na casa não houver alguém que abra a porta”. O ponto é: por que é que esta posição do BM é aceite e outra não é aceite? Porque as condições políticas e económicas e não sei quê estavam criadas e a elite política e económica estava ávida e isso é o contrário da situação na altura da independência? Na altura da independência, o grupo político dominante não tinha nada. O grupo político dominante vinha das classes trabalhadoras pobres. O grupo económico dominante era colonial, estrangeiro. Então naquele contexto na altura da independência eram meramente nacionalistas, não eram socialistas, como se provou, para eles era absolutamente lógico que a política fosse de estatização. Porquê? Porque a única coisa nacional que havia na altura da independência era o Estado. Tudo o resto era estrangeiro. Tudo o resto de significância era estrangeiro. Então a estatização era uma maneira de mudar o controlo do poder económico. Tu tens o controlo no Estado e então os argumentos de criação do aparelho estatal de direcção da economia que são feitos com recursos a ideologia a dizer que isto é marxismo e tal de facto se é ou não é uma coisa discutível, mas não faz parte desta discussão – eu não penso que seja de toda a maneira –, mas de facto, no caso de Moçambique, essa parte do marxismo é retórica. Essencial é: tu tens que controlar para poderes controlar num contexto de luta política real entre a transição para a independência e a resistência do colonialismo e do racismo na região tens que estatizar. E não é por acaso que quase todos os países africanos mesmo os mais reaccionários da direita capitalista seguiram políticas de estatização massiva e não eram socialistas.

Nesta altura das privatizações tu já tinhas invertido a situação. A elite política ou elementos cruciais da elite política já se tinham apropriado pessoalmente privadamente de alguma parte,

precisavam de mais, eles não podiam desenvolver-se, e fazer mais. O risco era que se tu simplesmente abrisses eles não iam conseguir, não tinham capital, não tinham conhecimento, quem ia conseguir eram os outros, então tu perdia de novo o controlo dos recursos. E daí o ponto de, por um lado privatizar, isso foi imediatamente aceite, mas por outro, dirigir politicamente essa privatização. Não dirigir para o desenvolvimento do país. Mas dirigir no sentido de criar uma burguesia nacional.

Eu acho que tu tens que ver as privatizações neste contexto. E aqui tu tens um terceiro grupo interessante que são os trabalhadores e os sindicatos. Os trabalhadores estavam seriamente ameaçados de perder emprego, não tinham salários, os salários eram muito baixos, os salários não compravam nada porque não havia nada para comprar, se tu querias comprar coisas tinhas que ir para a candonga, mesmo sistema de abastecimento era limitado às cidades, então a situação dos trabalhadores, era extremamente precária. Não podias empregaras pessoas, não despedias as que estavam empregues, tinham salários miseráveis e com aqueles salários não podiam comprar nada, não havia produtos e havia uma elevadíssima inflação e de repente tu tens um partido que se aproxima, partido teoricamente desses trabalhadores, que se aproxima dos sindicatos e dos trabalhadores e começa a dizer a solução é a privatização – com a privatização vais ter investimento, com investimento vais ter aumento de produtividade, com produtividade vais ter mais empregos para nossos irmãos desempregados, pintas uma imagem do que vais conseguir com a privatização, as pessoas comparam aquilo com o seu estado, a privatização é capitalismo, vamos provavelmente perder alguns direitos mas ainda temos um partido que é o nosso partido – não é um perigo tão grande, o partido é nosso.

É isto que eu penso que é importante ver: uma coisa é ver as opções, mas também isso num quadro político e económico de construção de uma burguesia nacional. O problema se é bom ou não construir uma burguesia nacional, isso é outro debate.

Essa sociologia da mudança política e económica é extremamente interessante e ela é um produto de pressões tanto a radicalização da Frelimo é produto de pressões, é por isso que a Frelimo sempre diz o nosso marxismo é produto da nossa luta, como o capitalismo é.

Mas em termos de desenvolvimento a questão para mim é: um) aquilo que saiu fundamentalmente do processo de privatizações foi a emergência de uma classe média e de uma classe burguesa proprietária nacional, mas que é improdutiva na sua essência. Do ponto de vista

do desenvolvimento industrial. Tens uma classe consolidada com poder político e económico mas em termos de produção não vês a não ser os grandes projectos internacionais; dois) apesar da retórica nacionalista deste grupo este grupo é altamente dependente do capital internacional, do grande capital internacional e está associado com ele.

E o que é que é o interesse nacional? Interesse nacional na minha opinião é o interesse que é articulado com força suficiente para ser imposto a sociedade, não há um interesse nacional em geral, e não tens maneira de sair desse assunto. Por exemplo, tu olhas para a questão da indústria de caju e a indústria do açúcar comparativamente: porque liberalizaste o caju e não o açúcar? O açúcar tem três ou quatro *sugar estates* com alto nível de integração vertical, interesses comuns e um oligopólio comercial e grande participação de investimento estrangeiro, de grande, grande escala. Além disso açúcar é grande empregador e portanto é do interesse do Estado manter esta indústria, ora neste contexto tu tens as condições políticas necessárias para ter uma política industrial coerente naquela indústria. O conflito é entre o trabalhador e o capital e o capital tem todo o poder. E o Estado tem interesse na promoção daquela indústria. O Estado responde defensivamente às demandas da indústria e a indústria apresenta uma estratégia coerente para si que é superior a qualquer discussão do FMI. No caso da indústria do caju, tu tens os interesses dos camponeses de um lado, os comerciantes de outro, os industriais de outro, são todos grupos pequenos, os camponeses são os mais pequenos, o único grupo que de facto vive do caju neste processo todo são os operários da indústria do caju porque os camponeses fazem o caju mas fazem outras coisas, os comerciantes e os industriais até faziam comercialização do caju, os próprios industriais faziam a comercialização do caju em bruto, e tem outras coisas a fazer, então o caju é uma actividade, não é a actividade deles e aí o Estado responde defensivamente a diferentes interesses e é o interesse que se articula mais fortemente que se impõe e esse quando o Banco Mundial diz: liberalizem, esse interesse já tinha influenciado a bancada da Frelimo, estava ligado com o partido, com o governo mas acima de tudo é o interesse que tinha uma posição articulada forte no processo e os industriais faziam muito barulho mas mais de metade dos industriais eram de facto comerciantes e estavam articulados no comércio do caju em bruto, então o interesse de facto que era dominante naquela indústria não era só dos comerciantes, mas era o interesse comercial, esse é interesse que é imposto a indústria, não é interesse da indústria toda, é interesse que é imposto e tu estruturas a indústria daquela maneira. Então as privatizações no geral também foi um bocado dessa maneira e quando estás a discutir a coisa tu podes dizer o interesse nacional é o interesse de uma industrialização articulada, isso não interesse nacional, isso é interesse de alguns grupos sociais. Se por acaso isso surgir como opção eles até vão fazer,

não tem nenhum problema de fazer, mas neste momento para acumular capital, não é essa a opção. É muito arriscado, não sei o quê, além disso quem está a entrar aí, ninguém está a entrar aí, os investidores estrangeiros não estão a entrar e se não estão a entrar há alguma razão para não fazerem, estão entrar nos portos, aeroportos, caminhos de ferro, minas, vão para lá, vão ganhar dinheiro lá. E crias uma burguesia que precisa de telemóveis e depois investes nos telemóveis.

Reconhecendo este cenário, mais a volatilidade da pobreza, expressão das desigualdades, ameaça de fatores como HIV SIDA (Aids), fraco índice de desenvolvimento humano, ausência de capital nacional, pouca expressão do empresariado nacional, entre outros constrangimentos, Moçambique construiu uma situação de pós-guerra bastante favorável ao desenvolvimento, e tem uma capacidade de gerir a estabilidade macro-econômica, coesão política nacional e tem condições de estabelecer um modelo de desenvolvimento sustentável capaz de alçar o país a um cenário de futuro sonhado. Contudo, convém não ignorar as adversidades. Sobretudo a exclusão social e econômica promovida pelo alargamento da ação do capital internacional.

A experiência demonstra que, em geral, as privatizações de empresas de grande e médio porte ocorreram na sua maioria a favor de entidades estrangeiras. As privatizações de pequeno porte foram consignadas a moçambicanos que, em geral, não possuíam capital nem gestão adequada – de uma forma geral estas unidades, cada vez mais operando no sector informal, não cumprem a sua função econômica e social e não conseguem assumir as suas responsabilidades perante o Estado. (Ratilal, 2002, p.259)

A África do Sul procurou superar este fato através de uma política de discriminação positiva: o *black economic empowerment*, que não deixa de ser controversa. Moçambique não dispõe de recursos para empreender semelhantes política, nem tem sequer tem no seu código genético a brutal experiência do *apartheid*. A despeito, o *empowerment* dos moçambicanos é suscitado, sobretudo quando está em causa o poder hegemônico do capital estrangeiro que tomou conta de largas empresas e das principais iniciativas empresariais e econômicas. Ratilal avisa: “Com a privatização, a gestão dos bancos comerciais em Moçambique passou a pertencer maioritariamente a estrangeiros que dominam a totalidade das transações no mercado financeiro. O nosso país deve medir com frieza, as implicações desta situação para o futuro do país”. O

filósofo moçambicano Severino Ngoenha, em *Por uma Dimensão Moçambicana da Consciência História* é muito mais acutilante:

A liberalização econômica, precedida pela adesão ao FMI e ao BM, com a conseqüente desvalorização da moeda, não significará a venda do país a estrangeiros? Não será Moçambique um país em vias de uma nova colonização? (Ngoenha, 1992, p. 23).

Muitas são as questões que põem em pauta Prakash Ratilal:

- Há lugar para moçambicanos?
- Que ações são possíveis realizar no plano da microeconomia, que induzam à criação de maior emprego e maior acumulação para os moçambicanos?
- Será possível imprimir a dinâmica do crescimento visando o mercado interno?
- Como aumentar ainda mais o rendimento dos camponeses que não conseguem colocar os seus excedentes de produção no mercado?
- Será possível perspectivar uma distribuição mais equitativa do rendimento que assegure maior coesão nacional? (Ratilal, 2002, p.265)

No entanto, Prakash Ratilal aponta saídas possíveis. Sem questionar as políticas macroeconômicas, “sem conceder nada gratuito mas facilitando condições concessionais, e com vista a assegurar a sustentabilidade do modelo econômico”, permitindo assim o acesso aos recursos aos moçambicanos para empreenderem os seus projetos. Mas é cauteloso e interroga-se:

Quando metade dos recursos do orçamento do Estado provêm, e são pré-determinados pelos doadores, será possível ao governo fazer de forma diferente ou fazer melhor para empreender uma política nacional no quadro da globalização? Haverá doadores disponíveis para fortalecer este caminho? (Ratilal, 2002: 265).

Ratilal, como muitos, acredita que os moçambicanos não são incompetentes e se tiverem acesso a recursos e à formação são capazes de reverter a situação. Tal como lhe parece a ele e a muitos de que o capital estrangeiro e outros recursos que venham de fora são importantes. Mas não é

admissível para este economista moçambicano que, “mesmo teoricamente” os moçambicanos possam estar fora do mercado do seu país.

Desde o fim da guerra, pouco se fez para aliviar o fardo que recaiu e continua a recair sobre as empresas. Se não fosse o conjunto destas empresas que arriscaram suas vidas e bens, a circulação de pessoas e mercadorias teria paralisado neste país – estas empresas constituíram-se como um dos sustentáculos da resistência contra a destruição do país. Acabou a guerra, mas como é natural, nos livros dos credores, principalmente dos bancos, o capital e os juros de mora continuaram a ser debitados. De uma forma geral, as empresas estatais foram saneadas e depois privatizadas – algumas conseguiram manter o emprego dos seus trabalhadores, outras conheceram sucesso palpável. As empresas privadas permaneceram relegadas a si próprias. (...) Estas pequenas e médias empresas privada, incluindo algumas de grande dimensão, operando no país, não possuem recursos próprios, nem recursos técnicos e materiais para enfrentar o mundo de hoje. Teóricos do neoliberalismo receitaram o seguinte: “quem não consegue sustentar-se no mercado deve sair. O mercado é para os mais capazes, para os que agüentam a competição”. Qual é a moralidade, quando se sabe que elas foram submetidas à destruição dos seus activos? Como se teria passado com os milhares de empresários alemães, italianos, franceses, britânicos logo a seguir à Segunda Guerra Mundial – teria sido sua inabilidade de gestão ou teria sido a guerra que dilapidou parte substancial dos seus bens? Não receberam eles fabulosos recursos para reactivarem as suas economias? Numa dimensão diferente, na actual União Européia, não foram canalizados fundos para a superação do atraso e modernização das empresas e instituições dos países mais pobres da Europa? Porque exigir-se que neste caso seja diferente? (Ratilal, 2002, p. 268-269)

É neste quadro que se opera a inclusão de Moçambique na economia mundial. Um quadro de debate e de tensões muito fortes, de fortes antagonismos entre o poder hegemônico de que tem a capacidade de impor e daqueles que, não obstante, resistem e pugnam por uma nova perspectiva. A luta é pela inclusão porque ninguém acredita que o desenvolvimento possa ser alcançado de forma excludente. Ratilal, como muitos, acredita no futuro do país e aplaude os sucessos macroeconômicos, não obstante criticar, e bem, as deficiências do mercado no quadro da microeconomia e a exclusão ostensiva dos nacionais. “Temos que agir em termos coerentes – no país está-se a construir o capitalismo”, afirma Ratilal. E acrescenta: “Não tenhamos ilusões: no sistema capitalista, determina quem tem capital”. Mais adiante assevera:

O neoliberalismo na sua forma mais globalizadora e acima das nações não é o único caminho disponível – o capitalismo, nos dias de hoje, tem várias matizes – desde o turbo-capitalismo ou capitalismo de rapina, passando pelo capitalismo do tipo democracia-cristã, social-democrata, por vezes apelidado de socialista e mesmo de partidos situados à esquerda (actuais e ex-comunistas), em voga nos países europeus. Há vários outros modelos na China e nos vários países da Ásia, na América Latina. Em cada país busca-se o modelo mais adequado que sirva os interesses nacionais. Sem pôr em causa a chamada globalização, em última instância, cada uma das variantes tem sempre por base o seu interesse nacional, num quadro de inserção na economia mundial. (Ratilal, 2002, p.283-284).

Prakash Ratilal¹⁶ chefiou a equipa que elaborou a *Agenda 2025* e é um dos moçambicanos que advogam que “Moçambique merece um destino melhor” e lutam por isso. Para ele e para muitos, que acreditam no otimismo da vontade (Gramsci) em construir movimentos sociais alternativos com políticas capazes de superarem o atual quadro e alcançarem o futuro sonhado no cotidiano dos moçambicanos e plasmado nas Estratégias da Nação, onde o cenário da abelha se apresenta como o mais otimista e ideal, dentre todos. Talvez, por essa razão, pareça menos realístico. Ele é plausível, mas está sujeito a fatores caracterizados pela imprevisibilidade. Há sempre algo de imprevisível em cada evento. Por outro lado,

o conjunto das variáveis económicas é o que maior taxa de crescimento apresenta, o que demonstra quão essencial é para o País que os Governos que viessem a ser eleitos até 2025 sejam criteriosos, rigorosos e consequentes na definição das suas estratégias económicas e na aplicação e implementação das suas políticas de carácter económico e desenvolvimentista. (Comité de Conselheiros, 2003, p.94).

O PARPA¹⁷ II, tal como o PARPA I, é um instrumento decisivo na gestão da oportunidade histórica que Moçambique tem entrar no comércio internacional, de onde esteve apartado durante muitos anos, e de abraçar a nova geografia do capital, que traz a pujança das multinacionais dos países emergentes, interessadas em mercados cuja proximidade geográfica e cultural promove a sua expansão primeira. Para tal, é preciso que o país tenha a capacidade de estruturar um Plano de Desenvolvimento em longo prazo, baseado nesta experiência notável que

¹⁶ Foi Governador do Banco de Moçambique.

¹⁷ Planos de Acção para Redução da Pobreza Absoluta.

o PARPA lhe permitiu, fortalecendo as suas instituições, abrindo-se mais à iniciativa privada, investindo no campo da inovação e tecnologia (a proximidade dos BRICs é também crucial neste campo), apostando fortemente na educação.

CAPÍTULO II

Alguém abriu a porta para o feiticeiro

O feiticeiro não entra sozinho numa casa, alguém lhe abre a porta

Ditado popular

História de três concessões

A administração colonial portuguesa, para fazer face à escassez de meios, sobretudo financeiros, na concretização da sua expansão sobre os territórios africanos, adoptou o regime de contrato de concessões, sobretudo para a construção de infra-estruturas, que demandavam avultados investimentos, como é o caso dos caminhos de ferro. Para além da falta de meios materiais, havia uma manifesta incapacidade administrativa que determinou uma espécie de colonialismo por procuração. A Companhia de Moçambique representa, neste contexto, uma das primeiras concessões.

O contrato de concessão de serviço público, figura em franca expansão no nosso ordenamento jurídico, devido às transformações económicas em curso, não é um instrumento jurídico novo em Moçambique. A sua utilização quer na construção de infra-estruturas públicas, quer na gestão de determinados serviços públicos, tem sido prática desde o princípio do processo de colonização.(Lucas, 2005, p.6)

Ana Juliana de Sales Lucas, em seu notável trabalho, *Regime Jurídico dos Contratos de Concessão de Serviço Público - Da administratividade do Contrato de Concessão do Porto de Maputo*, procede a um pioneiro diagnóstico das condições em que foi realizada uma das concessões mais complexas no período ulterior à independência de Moçambique, a concessão do Porto de Maputo.

A despeito, Lucas define antes o conceito de concessão:

A concessão pressupõe transferência de poderes de autoridade da Administração para o particular mantendo-se a titularidade dos mesmos na Administração. Os riscos da actividade correm por conta do particular que exerce os direitos transferidos em exclusivo. A concessão é, geralmente, *utilização para os serviços públicos empresariais, e representa utilização do estímulo da iniciativa privada e da sua flexibilidade e experiência para proveito do interesse público.* (Grifo do autor - citação de Marcello Caetano)

Para além de um mapeamento jurídico que escora a existência e desenvolvimento do conceito, Lucas elucida-nos para o facto de que, na década de 90, "os contratos de concessão ganham protagonismo, sobretudo nos países em vias de desenvolvimento". A autora afirma inclusive que "em Moçambique, esta figura jurídica cada vez ganha maior importância devido à necessidade de reabilitar e construir infra-estruturas, e modernizar equipamentos". Sobretudo em relação às áreas de infra-estruturas ferroviárias e portuárias, estradas, aeroportos, energia, que exigem, sempre, avultados volumes de investimentos.

É interessante notar que nos anos em que se assiste à diminuição do papel do Estado na economia moçambicana, depois de um período ideologicamente desfavorável à iniciativa privada, quando tudo estava estaticizado, se recorra, como no tempo colonial, à figura e possibilidade da concessão, como forma de obviar uma clara dificuldade de promover a reconstrução infra-estrutural do papel e a repaginação de uma actividade económica que ficou totalmente desarticulada. É curioso e irónico.

Moçambique volta a hipotecar a sua capacidade administrativa por esta via e revela alguma inépcia, no período anterior e posterior ao Acordo Geral de Paz, de poder impor-se. No final da guerra, um dos seus alvos, os portos e caminhos de ferro, estavam exangues. A necessidade de prosseguir financiamentos externos que pudessem facultar a realização dos projectos de reconstrução pós-guerra está na origem da imposição do FMI e do Banco Mundial para a privatização e a retirada da esfera do Estado. A figura da concessão configurou então essa possibilidade.

A concessão do Porto de Maputo

No dia 14 de Abril de 2003, após um longo processo negocial, o Porto de Maputo foi concessionado ao MPDC (Maputo Port Development Corporation), um consórcio de capitais maioritariamente britânicos, que incluíam ainda interesses suecos, através da Skanska, portuguesas da Liscont e um grupo minoritário moçambicano, a MG, Moçambique Gestores.

O Porto de Maputo não foi a primeira concessão, mas terá sido porventura a mais complexa de concretizar. O CFM iniciara, nos meados dos anos 90, o processo de envolvimento do sector privado na exploração ferro-portuária. Fazia-o na base da concessão terminal a terminal. Esta experiência começara justamente no porto de Maputo. Mas também ocorrera na Beira, sendo a mais emblemática a da Cornelder, que em 1998 passou a operar o terminal de contentores e de carga geral. Cornelder de Moçambique é uma sociedade entre a Cornelder holandesa e o CFM.

Aliás, foi na sequência desta concessão (na Beira) que surgiu o primeiro contingente de trabalhadores desvinculados maciçamente. A concessão dos portos e caminhos de ferro fazia parte de um programa mais complexo da reestruturação dos CFM, que tinha a componente racionalização da força de trabalho, a mais sensível, e a racionalização dos activos fixos e a reestruturação financeira.

Quando o CFM iniciou o processo de concessão, em 1998, existiam no seu quadro de pessoal 19.387 trabalhadores, sendo que os grupos maioritários estavam no CFM-Sul (ou Direcção Executiva Sul), que inclui o Porto de Maputo, e as Linhas de Ressano Garcia, Limpopo e Goba (7.977 trabalhadores), e no CFM-Centro (ou Direcção Executiva Centro), onde fica o Porto da Beira, as linhas da Machipanda e de Sena (em reconstrução) com 7.573 trabalhadores. Os restantes trabalhadores pertenciam ao CFM-Norte (ou Direcção Executiva Norte) com 2.682 trabalhadores pelo sistema que compreende a Linha de Nacala e a de Cuamba-Lichinga, os portos de Nacala e Pemba. Os restantes trabalhadores distribuíam-se pelo CFM-Zambézia (principalmente o Porto de Quelimane, dado que se encontra desactivada a Linha Quelimane-Mocuba) com 614 trabalhadores e os restantes 541 estavam adstritos à Sede da empresa, o Conselho de Administração e as chamadas Direcções Por Função.

O CFM procurava, quando se viu obrigada a aceder a privatização da gestão daquele porto, como das demais que haveriam de ocorrer até 2005, “reconstruir o sistema ferro-portuário, para que ele seja moderno, competitivo, eficiente, orientado para o mercado e financeiramente viável” (CFM, 2007: 37). Por detrás, havia o argumento, defendido pelo FMI e pelo Banco Mundial, de que o Estado devia retirar-se da gestão das empresas, de que o Estado era mau gestor ou ainda: de que o Estado era pior gestor de que o privado.

Subashandra Bhatt, que foi director geral dos CFM, participou do processo e recorda:

Mas essa foi a grande fundamentação de que é preciso privatizar os portos e caminhos de ferro de Moçambique porque com uma gestão privada vai ter muito maior eficiência, muito maior rentabilidade, maiores volumes de tráfego, etc., etc. Essa foi a argumentação que foi utilizada nessa altura. E nessa altura é preciso ver que o CF estava de facto em termos económicos e em termos financeiros em posição muito má, fruto de todo um passado recente: guerra, que estragou financeiramente a empresa, o balanço da empresa, as contas da empresa estavam completamente negativas, no vermelho, fruto desse encargo dessa época. E dos financiamentos obtidos nessa época. Então entrou-se para esse esquema de privatização que depois embora...Eu penso que nós, o governo de Moçambique, talvez o próprio CFM, a administração do CFM, na época, apercebeu-se de que íamos cair nessa teia.

Mocambique acabara de sair de uma longa e fratricida guerra, que se saldara em 1 milhão de mortos, infra-estruturas devastadas, prejuízos materiais de cerca de 20 biliões de dólares (sendo que o sector ferro-portuário sofrera um prejuízo calculado em 5 bilões, por conseguinte um quarto do global). O país precisava de financiamentos, precisava da assistência técnica, o seu orçamento dependia em muito da ajuda, desde que, nos meados dos anos 80, em plena crise, à beira do colapso, fora coagido a aceder ao FMI e ao Banco Mundial como moeda de troca para a ajuda que necessitava dramaticamente.

A privatização foi inevitável. Os portos moçambicanos e as linhas ferroviárias que os servem, que ligam o país ao *hinterland* regional, há muito que desempenhavam um papel estratégico.

Não só para a economia moçambicana e a forma expressiva que ela significava para a balança de pagamentos e para a balança comercial do país, mas também a nível regional.

O envolvimento do sector privado, nacional e estrangeiro, na “exploração e desenvolvimento de sistemas ferroviários e portuários, via concessões” foi a via escolhida. A empresa definiu claramente os critérios para encontrar parcerias:

- ✓ Experiência reconhecida internacionalmente, com “know how” e com domínio total das tecnologias específicas do sector dos transportes, logística e distribuição;
- ✓ Capacidade financeira sólida, capaz de criar massa crítica e continuar a injectar capital ou mobilizá-lo de fontes externas, para dar seguimento ao programa de investimentos;
- ✓ Disponibilidade para garantir o envolvimento do empresariado nacional;
- ✓ Conhecimento do mercado regional e capacidade de captar tráfegos do comércio internacional dentro da área de influência de cada um dos nossos três portos internacionais e de cada um dos sistemas de transportes que a eles convergem, (ferroviários e rodoviários);
- ✓ Parceiros com influência no seio dos actores do comércio internacional, desde o “shipping” aos “brockers” de cargas, de navegação e de transportes na sua concepção multimodal e recapturar tudo aquilo que os princípios de racionalidade e de custo-eficiência determinam;
- ✓ Capacidade de induzir elevados retornos sobre os investimentos passados e futuros, ou seja, os parceiros seleccionados deveriam acrescentar valor ao valor que os CFM já possuíam e não delapidá-lo. (CFM, 2007, p. 37)

No caso do Porto de Maputo foi decidido, por imposição dos doadores, de que a sua privatização ocorreria num modelo de *master lease*. Isto significa que a concessão absorveria em tempo as subconcessões do terminal de contentores (à MIPS, Mozambique Internacional Port Services), à terminal de frutas (MPT, Maputo Produce Terminal), ao açúcar (STAM, Sociedade Terminal de Açúcar de Maputo) e ao carvão (TCM, Terminal de Carvão da Matola), Terminal de Cabotagem (TCM), com a concessão da cabotagem, STM, Sociedade de Terminais de Moçambique, que ficou com a concessão para exploração da terminal ferro-rodoviária das Mahotas, que já haviam sido concedidas, quando em 1995, a empresa iniciou o envolvimento do sector privado.

Alberto Elias, economista, foi director do porto de Maputo na época e recorda-se da forma como os CFM foram “obrigados” a passar da experiência do concessão terminal a terminal para uma perspectiva de *master* ou *global lease*:

Fomos confrontados a aceitar o *global lease*. Isso é que trouxe a crise. O Banco Mundial não queria entender a nossa concepção de conceder vários terminais e sermos nós a promover o desenvolvimento do porto. O desenvolvimento do porto estaria sob controlo nacional. Fomos deceparados. (...) O que era uma ofensa à nossa soberania. Bush não aceitou, por questões de segurança, que o concurso do portos nos EUA ficasse nas mãos dos árabes. O Banco Mundial retira a soberania dos países. (...) Nem sequer controlamos a pilotagem. Pilotagem não é dinheiro, é um órgão de soberania. A pilotagem de Baltimore está nas mãos dos americanos. (...) Não fomos nós que quisemos privatizar os portos.

Foi recomendado, na sequência, um estudo. Coube ao Paribas fazer esse estudo. Bhatt:

Bom, aquilo que me lembro, depois de uma longa discussão com o Banco Mundial e com a participação do governo sobre a concepção desse processo de concessão, esse longo processo conduziu a que se fizesse um estudo primeiro e esse foi o tal estudo feito pelo Paribas. É o estudo Paribas que explicita em que termos, em que condições é que essa concessão deveria ser efectuada, projecta um pouco as receitas da actividade portuária como um todo, e daquilo que poderia ser os ganhos para o estado. É um estudo muito longo. Porque nessa altura quis se confrontar as vantagens para o país e para o Estado, para as finanças públicas dessa concessão global ou de uma concessão terminal a terminal. Esse estudo foi um bocado demorado, levou bastante tempo a fazê-lo e claro os números foram empolados de tal maneira para a concessão como um todo surtir o efeito da concessão global e foi o que se fez, com um aparte de que as concessões já dadas, as terminais deviam estar incluídas na concessão principal. Foi essa a decisão tomada, elaboraram-se documentos de concurso nessa base e o concurso foi lançado. Depois do concurso lançado apareceram vários concorrentes e o processo de negociação com os vários concorrentes foi muito complicado. Longo e complicado porque da parte da equipa que estava a negociar por parte do CFM sentia-se que desse processo negociar estavam-se a definir rendas das concessões que eram a receita que o CFM ia ter e da qual o Estado, o tesouro ia buscar uma parte delas, que se definiu na altura serem 15%, estavam a ser subavaliadas pela proposta dos diferentes concorrentes e nesse processo negocial acabou por ser a Mersey Docks, que era um dos

concorrentes, em ligação com a Tertir de Portugal e em ligação com a Skanska sueca, aquela que fez mais cedências, aquela que acabou por se aproximar, ainda que estivesse longe daquilo que queríamos, mas acabou por se aproximar, saiu da sua posição, da sua proposta inicial para se aproximar dela. E pronto então negociou-se com a Mersey Docks, que depois formaram a sociedade MPDC.

O Governo foi obrigado a aceitar. A ausência de um Regulador, que pudesse intermediar as relações entre os doadores (Banco Mundial), os privados, CFM colocou a empresa pública numa situação complexa, de árbitro e jogadora. Claro conflito de interesses. O que levanta a questão da legitimidade. O jurista Osório Lucas, actualmente administrador na empresa, acompanhou o processo e opina em entrevista que nos concedeu:

Considero que outro motivo determinante é a falta de um quadro legal regulador das concessões que defina critérios mínimos e uniformes e que estabeleça os mecanismos de fiscalização. Importa aqui citar o muito controvertido conflito de interesse invocado pelos parceiros estratégicos (o papel do CFM como accionista, regulador e representante dos interesses da Autoridade Concedente que à luz dos Decretos de concessão é o próprio Governo representando pelo Ministro dos Transportes e Comunicações).

Osório Lucas afirma-se cauteloso e conciliador quando estabelece os factos mesmo sem alijar deles o conflito que existiu ou existe. Perguntamo-lo directamente: houve imposição dos "parceiros" aos CFM? Tendo o CFM definido claramente os critérios de parceria, o que falhou? Ou ainda: constatada a situação por que o governo nunca exerceu o poder e a soberania? E por fim: o CFM por diversas vezes alertou para a situação "muito grave" das concessões, como agiu o Governo?

Penso que não terá havido imposição na selecção do parceiro. O que terá acontecido é que durante as longas fases negociais, o CFM foi percebendo da falta de perfil dos concessionários, alertou o Governo mas o nível de compromisso, a relação de dependência do país face à comunidade internacional (doadores como Reino Unido, Suécia, EUA, Portugal) coarctavam o Governo de agir. Aqui, uma vez mais, a falta de uma autoridade reguladora com algum nível de

independência, autonomia e movida por critérios técnicos e económicos (consoante o tipo de regulação) terá sido determinante para a conduta do Governo. Mesmo no caso do Corredor do Norte em que o nível de incumprimento era flagrante a saída dos americanos teve que ser por compra das suas posições accionistas. Isto terá determinado uma posição passiva do Governo face aos alertas do CFM. É preciso olhar com alguma frieza para os países de origem dos accionistas, para o nível de dependência do OGE face a esses países e entender que nível de interferência política terá havido a nível das chancelarias para que o Governo não agisse. Alias, aqui é preciso tomar em conta um outro factor, o Banco Mundial. Não me parece que o Banco Mundial estivesse preparado para aceitar o fracasso da sua política de concessões, procurando sempre salvar o barco, procurando uma partilha de responsabilidades entre concessionários, Governo, CFM e nunca uma solução de ruptura que certamente indiciaria um mau sinal para as suas políticas de privatização. Posso dizer, com algum a vontade que o Banco Mundial quis usar Moçambique como um cadinho para posterior expansão da sua experiencia privacionista. Entretanto tal ainda não aconteceu em Angola ou na RSA e há casos como o da Tanzânia em que a concessionaria e o Governo estão em disputa em tribunal face ao mau desempenho da concessionária.

Por outro lado, Alberto Elias recorda o facto de o Paribas, por exemplo, ter acesso fácil ao Governo e ao Banco Mundial aumentava a sua capacidade de imposição. Elias é, aliás, categórico nesta matéria:

O Paribas actuou como se nós fóssemos uma antiga colônia.

O consultor (Paribas) impunha, tinha uma posição de força. O Banco Mundial impôs inequivocamente a privatização dos CFM. Era, na sua perspectiva, a forma de atrair capital privado que pudesse investir. Elias:

Teoricamente estava tudo bem. Não estava bem para mim que se devesse fazer o *global lease*. Cabia ao Estado fazer o *master plan* do porto. A capacidade de decisão sobre o desenvolvimento do porto cabia ao Estado. Não aos privados. Mas assim a micro-economia determinava a macro-economia. Contudo, creio que o privado não iria fazer o plano estratégico. É preciso investir para o desenvolvimento harmonioso do Estado.

À época Maputo vivia da carga cativa, não superior a 3 milhões de toneladas. A guerra tinha desmantelado o *shipping*. O porto não fazia o *direct call* dos navios de linha. Maputo era servido por navios de cabotagem, que faziam o transbordo em Durban, na África do Sul, sendo estes de menor capacidade. Recuperar o *direct call* dos navios de linha, reposicionar Maputo no mapa do comércio internacional, recuperar os clientes que utilizar vias mais onerosas mas que lhes ofereciam mais garantias.

Contudo, haveria sempre de enfrentar a resistência do lado sul-africano. A Spoornet, companhia ferroviária sul-africana, tem uma grande influência no direcionamento da carga para Maputo, principalmente aquela que provém da vasta região de Mpumalanga, que tem no sistema ferroviário moçambicano do Sul e no respectivo porto a sua via natural. Historicamente, os sul-africanos sempre quiseram dominar a rede ferro-portuária que abrange Moçambique.

Maputo à data da independência possuía cerca de 12 milhões de toneladas métricas, hoje está à volta dos 7/8 milhões. Mesmo assim está longe de poder obstruir os portos sul-africanos de Durban, Port Elizabeth ou Richards Bay. Cada um destes portos tem o seu *hinterland* de cargas próprio, mas os sul-africanos chegaram a ponto de fazer *dumping* para impedir que as cargas fossem por Maputo.

A linha de Ressano Garcia, que liga o Porto de Maputo a importante zona de produção sul-africana de Mpumalanga, depois de recorrentes negociações entre os CFM e a Spoornet, não foi concessionada. Uma empresa israelita de Zione Elane e a própria Spoornet associaram-se para aceder à concessão da linha. Elane pretendia que os caminhos de ferro sul-africanos assumissem o risco de angariação de tráfegos e trazê-los para Maputo. A Spoornet não assumiria esse compromisso. No entanto, houve conflito entre as partes e conseqüente rompimento. Foi na sequência disso que os CFM anularam esta concessão, o que teria, mais tarde, implicações na concessão do próprio porto, como se viu. A concessionária viu aí um argumento para não cumprir o acordado.

Desde princípios de 2004 que a MPDC se recusa a pagar as rendas fixas devidas ao CFM e ao Estado moçambicano, em violação dos termos do contrato de concessão. A dívida orça agora (em

10/04/2007) em mais de USD 14.4 milhões, sendo mais de USD 12.2 milhões aos CFM e mais de USD 2.1 milhões ao Tesouro do Estado (estes valores têm em conta recentes pagamentos parciais de apenas USD 1.029.000,00, no total, para ambas entidades) (Relatório 2007, p.31)

O contrato de concessão estabelecia, no seu artigo 12.2, que a empresa concessionária (neste caso a MPDC) se obrigava a pagar, como contrapartida da cedência dos direitos de exploração daquela infra-estrutura (o porto de Maputo), dois tipos de rendas: uma fixa no valor de USD 5 milhões/ano, ajustável anualmente, como regra para cima, pelo índice de preços ao consumidor (CPI) dos EUA; a outra modalidade é uma renda variável.

O pagamento das rendas decorria de uma única condição: o início efectivo da concessão. Acontece que passados quatro anos de exploração, para além de o consórcio privado declarar prejuízos não cumpria o pagamento da renda.

O MPDC alegou por diversas vezes como razão do não cumprimento do estipulado no contrato o facto de o Estado não ter concretizado a concessão da linha de Ressano Garcia, que liga o porto à estratégica linha ferroviária do sul. O CFM contra-argumenta:

Com efeito, a única referência à concessão da rede ferroviária conexa ao Porto de Maputo (e, portanto, também à concessão da linha de Ressano Garcia), é feita a propósito das condições suspensivas de entrada em vigor do contrato (Artigo 2.1). Como já várias vezes os CFM fizeram notar, esta mesma condição (estabelecida em 2.1.2, a e b: assinatura de contratos de concessão relativamente às principais linhas férreas de interligação com o Porto de Maputo e celebração de acordos com os novos operadores ferroviários) é claramente anulada pela alínea c do mesmo comando contratual (celebração dos mesmos acordos com o actual operador, CFM, enquanto os acordos de concessão das linhas férreas não forem assinados). Porém, mesmo que assim não fosse, como condição suspensiva que é, condicionava a eficácia de todo o Contrato o que, a aceitar-se, implicava não reconhecer a validade do Contrato de Concessão, não só relativamente às obrigações, mas também aos direitos. (CFM, 2007, p.32)

Os CFM acrescentam nos seus argumentos que o facto de o concessionário ter aceitado operar, sem jamais notificar a Autoridade Concedente (o Governo) das suas reservas quanto ao eventual

não cumprimento daquela condição suspensiva implicou a “renúncia tácita daquela eventual condição suspensiva da concessão”. Esta posição da empresa, perante o Governo, vai longe na argumentação:

Com efeito, note-se que, antes do início da concessão, a MPDC notificou ao Governo que iria proceder à tomada de posse (*take over*) da concessão e de que todas as condições suspensivas estavam verificadas. Não faz, então, sentido vir, hoje, alegar que não paga uma renda de um contrato que está em vigor, por causa de uma condição suspensiva, que como se demonstrou, já não vigora, por ter sido tacitamente renunciada. (CFM 2007, p.32)

A mesma linha de pensamento tem Osório Lucas:

Efectivamente a privatização dos sistemas ferroviários que alimentam o porto de Maputo eram uma condição suspensiva. No entanto, no dia 13 de Abril de 2003 (um dia antes do início da concessão) a MPDC notificou formalmente ao Governo do início da concessão e do preenchimento das condições suspensivas ou da renúncia (tácita) das que não estivessem ainda preenchidas. Em aditamento, impõe-se um raciocínio lógico, se as condições suspensivas não estavam preenchidas ou renunciadas a concessão não poderia iniciar. A que título operava então a MPDC? Sobre que cobertura jurídica cobrava as tarifas portuárias? Por força destes argumentos e com a entrada dos novos accionistas esta questão acabou ultrapassada.

A outra alegação do concessionário era de que o Porto não estava a gerar o que era esperado. Para os CFM, o Modelo Financeiro que fora acordado com a Autoridade Concedente quando se negociou o Contrato e que esteve na base da fixação das rendas previa, para os anos em causa, volumes de tráfego inferiores aos efectivamente verificados em 2003 e “da mesma ordem de magnitude” em 2004 e 2005.

Repare-se, ainda, que no conjunto de terminais geridos hoje pela MPDC acrescidos dos outros sob gestão directa dos CFM, alcançou-se um volume total de manuseamento, em 2006, da ordem dos quase 6.6 milhões de toneladas. Se a isto se acrescentasse cerca de 5 milhões de toneladas que eram provenientes das minas de minério de ferro da Suazilândia, que entretanto se esgotaram, atingir-se-iam nível totais bastante próximos

dos últimos dos últimos anos do tempo colonial (cerca de 12 milhões de toneladas). (CFM, 2007, p. 32)

O CFM alertava ainda, no referido Relatório ao Governo, do “risco comercial do Projecto” que se corria e afirmava que tanto o CFM como o Governo, como Autoridades Concedentes, “não podem ser reféns”

de uma má política de gestão e marketing; erro na concepção da organização e funcionamento da gestão do Porto de Maputo; de políticas de financiamento externo mal concebidas que conduziram a custos financeiros mais elevados do que seriam suportáveis pelo projecto (e os CFM alertaram, em devido tempo, os promotores e o Governo para isso); ou de uma estrutura de custos pesadíssimas, alicerçada em custos de gestão elevados e contratos de gestão de necessidade francamente duvidosa (os CFM sempre os objectaram) e que só representam uma antecipação de dividendos para os promotores estrangeiros do projecto, embora os fees de gestão de 2004 a 2006 tivessem sido diferidos pelo facto de a MPDC não estar a pagar as rendas fixas. (CFM, 2007, p.32)

O Porto de Maputo quando foi concessionado apresentava lucros. Nos três anos analisados pelo CFM, desde a concessão em 2004, a MPDC declarava “elevados prejuízos de exploração” sistematicamente.

Concessão da Linha de Sena e Linha da Machipanda

Na zona centro, o Porto da Beira havia sido concessionado, numa experiência diferente, de adjudicação directa, aos holandeses da Cornelder de Moçambique, em 1998, tendo estes ficado com a concessão dos terminais de carga geral e de contentores e propósitos múltiplos, como se referiu. Também existia uma pequena concessão do terminal de cereais ao Beira Grain Terminal, BGT. Por privatizar, estavam a Linha de Machipanda e a Linha de Sena (entretanto destruída), incluindo os ramais de Marromeu e Vila Nova da Fronteira – Malawi e ainda a Linha de Moatize.

A Rites, colossal companhia dos caminhos-de-ferro indianos apresentaram-se a concurso, em parceria com Ircon, gigante indiana na área de infra-estruturas. Resulta daí a formação da CCFB, Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira, de que os CFM fazem parte, em sociedade com os indianos. Havia uma experiência de parceria com os indianos que prenunciava uma boa concessão. Adelino Mesquita, engenheiro, actual administrador da empresa, chefiou ao longo dos anos a brigada de reconstrução da Linha de Sena. Ele também acreditava que a “envergadura e qualidade” do trabalho da Rites e da Ircon, que construía em Caxemira uma linha de caminho de ferro, utilizando “alta tecnologia” e que ele testemunhou, iriam trazer mais-valia aos CFM. Havia no seu entender “capacidade técnica” e “qualidade dos técnicos”, qualidade humana, por conseguinte.

Mesquita está claro que qualquer investidor procura maximizar os seus investimentos buscando os melhores retornos. O facto de o consórcio Rircon (Rites mais Ircon) ser genuinamente público trazia, no seu entender, uma vantagem sobre quaisquer outros privados: eles haveriam de praticar “responsabilidade social”.

Pelo contrato, a Rircon ficou como operador (da linha de Machipanda), construtor, supervisor e fiscal da reconstrução da Linha de Sena. Como empreiteiros, Mesquita acreditava que eles iriam fazer uma “obra económica, em tempo e com qualidade”.

Ninguém melhor que eles tem interesse na qualidade, tempo e preço. Estavam criadas as condições para o sucesso.

As obras iniciariam nos princípios de 2006 e teriam o seu término em princípios de 2009. A verdade é que tanto a operação ferroviária na linha de Beira-Machipanda, como as obras de reconstrução da emblemática linha de Sena, acabaria por ser experiência penosa para os CFM.

O CFM sempre teve esperança de que esta concessão fosse uma concessão minimamente bem sucedida. Porquê? Primeiro porque a experiência que o CFM tinha das suas relações com os Caminhos de Ferro da Índia e com a sua empresa RITES tinha sido uma experiência positiva no passado de relações comerciais e técnicas, as pessoas que integraram as equipas do CFM, a dar assistência ao CFM, na linha, na gestão administrativa e financeira, na parte comercial, na

manutenção das locomotivas e dos vagões, era gente bem qualificada. Tínhamos esperança de que as coisas corresse bem. Mas nós acabamos por constatar que as pessoas que integram estas equipas, do concessionário, do accionista privado do concessionário que é a Rircon, que é da Rites e da Ircon, não têm esse mínimo de qualificação que seria exigível. Então o nível da prestação de serviços é baixo. Tanto na operação, como na reconstrução, como na manutenção daquilo que estava a ser operado. Com o agravante de que não sentimos da parte da administração destas empresas da Rites e dos próprios Caminhos de Ferro da Índia nenhuma atitude vontade de querer mudar este tipo de situações. Apesar de varias vezes o PCA (do CFM) ter chamado atenção. Não acredito que os Caminhos de Ferro da Índia não tenham gente capaz para pôr aqui. Aí há várias explicações. A minha explicação – é só uma suspeição – é de que os indianos chegaram à conclusão de que não havia por parte da sua contra-parte moçambicana e de quem dirige essa contra-parte moçambicana, o Governo, interesse de proteger ou os seus interesses confluíssem no mesmo ponto com os interesses deles. Estou a falar principalmente do principal tráfego daquela linhas e provavelmente da principal razão económica daquela concessão, que é o tráfego do carvão de Moatize. As negociações que se estabeleceram entre a CCFB, dirigidas pela Rircon, que é o gestor da CCFB e a Vale, essas negociações falharam completamente. Eles sentiram da parte da Vale uma arrogância, uma posição intransigente, quanto à tarifa ferroviária. E eu penso, pessoalmente tenho a minha suspeição, que eles são capazes de ter sentido que da parte das autoridades moçambicanas havia uma inclinação para a Vale. Então eles sentiram: esta concessão não vai dar. Eles por sua vez começaram a tomar uma atitude: então nós não nos vamos preocupar com aquilo e vamos forçar o governo a romper a concessão e se o governo romper a concessão nós vamos pedir indemnização nos termos da concessão. Então nós ficamos encurralados nesta situação. Por um lado, os indianos a puxarem pelo rompimento da concessão ou fazerem tudo para que nós rompêssemos a concessão para pedirem a indemnização e do outro lado ficamos agarrados a um acordo com a Vale – o governo e a Vale chegou a um acordo quanto à tarifa – para níveis que eles (indianos) não aceitaram.

A verdade é que as relações entre os CFM e a Rircon deteriorarem-se por causa do incumprimento do contrato e porque os indianos defraudaram, em muito, a expectativa dos moçambicanos. Por outro lado, a exploração da linha da Machipanda enfrentou graves problemas. Os CFM tiveram que intervir para garantir que certos clientes não desviassem as cargas, isto à somar à crise zimbabweana. As empresas indianas em Moçambique (Rites e Ircon) revelaram dificuldades tanto na gestão dos recursos humanos – a sua relação com os

trabalhadores moçambicanos foi problemática -, como na relação com os clientes tradicionais ou não da linha e do porto da Beira.

Concessão do Porto de Nacala e da Linha do Norte

A concessão da linha do Norte e do porto de Nacala à CDN ocorreu em 10 de Janeiro de 2005.

O CFM manifestou e tem vindo a manifestar, inúmeras vezes, desde a fase prévia à concessão do sistema ferro-portuário do Norte, as suas fortes reservas sobre a capacidade dos accionistas da sociedade maioritária na CDN (a SDCN, que é quem está directamente responsabilizada pela gestão da sociedade, através de 3 dos seus sócios, a RDC, a Edlows Resources e a NCI, detida pelo grupo Manica), bem como sobre a viabilidade do projecto face aos termos do Contrato de financiamento celebrado com a OPIC. (CFM, 2007, p.34)

O Corredor de Desenvolvimento do Norte (CDN), que integra inicialmente o SDCN, consórcio moçambicano e a RDC, americana, firmou com o CFM um contrato de concessão para a exploração da linha férrea do Norte e do porto de Nacala. A linha do Norte serve principalmente o Malawi. Daí que, para além desta concessão, o CFM ganhou o concurso internacional de concessão de exploração dos Caminhos de Ferro do Malaw, em associação com o seu parceiro no norte, a SDCN, tendo constituída a CEAR, Central East African Railway.

Esta foi a última concessão. Em 1997, no Relatório do Mandato 2004-2006, o Conselho de Administração do CFM declarava, de forma inequívoca:

Face aos graves problemas que enfrentamos em algumas concessões já concretizadas, foi declarado, em finais de 2005, encerrar o processo de concessões das linhas férreas do sul e do Porto de Pemba. Nesta base, continuarão a ser directamente explorados pelos CFM as seguintes infra-estruturas: a linha Férrea de Ressano Garcia; a Linha Férrea do Limpopo; a Linha Férrea de Goba; a secção comum às 3 linhas da rede sul e zona de manobras de Maputo; as Oficinas Gerais (CFM-Sul); o Terminal de Alumínio da Matola; o Terminais de Combustíveis (em todos os portos nacionais); o Terminal de Cereais no Porto de Maputo; o Porto de Pemba. (CFM, 2007, p.39)

Não há dúvidas que o Porto de Maputo, com os recorrentes problemas ligados ao incumprimento de contrato, por parte do MPDC, na óptica dos CFM, a Linha da Machipanda e a de Sena, a primeira em exploração e a segunda em reconstrução pelo CCFB, liderados pelo Rircon indiano, assim como a Linha do Norte e o Porto de Nacala, onde estavam envolvidos os americanos da RDC e Edlows Resources, foram, nos anos em análise, bastante problemáticas. Osório Lucas, com o beneplácito do tempo, advoga anos depois:

Julgo que a situação derivou de uma combinação de factores alguma falta de experiência na selecção dos parceiros (lembremo-nos que esta foi a primeira experiência em África), um desconhecimento profundo do mercado por parte dos accionistas estrangeiros e pouco apetite por parte dos financiadores, o que determinou valores reduzidos de investimentos e altíssimas taxas de juros, chegaram em alguns casos a rondar os 11% ao ano. O critério de selecção dos parceiros não foi uniforme, no caso de Nacala não houve concurso publico (foi ajuste directo), contudo no caso de Maputo já houve, entretanto. Qualquer dos casos é assumido como um fracasso. De facto, os concessionários não tinham nenhuma experiência de investimento em África (onde factores de ordem política e infra-estrutural ainda contam muito) e no caso de Nacala talvez tenha sido a primeira concessão explorada pelos parceiros estratégicos (RDC, EDL e NCI). Julgo ainda que os critérios de parceria são muito genéricos e alguns deles foram sendo refinados à medida que a experiência das concessões ia deixando as suas marcas. Critérios como: deve acrescentar valor ao valor que já temos são bastante genéricos e só podem ser medidos perante factos e não antes da concessão ser adjudicada.

Bhatt faz diagnóstico dos principais problemas desta concessão (do Norte):

Os problemas principais dessa concessão: essa concessão foi feita, no meu entender, pessoal, o CFM teve uma certa dose de culpa nesse processo, foi muito negligente. Foi demasiado negligente. Não sei se essa negligência se deve ao facto de haver uma certa influência da parte moçambicana nessa concessão. Os interesses moçambicanos na SDCN, não sei se terá sido isso ou não, não posso afirmar, mas entendo que houve de facto muita negligência nessa concessão porque as responsabilidades do concessionário, incorporadas no principal accionista, que eram os americanos, que era a RDC, a Edlows

Resources e, na altura, a Manica Internacional, estava feita com eles, era minoritário mas estava feito com eles, essa responsabilidade numa foi bem traduzida em documentos formais escritos, nomeadamente em termos de investimento em equipamento ferroviário, em termos de realização de comboios, manutenção da via, a realização das composições, obrigatoriedade de continuar a prestar serviços na linha de Lichinga. Na minha opinião houve muita negligência do CFM. Se houve pressões ou não, como disse, dessa componente nacional, não sei. Mas houve de facto negligência. Para além disso tudo, as coisas se começam a agravar quando este incumprimento por parte do concessionário, dos gestores, aquilo quera uma concessão a CDN, e a CDN tinha contratos de gestão com os seus accionistas, RDC (parte ferroviária), Edlows Resources (administrativa financeira) e Manica (parte portuária). E nós fomos sempre ignorados. E éramos 49% dos accionistas da CDN. Mas as coisas começam a complicar-se as exigências de necessidade de intervenção na manutenção da via, a necessidade de arranjar capacidade de tracção começa a atingir o ponto tal que é necessário arranjar investimento externo e aí aparece a OPIC. Aparece a necessidade de financiamento da OPIC.

Refira-se que os mesmos accionistas da CDN (CFM e SDCN) que tomam a concessão do Malawi. Apesar de reiterados alertas, o Governo avançou na adesão aos termos do financiamento, por via do Direct Agreement, com a OPIC, uma entidade financeira do Governo americano. O CFM assinou, a contra-gosto, “por instrução do Governo”, sendo como co-signatário a CDN. Das suas avaliações críticas resultava para o CFM que a “gestão deficiente dos Caminhos de Ferro do Malawi; falta de manutenção da via férrea; situação financeira deficitária (...), incluindo desfalque financeiro” resultava que não fosse recomendável avançar-se para a concessão, muito menos assumindo-se um oneroso empréstimo.

Osório Lucas:

O empréstimo da OPIC na ordem dos 30 milhões de USD foi uma alternativa encontrada pelos americanos para a dificuldade de arranjar financiamento para Nacala e Malawi. Note-se que a estimativa inicial porto de Nacala e linha férrea do Norte (só do lado

moçambicano) era na ordem dos USD 68 milhões. Os 30 milhões emprestados pela OPIC eram 17 para Moçambique (porto e linha férrea) e 13 para o Malawi, como se vê não resolve problema nenhum. Pior tinha algumas cláusulas apostas (taxas de juros na ordem dos 11%), obrigatoriedade gestão do corredor pelas empresas americanas por contratos de gestão remunerados, *cross defaults* isto é o incumprimento do contrato de concessão no Malawi significava a rescisão do contrato do lado moçambicano e vice versa. Ora, do lado do Malawi (concessão iniciada em 1999) já se estava, à data do início da concessão em Moçambique (2005) em incumprimento o que implicava estar nas mãos do Governo americano da qual a OPIC faz parte como agência de financiamento.

Subhaschandra Bhatt:

Portanto, aí nessa altura quando houve aqueles problemas das enxurradas no Malawi, que destruíram a via, agravou a situação de tal maneira que houve necessidade de uma intervenção financeira de alguém de fora. Então aparece a OPIC a financiar uma operação porque no mutuário existe uma entidade americana, Edlows Resources e a RDC, portanto acabava preenchendo os requisitos para uma intervenção OPIC, aparece essa operação e nessa operação a OPIC exige o aval dos governos - garantia soberana. Em caso de *default* o Governo cobre. Como era um financiamento único embora tivesse dividido em duas partes – parte para ser aplicada em Moçambique e parte para o Malawi – fizeram com que essa garantia, introduziram a cláusula do *cross default*, quer dizer a garantia do Governo moçambicano existia permanecia mesmo que o *default* fosse do lado do Malawi. A garantia do Malawi existia mesmo que *default* fosse do lado de moçambicano. (...) O CFM opôs-se a essas garantias e opôs-se aos termos da concessão, da forma como o financiamento foi construído e como ele era utilizado.

A Autoridade Concedente encomendou uma auditoria à gestão do CDN, que vieram a confirmar “as profundas preocupações do CFM, repetidamente manifestadas ao Governo e em diversas reuniões dos órgãos sociais na CDN”.

Uma clara falta de estrutura empresarial e de uma linha de comando, moderna, eficiente e eficaz, que defenda os interesses da sociedade. O facto é que a gestão do sistema é feita de forma autónoma sem qualquer coordenação, por três entidades independentes entre si, designadamente a RDC (linha férrea), a NCI (porto) e a Edlows (administração e finanças). Em suma, o gestor único da CDN, como um todo, não existe e nenhuma daquelas entidades possui estímulo e condições para defender a sociedade CDN, no seu todo – que fica assim refém dos interesses particulares dos gestores acima citados. (CFM, 2007, p.34)

Para o CFM. “uma má situação financeira e que tende a agravar-se”, “prejuízos acumulados”, “dívidas de curto prazo ao CFM” e “de longo prazo à OPIC”, que, ao tempo ascendiam USD 13.5 milhões. Aliás, “soube-se, inclusivamente, mais recentemente, que por não cumprimento dos rácios prudenciais acordados, a OPIC está agora renitente em efectuar desembolsos adicionais e que a gestão actual da CDN está a tentar reescalonar a dívida vencida, após apenas 2 anos de exploração”.

Por outro lado, o CDN não apresentava os certificados actualizados das infra-estruturas concedidas previstos nos contratos de concessão, para não falar da “gravíssima falta de investimento e manutenção da linha férrea”, o que violava igualmente o preceituado no contrato de concessão. Acresce a isso a “redução desmesurada da mão-de-obra afecta à ferrovia”, isto “contra todos os alertas do CFM, o que constitui uma das causas que originam o actual estado da via-férrea”.

Pelo exposto atrás podemos verificar a situação calamitosa e danosa da CDN, causada pelos três gestores responsáveis e que dia-a-dia se vai agravando com acumulação de prejuízos. A bem dos interesses do País, o CFM considera ser seu dever manifestar que urge tomar medidas de fundo que resolvam de forma eficaz e definitiva esta situação. (CFM, 2007, p. 35)

Como consequência, o CFM sugeria que

A RDC e a Edlows, parceiros americanos na SDCN e responsáveis pela gestão da actividade ferroviária e administrativa e financeira da sociedade, devem ser forçados a negociar e a obter um

cancelamento da dívida já criada pela CDN perante a OPIC, pois dessa dívida poucos são os benefícios reais para o país e para o sistema ferro-portuário do Norte. (CFM, 2007, p. 35)

Para o CFM o cancelamento da dívida justificava-se por duas razões: má situação financeira da CDN e pelo facto de a OPIC não exercer “com diligência e rigor, o seu poder de financiador, nos termos do contrato de empréstimo, que garantisse um uso criterioso dos fundos e um efectivo resultado positivo no sistema”.

O Governo deveria notificar por escrito à OPIC e aos Departamentos Governamentais dos EUA a que a OPIC se subordina, sobre a profunda preocupação do Governo de Moçambique perante o estado de coisas na concessão do sistema ferro-portuário do Norte, solicitando o envio de uma missão da OPIC para, em conjunto com o Governo e os CFM, proceder a uma avaliação das medidas definitivas a tomar. (CFM, 2007, p. 35)

O CFM também recomendava que se fizesse uma sindicância à CDN, “com objectivo de apurar, de forma material e financeiramente qualificada, as responsabilidades que são imputáveis às sociedades gestoras para que nem um cêntimo de tal ônus venha, indevidamente, no presente ou no futuro, a atingir o Governo ou o CFM, no âmbito acordado: no contrato de concessão; no contrato de financiamento; no *Direct Agreement*; nos contratos de gestão; e demais documentos normativas aplicáveis à CDN e aos seus gestores (RDC, Edlows e NCI)”.

O necessário contraditório

A Manica é uma empresa de tradição na área portuária. Foi originada pela sul-africana Rennies, que há poucos anos decidiu desinvestir em Moçambique e saíu. Mas antes, um investidor americano, Edlows, que fizera um estudo na área dos minérios e que tinha sido desafiado pelo Governo a encontrar uma solução para o corredor do Norte, que deveria ser privatizado, lançou um repto à Manica, ainda no grupo Rennies, a participar do projecto.

Fernando Couto recorda que recebeu o investidor americano que lhe disse: "eu preciso de um operador portuário, tenho luz verde da parte do Primeiro-Ministro para o corredor de Nacala, eu preciso de um operador portuário e vou arranjar um operador ferroviário". Couto iria liderar a

solução do porto e moçambicana, enquanto que a Edlows encontrou na RDC, uma companhia americana, o parceiro para a empreitada. A Manica estava envolvida num consórcio que concorria para a privatização do porto de Maputo. Fernando Couto:

A Manica estava num consórcio aqui para o Porto de Maputo, onde estava muito maior do que seria Nacala, e achava que aquilo era mais uma brincadeira que se iria fazer. Quando o consórcio é feito, ao mesmo tempo que o sr. Edlows fazia o consórcio da parte estrangeira, eu entendi que porque tinha testemunhado como é que estava a decorrer ainda o concurso do Corredor de Maputo, tinha visto como é que tinha sido feito a questão do porto da Beira, e entendi que deveria haver uma participação nacional muito significativa dentro do próprio projecto. E convidei na altura o general Chipande¹⁸ que tinha acabado de deixar de ser Ministro da Defesa para ele encetar os convites para os nacionais ficarem presentes com uma participação significativa dentro do corredor. Porque não era um corredor de manuseamento de um nível de mercadorias tão grande como era do Maputo ou sequer da Beira, o porto era um porto pequenino, tinha uma dimensão exacta para que os investidores nacionais pudessem tirar alguma contra-partida naquele sentido e por outro lado estarem presentes num projecto em que mais do que tudo era ser um projecto âncora de desenvolvimento de toda a região norte.

Os CFM, à semelhança do que acontecia em todo o país, mantinham uma estrutura na qual a direcção do porto estava separada da direcção ferroviária, pese embora da chamada Direcção Executiva mantivesse a coesão destas duas infra-estruturas e a sua exploração. A partir de certa altura, muitos interesses estrangeiros afluíram para o corredor do Norte: a Tertir portuguesa, a RDC americana, ERL (Edlows Resorces), Somafel e Bori (franco-belga) e a Rennies sul-africana. Este consórcio controlava 67% da sociedade. Do lado moçambicano, que ficaria com 33%, aglutinaram-se empresários-políticos, representando a geografia política do norte, uma vasta zona do país que sempre reclamou estar apartada do desenvolvimento, dado que, até à essa altura, a maior parte do investimento situação a sul. Hoje, por força da indústria extractiva, que

¹⁸ Alberto Joaquim Chipande é um dos nomes mais emblemáticos da história do movimento de libertação. Foi durante duas décadas Ministro da Defesa. É oriundo do Planalto dos Macondes, que possuem uma decisiva influência na Frelimo, cuja trajectória, é um manifesto compromisso político forte entre os changanas e os macondes. O facto de Joaquim Chissano, um changana, ter-se casado com uma maconde, foi, durante largos anos, como a expressão antropológica e cultural desse compromisso histórico entre o sul e o norte. Chipande é politicamente muito forte ainda hoje, fazendo parte da Comissão Política da Frelimo e deputado na Assembleia da República.

está a catapultar importantes projectos, o centro-norte é o destinatário de alguns dos mais volumosos investimentos: carvão de Moatize, areias pesadas de Moma, entre outros. Faziam e fazem parte do consórcio moçambicano, liderado pelo General Chipande, que desempenhou ao longo de duas décadas, a função de ministro da Defesa, e um importante nome da etnia maconde, fortemente influente na Frelimo: a Gedena, congregando interesses de Nampula; a Niassa Desenvolvimento; Cabo Delgado; STP, de Fernando Couto; a MG, Moçambique Gestores, situada a sul e a Gestra, de quadros oriundos dos CFM.

A partir daí surge uma componente 33 por cento de investimento nacional, o qual se mantém intocável até hoje e a partir daí começaram a surgir outros interesses. É necessário manter a linha férrea e surgiu a Somafel, com o consórcio Bori, francês, interesses portugueses e franceses, depois houve pressões políticas a nível da União Europeia que teria que estar um outro parceiro português também na gestão do porto e veio a Tertir portanto começou-se a formar uma coisa que de uma situação perfeitamente sob controle - haver um operador portuário e haver um operador ferroviário, haver uma componente de investimento nacional que, associado, apareceria com os CFM, começaram a surgir outros intervenientes. E que surgiu uma autêntica Babilônia, o que tornou uma situação extremamente confusa de ser gerida a nível dos privados em si. Nem sequer quando nós fazíamos reuniões nem sequer tínhamos uma língua comum no qual nos entendessemos, uns falavam francês, falava-se português, falava-se inglês, e não se chegava a consenso nenhum.

Em 1999 há privatização dos Caminhos de Ferro do Malawi e "nós entramos na privatização dos Caminhos de Ferro do Malawi e essa entrada na privatização dos Caminhos de Ferro do Malawi dá como consequência de que houvesse cerca de 8 a 10 milhões de dólares, se a memória não me falha, que tinham que ser investidos no Malawi. Portanto, nós fazendo o uso das poucas capacidades de investimento que tínhamos, fomos investir no Malawi", testemunha Fernando Couto.

No entanto, a concessão do lado moçambicano não arrancava. Para além da dificuldade natural de encontrar quem financiasse, uma outra dificuldade iria acrescentar-se, como se recorda Fernando Couto:

E os compromissos coincidiram com uma altura muito má do contexto regional porque foi na altura em que um presidente da região, chamado Robert Mugabe, começou a rasgar contratos. E ninguém estava, de maneira nenhuma, interessado em financiar um projecto desta natureza quando o risco político era extremamente grande. Faltou este aspecto de confiança nesse sentido há uma indefinição - hoje nós temos que dizer - da posição moçambicana no que se refere ao Zimbabwe e posição em relação à atitude que o Presidente Mugabe tomou nas relações internacionais. Portanto, derrapamos três anos à procura de financiamento. Nesses três anos que derrapamos à procura de financiamento houve alguns parceiros que desistiram do processo - os franceses, os portugueses e os sul-africanos, que venderam a sua participação a moçambicanos -, o que permitiu, por um lado, enquanto estávamos numa derrapagem, alguma consolidação da estrutura accionista, tornando-a mais curta, menos confusa nesse ponto de vista.

O governo americano, através da OPIC, decidiu avançar com um empréstimo. Couto chama-lhe "uma luz numa noite de mar completamente onde não se via nada, um fósforo". Estava-se na véspera do arranque da concessão e os privados nacionais e estrangeiros não dispunham de recursos para avançar:

Agora, eu acho que no meio destes anos que se passaram sem que decisões acontecessem porque estávamos de facto sem nenhum tipo de orientação e com o dinheiro já empatado no Malawi na ordem dos 10 milhões de dólares surgiu uma luz ao fundo do túnel, que era a possibilidade dos americanos financiarem este mesmo projecto. Eu estou a falar pelos investidores que estão envolvidos nesta questão. Quando nós tínhamos apenas uma luz e um único farol, mesmo que seja um farol de precipício, não vamos caminhar para a escuridão, vamos caminhar para onde está esse farol. E caminhamos para esse farol, julgando que estaríamos no caminho certo e no caminho correcto. Efectivamente as condições de financiamento não eram as melhores, podia-se ter conseguido uma taxa de juros mais confortáveis e depois deparamos que logo na primeira reunião do Conselho de Administração - tem que se dizer - de que o CFM votou contra. Portanto, quando um parceiro de uma importância estratégica como o CFM logo no início e duas semanas antes da concessão ser feita e ser tomada digamos votou contra isso era um sinal claro de que havia não uma luz verde para nós continuarmos mas pelo contrário uma luz fortemente encarnada, que desconfiavam da nossa capacidade, quer seja financeira, de gestão, tudo e mais alguma

questão, e os ânimos acirraram a nível da estrutura accionista, com as várias reuniões dos diferentes Conselhos de Administração nunca conseguimos passar do ponto 1 das agendas e o ponto 1 da agenda era a aprovação da agenda anterior. Portanto, andamos nisto praticamente dois anos sem se passar coisa alguma e na base de que havia de facto - houve, isto é uma realidade que é preciso dizer-se é que com isto tudo também houve um desinvestimento, do meu ponto de vista compreensível, da parte dos Caminhos de Ferro na medida em que não saberiam o que é que iria acontecer, provavelmente para uma política de concessionar portanto não foram feitos investimentos e a situação foi-se degradando e degradando também a nível de recursos humanos, ainda para mais porque a maior parte do pessoal com alguma qualidade saíu portanto aquele programa do Banco Mundial, saíu e demorou tempo a mais, as pessoas não sabiam se o casamento era amanhã, se não era, se havia ou não havia casamento, quer dizer demorou e um sem número de dúvidas.

Com a saída dos capitais sul-africanos, franco-belgas e portugueses, os 67% dos investidores privados estrangeiros passam a ser detidos pela RDC, Edlows Resources e NCI (numa *offshore* na Madeira, em Portugal), a componente moçambicana mantém-se com 33%. A clarificação da estrutura accionista não afastou as divergências na forma como os sócios se colocavam em relação à concessão.

Quando, no caso que me toca, quando se tomou conta da concessão e na parte portuária nós vimos que havia um trabalho profundo a ser feito, um trabalho a curto espaço de tempo e uma leitura completamente diferente de outros sócios americanos. Em primeiro lugar porque a fasquia estava de tal maneira levantada das expectativas que algumas melhorias iam ser feitas no curto prazo, que era necessário dar resposta se não o próprio sector da clientela do porto sairia do porto, a começar pelas linhas de navegação e que havia que dar respostas rápidas e concretas a esses problemas, que dessem confiança e que manifestassem confiança junto dos clientes, a começar pelas linhas de navegação. Não tomamos de facto a atenção que deveríamos ter tomado em relação ao modelo de gestão, em relação a quem estava a fazer as contas, que era uma outra empresa americana, e em relação também à parte ferroviária, porque julgávamos que estávamos com empresas profissionais e que o financiador era uma empresa do Estado americano, pelo que não tomamos atenção no tempo que deveríamos ter tomado conhecimento dessa questão. Quando tomámos, verificámos uma situação de total desleixo, negligência, quer da parte ferroviária, que

tinha sido completamente abandonada, portanto, e da parte dos financiamentos que quando nós quisemos utilizar os financiamentos, que tinham previsto para o porto já não havia dinheiro, aí decidiu-se que era necessário de facto arranjar uma solução que estes parceiros saíssem e saíssem - atendendo ao seu peso político - de uma forma não de guerra mas de uma forma *business wise*.

Já com o cenário desta situação e nos finais de 2006 nós somos confrontados com uma questão que de facto destabilizou, se já estava uma situação um pouco frágil, porque não havia consenso entre os próprios accionistas, cada um tinha uma diferente posição mas em 2006 há um facto que é totalmente perturbador da questão do corredor de Nacala foi quando a então chamada CVRD se aproxima dos concessionários e mostra-se disponível a comprar a concessão. Os americanos viram nisto a solução global do problema porque não queriam continuar por razões óbvias, aliás eu próprio, perante um projecto dessa natureza, não iria obstaculizar um projecto daquela dimensão, por uma questão de interesse meramente pessoal não iria travar o projecto e o mesmo pensamento também tinham os investidores nacionais. A operação estava toda ela montada e a três dias da sua concretização, que era o pagamento, a operação foi à vida, por razões que dizem respeito à então CVRD, hoje Vale, que desistiu nesse sentido e isso criou uma situação em que os americanos desistiram completamente do projecto. Estavam à procura apenas de quem é que vai nos vai comprar.

Entretanto, um grupo moçambicano, Insitec, iria adquirir a posição da RDC e da ERL (Edlows Resources) e aí inicia, por assim dizer, a terceira fase da saga desta concessão, que não faz parte do escopo do nosso estudo e da nossa abordagem. A estrutura accionista ficou assim: 67% Insitec e NCI e os 33% grupo moçambicano, liderado pelos interesses do norte. Contudo Fernando Couto testemunha os tempos da crise:

Isso obrigou que não havendo ninguém que tomasse conta da parte ferroviária, inclusivamente da parte do Malawi, nós privados tivéssemos de que ir à luta - não estávamos nem sequer preparados para de que do controlo do porto - , tivéssemos que andar a tratar da ferrovia. E aí descobrimos efectivamente todo o modelo financeiro em que assentava a concessão ferroviária estava com dados completamente errados. Com cargas que não existiam, com valores que eram incomportáveis, com custos - ou seja custo/manutenção de uma linha de 2 mil quilómetros que não podem de maneira nenhuma ser comportados com o *cash* que a ferrovia gerava, com serviços sociais, nomeadamente os comboios para Lichinga e o serviço de

passageiro dentro de Nampula- Cuamba e Cuamba-Nampula, com uma operação deficitária também no Malawi, mas a única forma era tentarmos agarrar de forma a que as coisas não caíssem no terreno e de facto sabendo que a única forma que nós tínhamos de proteger o nosso próprio dinheiro como privados que investimos lá dentro era de facto pormos as coisas minimamente a funcionar. É evidente que, como eu disse, houve erros. E disse isso já publicamente. E o primeiro grande erro que houve é que apostamos em parceiros sem que tivéssemos feito um trabalho de casa muito diligente de saber quem eram esses parceiros. No entanto, vou dizer, e em abono da verdade, que esses parceiros, sobretudo parceiro rodoviário, tinha várias experiências e era *persona grata* do Banco Mundial portanto nenhum sinal de desconfiança veio alguma vez desse sector, só que na prática foi uma completa desilusão nesse sentido. Em segundo lugar, a questão do próprio financiador, que era o departamento do Governo dos Estados Unidos, a OPIC, que investiu neste projecto com razões de natureza política - de conter o islamismo radical de viria do norte para o sul de África e como se provou que essa questão não se colocava, felizmente para todos nós nesta região e que tinham problemas mais que suficientes para resolver no norte de África, no Iraqui -, isto deixou de ter qualquer tipo de interesse da parte deles e não nos deram o apoio que deveria ter sido dado e, sobretudo, o acompanhamento que um órgão que empresta dinheiro nós estamos habituados que tenha. Portanto, envio de relatórios periódicos, fazer questões, visitar - apenas nos visitaram uma única vez -, portanto não sabiam o que é que estavam a fazer. Por isso é que muito do dinheiro do financiamento hoje em dia continua a ser uma questão de interrogação para onde foi parar. A outra questão é que foi um erro de análise tremendo é que ao pensarmos que estávamos a trabalhar com parceiros que sabiam o que estavam a fazer e que tinham visto as contas e bancos de investimento - o Nedbank esteve envolvido na análise financeira do projecto, portanto quem sou eu para duvidar de um dos maiores bancos da região a fazer a análise do planeamento deste projecto a médio e longo prazos? - mas viemos a descobrir tarde demais de que os números estavam totalmente engatados e totalmente errados desse ponto de vista e que não era susceptível de alguma maneira mantermos as nossas obrigações relativas à entidade concedente com o nível de *cash* que é gerado pelo próprio corredor.

A esta distância, os ânimos entre os CFM e os concessionários do norte estão menos acirrados, mas a divergência mantém-se. Fernando Couto, no entanto, é assertivo:

Em relação à área financeira a única entidade que nós temos para pagar é uma entidade chamada Caminhos de Ferro porque o resto com a gestão corrente nós estamos a pagar a todas as pessoas. Já foram feitas propostas para a revisão dos contratos de concessão mas não são de maneira nenhuma aceites, diz-se que os contratos de concessão são bíblias, o que eu discordo frontalmente. Do modelo de gestão, que não havia, da responsabilidade dos gestores, e da irresponsabilidade do Conselho de Administração, acho que isso hoje está respondido, embora eu tenha um *background* jurídico e não tivesse muitas dúvidas nessa natureza, procurei com provavelmente o melhor cérebro jurídico de Língua Portuguesa um parecer em que essas questões: quem compete a quem, o que diz respeito a quem - ficaram esclarecidas. Se há responsabilidade é do Conselho de Administração no seu todo e também evidentemente dos gestores que estiveram a gerir o projecto - isso não significa que o Conselho de Administração não tivesse tido a capacidade de intervir e se o Conselho de Administração tivesse intervido e o Caminho de Ferro, com quatro administradores e com o apoio dos administradores nacionais, certamente nós teríamos conseguido sair um pouco desta situação em que hoje estamos. Mas repito a única dívida que nós temos é uma dívida ao Estado, pelas taxas de concessão, as quais não são realizáveis de maneira nenhuma.

Em 2007, os CFM consideravam, no entanto, que havia que “reter e avaliar as causas dos bons exemplos de concessões”, entre os quais a Cornelder de Moçambique (no Porto de Beira), Cornelder de Quelimane e MIPS (Terminal de contentores do Porto de Maputo), em oposição ao que estava a acontecer no norte. Cautelosamente afirmava “há que acompanhar o processo de concessão da Linha de Sena e Machipanda que, até ao momento, indica reflectir um bom exemplo de concessão”. Viu-se que, depois, esta também seria problemática.

Em face das experiências do Porto de Maputo, de Nacala e da Linha férrea do Norte, urge: (I) resolver definitiva e correctamente os casos das concessões do Porto de Maputo e do Corredor de Nacala, nos termos propostos; (II) se essa possibilidade não resultar, terminar com os contratos de concessão por justa causa; e (III) encontrar novos parceiros que garantam o respeito estrito dos princípios e critérios de selecção;

Para a situação da dívida da MPDC, é vital encontrar uma solução urgente que defenda os interesses nacionais;

Importa reafirmar o princípio de que, para salvaguarda dos interesses da economia do País, deve-se dar por concluído o processo de concessões das linhas férreas e portos ficando, assim, fora deste processo, o sistema ferroviário do sul e o Porto de Pemba. (CFM, 2007: 36)

Hoje o cenário mudou radicalmente no Porto de Maputo. Para Osório Lucas isso prova a sua asserção:

Voltando ao ponto da falta de experiência em investimentos em África, é sintomático que a simples saída da Skanska (Suécia), Liscont (Portugal) e Mersey Docks (Reino Unido) e a entrada no seu lugar da Grindrod (África do Sul) e a DPWorld do Dubai (com larga exposição internacional) tenha alterado completamente o quadro na concessão do porto de Maputo. Hoje já se discute, nesta concessão, um plano director a 20 anos, e há um espírito de parceria e não de disputa permanente.

No entanto, em recente documento (“Rail and Port Restructuring Project: A CFM Perspective”, 2009) , endereçado ao Banco Mundial, em balanço deste mesmo RPRP Project, os CFM reiteravam as críticas e as concepções “erradas” que ditaram muitos dos problemas que afectaram as concessões, um dos pontos do programa de reestruturação da empresa, tal como a racionalização da força de trabalho e a reestruturação corporativa.

Foram 4 as concepções erradas apontadas pelo CFM, designadamente:

- 1) O facto de se considerar que o sector público não tem um papel a desempenhar;
- 2) O facto de *master lease* não ser a melhor forma de concessão;
- 3) O facto de se imporem consultores e o seu pesado ônus não necessariamente garantia de ser um bom negócio;
- 4) O facto de os concursos não serem necessariamente as melhores formas de encontrar parceiros numa concessão.

Estes são alguns dos argumentos dos CFM, em termos muito sucintos, em relação ao complexo processo de reestruturação da empresa, talvez aquela que foi mais longe no conjunto das privatizações ocorridas no país no sector empresarial do Estado.

CAPÍTULO III

Interrogar os caminhos

La vutisaka ndlela, a nga lahleki

Quem pergunta pelo caminho não se perde

Ditado popular

O Mineiro Moçambicano e a origem da dependência

Moçambique foi, ao longo de extensas décadas, reservatório e fornecedor de mão-de-obra que permitiu a acumulação de capital na África do Sul, sobretudo na indústria mineira. Esta acção enquadrava-se no domínio da economia colonial e está na origem da forte dependência que o colonialismo e o capitalismo português mantiveram ao longo de séculos. Tendo tido um importante papel na economia mercantil, a partir do sec. XV, através do comércio do ouro, do marfim e de escravos, o padrão de acumulação portuguesa enfrentou, nos séculos ulteriores, uma autêntica aporia no sentido de se consagrar como uma economia industrial.

No caso moçambicano, o Estado português haveria de afirmar-se na cobrança de taxas alfadengárias ao longo da costa e na economia escravocrata, entre os séculos XVIII e XIX, entre os anos 1785 e 1870. Apesar disso, a partir dos finais do século XIX, diante da afirmação hegemónica de potências coloniais como a britânica, Portugal só conseguiria explorar suas colónias por via de intermediários.

O capital britânico, francês, alemão, entre outro tipo de capital internacional interveio no território no contexto das companhias majestáticas, figuras concessionárias da actividade de

exploração, por incapacidade do governo colonial português, que assim arrendou grande parte do território, sobretudo no norte, ao capital privado estrangeiro que o administrou.

Criada em 1881, a Companhia do Niassa, de capital alemão maioritário, ficou com uma jurisdição de 190.000 Km², enquanto que a Companhia de Moçambique, também criada em 1881, com capital britânico e francês, teria uma concessão de 155.000 km². Em 1892 foi criada a Companhia da Zambézia, de capital francês, tal como seria a Societé du Madal (1904). A britânica Sena Sugar Estates iria completar a importante presença do capital estrangeiro que actuava no território.

No entanto, Portugal e a sua economia, debatiam-se com terríveis dificuldades, enfrentando mesmo uma bancarrota, por obra de uma economia arcaica. Os portugueses tinham dificuldades de transformar as extraordinárias capacidades que tinham nas colónias, quer a nível de recursos humanos, como a nível de recursos naturais abundantemente ricos. Isso por um lado. Por outro lado, Portugal por conta desta debilidade tinha dificuldades de ter uma presença física efectiva no território em toda a sua extensão, o que acontecerá apenas nos finais do século XIX.

O crescimento da indústria mineira sul-africana acontece quando Portugal consegue, finalmente, na sequência da derrota do Estado de Gaza, em 1895, impor uma certa organização, que lhe permitiria explorar a força de trabalho da colónia. No imediato, assaca a possibilidade de vender a mão de obra para o exterior, designadamente para a África do Sul.

Aqui está a origem da profunda cooperação com o sistema sul-africano e a origem da dependência a que a débil economia da colónia portuguesa esteve e estará sujeita ao longo de década, até ao presente.

Uma importante forma de acumulação, decididamente, da economia do sul de Moçambique decorria da exportação da mão-de-obra. Mas entre 1929 e 1954, no contexto do Estado Novo, seriam dissolvidas as companhias majestáticas e inicia o povoamento maciço português, para além do forçado incentivo ao cultivo do algodão, importante matéria-prima para a indústria têxtil portuguesa, que procurava afirmar-se, entre outras matérias-primas. Não obstante, não cessou a

cooperação com as companhias britânicas, sobretudo, e sul-africanas, cuja integração, em relação à economia moçambicana, era largamente extensa.

Uma tímida industrialização irá ocorrer neste período, para além da intensificação das culturas agrícolas, com o assentamento de verdadeiros colonatos. Sobretudo no sul, onde o caso de Chockwé, na simbólica província de Gaza, é paradigmático. Eduardo Mondlane, o primeiro presidente da Frelimo, e Samora Machel, que seria o primeiro presidente do país independente, eram originários de Gaza. Assim como Joaquim Chissano, que haveria de suceder a Machel.

Moçambique continuava a ser, no entanto, uma economia fortemente dependente do capital estrangeiro e continuava a ter um papel como uma economia de serviços no âmbito da África Austral. Daí decorre a sua decisiva importância como provedor ferroviário e portuário e possibilidade de acesso ao mar e ao comércio internacional dos países que fazem o seu *hinterland*, sobretudo a África do Sul, as Rodésias (Zimbabwe e Zâmbia) e Niassalândia, actual Malawi.

A estrutura colonial da economia moçambicana era, deste modo, o resultado de uma dupla dependência em relação a uma economia capitalista relativamente atrasada, constituída pela potência colonial portuguesa. Ao mesmo tempo estava subordinada às necessidades do complexo económico da África Austral. Foi esta última integração que se tornou cada vez mais o aspecto dominante da estrutura da economia colonial moçambicana. As forças produtivas de Moçambique foram organizadas não de acordo com as necessidades do desenvolvimento capitalista em Portugal, mas segundo as necessidades da acumulação capitalista na África Austral. Portugal desempenhou o papel de "rentier", retirando a maior parte dos seus lucros do comércio invisível e especulando na venda de força de trabalho da sua mão de obra africana. (CEA, 1998, p. 18)

Inicialmente, a mão-de-obra moçambicana emigrava para as plantações de açúcar do Natal e para os campos de diamante de Kimberley, mas seria com o desenvolvimento da indústria mineira de Witwatersrand que a exportação da mão-de-obra moçambicana iria adquirir uma expressiva escala.

A revolução mineira na África do Sul requeria pesados investimentos de capital e grandes e constantes fornecimentos de mão-de-obra barata. No contexto da África do Sul os interesses mineiros do ouro intervieram activamente na política do Estado de modo a criar uma força de trabalho barata e controlada, a partir da qual poderia ser garantida uma rápida acumulação de capital. (CEA, 1998, p.18)

O sul de Moçambique, submetido a uma disciplina de ferro do poder colonial, que infligira uma importante derrota a Ngungunhana, o imperador de Gaza, para além de ser coagido na ordem colonial, na recolha de imposto, constitui-se numa importante zona de recrutamento de mão-de-obra. Esta operação decorria de uma operação entre os Estados que foi institucionalizada. A indústria mineira requeria soluções duradoiras no fornecimento da mão-de-obra. Por outro lado, os portugueses necessitavam de recursos para prosseguir a construção de infra-estruturas (a ferro-portuária, entre outras). Em 1897 é formalizada, pela primeira vez, a exportação da mão-de-obra.

A exportação de mão-de-obra foi assim, a partir de 1897, formalmente organizada e controlada pelos dois Estados e partes contratantes. Ao Governo colonial português foi garantido lucro originado pelo comércio da mão-de-obra. Foram improvisadas estruturas em ambos os lados da fronteira para organizar e supervisionar o movimento de trabalhadores. Uma curadoria foi estabelecida em Witwatersrand para controlar os trabalhadores nas minas e as transações monetárias entre os dois Estados. (CEA, 1998, p.19)

O acordo, que permaneceu praticamente imutável ao longo de oitenta anos, "consistia na troca de uma quota fixa de mão-de-obra para as minas contra o envio garantido através dos portos e caminhos de ferro de Moçambique de uma percentagem fixa de bens para e de Witwatersrand."

A mão-de-obra era migrante, terminado o período de serviço o mineiro era repatriado. A Wenela, companhia recrutadora, teve durante largas décadas um monopólio no recrutamento, quebrado em 1965. O recrutamento da mão-de-obra decorria na zona sul do território até ao paralelo 22. Contudo, entre 1902 e 1913 existem registos de mão-de-obra advinda do norte, sobretudo da Companhia do Niassa, que tendo fracassado como companhia majestática, se transformou em fornecedora de mão-de-obra. Os salários e as condições de trabalho eram impostos, sendo

controlado pelos dois Estados. Os trabalhadores permaneciam 12 meses, podendo ser prolongado para 18 meses. O prolongamento da permanência da mão-de-obra significava uma maior mais-valia para a indústria mineira. O Estado português lucrava sem investir, mas apenas da venda e exploração desta força de trabalho.

Evidentemente, no entanto, a principal fonte de receitas do Estado proveniente da venda da mão-de-obra mineira tem sido através do sistema obrigatório de pagamento diferido de uma percentagem fixa dos salários dos mineiros. Sob certas cláusulas das convenções estas somas de pagamentos diferidos eram transferidos para o Estado português na forma de ouro valorizado a um preço especial. Este sistema terminou em 1977 quando a África do Sul revalorizou as suas reservas de ouro em consequência de uma emenda aos Artigos de Acordos com o Fundo Monetário Internacional. (CEA, 1998, p. 23)

Por outro lado,

este papel de prestador de serviços do Estado *rentier*, tornou Moçambique susceptível às crises da economia sul-africana, e às estratégias e caprichos tanto económicos, como políticos, da sua classe dirigente. (CEA, 1998, p. 23)

O capitalismo sul-africano foi catapultado pelo desenvolvimento da indústria mineira e esta está na origem do desenvolvimento desigual que caracteriza ainda hoje toda a região do sub-sistema da África Austral. Decorre daí a importância do trabalho migratório e a sua natureza singular na consolidação da economia sul-africana, cujo desenvolvimento e sua rápida acumulação de capital está intrinsecamente ligada ao processo de dependência que, de outro lado da fronteira, em Moçambique se foi urdindo.

Colin Bundy, lembra, em *The emergence and decline of a South African peasantry*, que "grande parte da história da África do Sul gira à volta da transição de uma maioria do seu povo - a população rural africana - da sua existência pré-colonial, em moldes agro-pastoris, para o seu estatuto contemporâneo: o de camponeses vivendo em regime de sub-sistência, manifestamente impossibilitados de se sustentarem com base na agricultura, e dependentes, para sobreviverem, dos salários ganhos nas regiões industriais 'brancas', e nas herdades

"brancas". Bundy estuda quatro décadas da ascensão e queda do campesinato no Transkei: "Este processo de desenvolvimento capitalista na África do Sul (assim, o subdesenvolvimento estrutural do sector camponês era a outra face da moeda do desenvolvimento capitalista na África do Sul)". O mesmo processo aconteceu em relação a certos países da África Austral, sobretudo Moçambique.

Estas sociedades pré-capitalistas não eram só as que se situavam dentro das fronteiras geográficas do estado sul-africano, como o Transkei ou outras áreas de reserva. Pelo contrário, a mão-de-obra extraída fora daquelas fronteiras tem sido continuamente um factor importante no processo de acumulação capitalista na África do Sul. (CEA, 1998: 28)

Compreender este processo é decisivo para se ter conta do carácter fortemente dependente da economia moçambicana e perceber em que armadilhas ela se encontra enredada. Este é justamente o escopo do trabalho pioneiro de uma sociologia moçambicana, desenvolvido em *O Mineiro Moçambicano*, dado a conhecer em 1977, nos dois primeiros anos da independência, por uma equipa vasta dirigida por Ruth First, sul-africana, morta a 17 de Agosto de 1985, por uma encomenda-bomba, no Centro dos Estudos Africanos.

Subdesenvolvimento, periferia e dependência

Nos primeiros dias Agosto 1979 foi declarada, em Moçambique, a década de 1980-1990 como a *Década da vitória contra o subdesenvolvimento*. Um dos instrumentos dessa luta seria o Plano Prospectivo e Indicativo (PPI). Mas a guerra iniciou logo a seguir à independência e inviabilizou economicamente o país. Mais tarde, ainda em plena guerra, intentou-se o Plano de Reabilitação Económica (PRE, 1987), seguido do Plano de Reabilitação Económica e Social (PRES, 1990). Estes foram os planos implementados num tempo de viragem: a economia centralmente planificada cedeu lugar à economia de mercado. Já no tempo de paz, entretanto conseguida em 1992, foram implementados os Planos de Acção para Redução da Pobreza Absoluta (PARPA). Estamos no final do PARPA II.

Três décadas depois o país não fez ainda a superação da dependência e continua pobre. Os números do PNUD, a agência das Nações Unidas para o Desenvolvimento, são assombrosos: em 2007, Moçambique era o país número 172 numa lista de 177 em termos de Índice de Desenvolvimento Humano, com 54% da população a viver com menos de um dólar diariamente e fortemente dependente dos doadores (53% no Orçamento de 2009) para se financiar.

O colonialismo foi durante muitos anos apontado como a causa próxima do subdesenvolvimento. Hoje ainda é possível encontrar algum arroubo nesse sentido, mas está fortemente esbatido. A guerra de desestabilização da Renamo, apoiada inicialmente pelo regime de Ian Smith, na Rodésia do Sul (Zimbabwe hoje) e mais tarde por Pretória, quando vigorava o apartheid, foi e continua a ser uma forte razão para o estágio da economia e da sociedade moçambicanas. Ultimamente, encontram-se motivos internos. Mas valeria a pena olhar retrospectivamente para estas dimensões no discurso político, que hoje elege a pobreza como o seu tema essencial:

Com efeito, a pobreza e a luta contra a pobreza ocupam um importante lugar no discurso da Frelimo desde a independência do país em 1975. Várias estratégias político-económicas para se combater a pobreza foram ensaiadas. Da mesma forma, várias explicações sobre as causas da pobreza foram dadas. Nessa época, a pobreza que afligia os moçambicanos era vista como consequência directa do colonialismo português, cuja política envolvia não só enriquecer Portugal às custas do suor moçambicano como manter os moçambicanos em perpétua dependência da benevolência metropolitana, sem desenvolvimento rural e industrial local; em resumo, a Portugal interessava pilhar Moçambique (transferência das suas riquezas para Portugal) e manter na ignorância o seu povo. Ainda, argumentava a Frelimo, logo após o 25 de Abril de 1974, que marcou a queda do regime de Marcelo Caetano em Lisboa e abriu caminho para a independência das antigas colónias portuguesas, tinha havido muita sabotagem e anarquia por parte dos colonialistas, os quais transformaram uma economia já atrasada num completo caos. (Chichava, 2010)

Sérgio Chichava vai mais longe, ao considerar que

a explicação da pobreza e subdesenvolvimento pelo factor colonial ou pelo imperialismo não era apenas própria a Moçambique. Também era observável em África e noutros países do chamado Terceiro Mundo, e era muitas vezes usada para justificar a incapacidade das elites

desses países em formular políticas progressistas. Estes discursos e percepções eram certamente influenciados pelo contexto da guerra fria, e pelas teorias de dependência em voga na altura. A independência do Zimbabwe, o fim da guerra fria, do *apartheid* e da guerra civil, assim como o abandono do marxismo-leninismo a favor do liberalismo, fizeram com que muitos abandonassem tais teorias para explicar o subdesenvolvimento de Moçambique.

A questão do subdesenvolvimento e por consequência a dependência tem sido largamente discutida entre nós. Há uma tradição africana nos estudos sobre esta matéria. Por outro lado, o discurso da superação da crise africana face à força excludente da globalização está no centro do debate dos intelectuais africanos do final do século passado. Os africanos, intelectuais periféricos, debateram este assunto sobre uma perspectiva disjuntiva, no entender de Eduardo Devés-Valdés¹⁹: “apostar na obtenção de êxito da globalização ou apostar em outros objetivos associados a identidades diversas”. Muitos são os africanos, herdeiros de uma filosofia pós-libertária ou emancipatória da África, que percorreu a geração dos grandes nomes do nacionalismo africano, que marcam hoje a elaboração da historiografia africana. Samir Amin, Ali Mazrui e Carlos Lopes (fortemente inspirado em Amílcar Cabral) são alguns dos autores contemporâneos que marcam a pauta do debate africano.

Carlos Lopes discute, em *Compasso de Espera. O Fundamental e o Acessório na Crise Africana*, os discursos que permeiam a historiografia de origem europeia sobre a inferioridade africana e aquele (discurso) que ele pratica e que sugere a consagração de autores que superaram o discurso emocional dos fundadores do pensamento africano. Lopes elabora quatro eixos para pensar a crise africana: as percepções ou opiniões sobre África, as realidades africanas em si no momento em que são pensadas, os desafios impostos pela agenda do continente e, finalmente, a interação dos desafios com a herança dos africanos.

Carlos Lopes é daqueles intelectuais que estão nos antípodas do “pessimismo africano” e que reclama que o desenvolvimento é um desafio endógeno à sociedade africana. Daí inferir-se que cometeria aos africanos estabelecer o modelo do desenvolvimento que entendem corresponder

¹⁹ Autor do livro *O Pensamento Africano Sul-Saariano – Conexões e Paralelos com o Pensamento Latino-Americano e o Asiático (um Esquema)*, uma obra instigante que apresenta as principais referências intelectuais do debate africano e da historiografia africana.

aos seus anseios. A cultura desempenharia aqui um papel central na constituição dos modelos políticos e institucionais que estariam na base da construção de uma saída para a crise africana.

A questão da modernização atravessa as interrogações e as perplexidades do pensamento de Ali Mazrui. Devés-Valdés resume assim os questionamentos deste autor africano: “pode uma sociedade não-ocidental assumir a herança de conhecimento e modernidade sem cometer suicídio cultural? Estariam os africanos enfeitiçados pela pergunta sobre a maneira pela qual uma sociedade pode se modernizar sem se ocidentalizar? A tecnologia moderna seria uma arma de genocídio cultural na África e na Ásia?” O tema é complexo e o debate amplo. A crítica à aculturação produzida pelo movimento da ocidentalização africana é muito marcante. Quais são as saídas? Mazrui aponta algumas, no entender de Devés-Valdés:

Para gerar a modernização na África, um primeiro elemento não é a ocidentalização, mas, pelo contrário, a indigenização, no sentido de localizar recursos, pessoal e controle efetivo. Ou seja, em vez de pensar como europeus, pensar como africanos, buscando tudo que seja utilizável dos próprios. O segundo é o esforço domesticador, fazendo o estrangeiro mais adequado às necessidades locais. O terceiro é a diversificação cultural, não se focalizando unicamente no Ocidente, mas também nas outras grandes culturas. O quarto é a interpenetração horizontal entre as sociedades menos privilegiadas. Por fim, a quinta estratégia é a contrapenetração em direção ao centro em defesa dos próprios interesses. (Mazrui apud Devés-Valdés, 2008, p. 171)

Em *Os desafios da Mundialização*, Samir Amin, outro importante intelectual africano, centraliza o debate no conceito “mundialização” e no processo que está na origem daquilo que designa como “a catástrofe da África” (Amin apud Devés-Valdés, 2008: 172). Amin conclama a superação do capitalismo, caso contrário estaríamos sob “o risco de se transformar o fim da história e do planeta, pela destruição” (Amin apud Devés-Valdés, 2008: 172). Para Amin, “a mundialização através do mercado” não passa de uma “utopia reacionária”. Contra ela, avança com a idéia de uma formulação teórica e prática alternativa, um projeto humanista que se escude no socialismo.

O capitalismo realmente existente não conseguiu, para Amin, dar forma a um modo de produção capitalista mundial, pois isso suporia um mercado integrado tridimensional, de mercadorias,

capital e trabalho. Sua expansão é nada mais que bidimensional, integrando pouco a pouco os intercâmbios de produtos com a circulação de capital, enquanto o mercado de trabalho fica compartimentado. Isso gera uma inevitável polarização (...): “A polarização imanente ao capitalismo mundial é ignorada deliberadamente pela ideologia liberal”, diz Amin, “o que tira qualquer sentido da dita ideologia”. Com efeito, argumenta, a integração ao sistema mundial “cria uma contradição insuperável, no marco da expansão do capital”, a ponto de tornar ilusória qualquer tentativa das periferias, pelo menos três quartos da humanidade, de chegar ao centro. (Amin apud Devés-Valdés, 2008, p. 172).

Qual seria então a saída para Samir Amin? Este intelectual africano vê quatro possibilidades, quatro desafios:

- 1) o desafio do mercado, definindo os objetivos e os meios que permitam enquadrá-lo, colocando-o a serviço de uma reprodução social que assegure o progresso social;
- 2) o desafio da economia-mundo, que consiste em obrigar o sistema mundial a se ajustar às exigências do desenvolvimento africano;
- 3) o desafio da democracia, que consiste em defender uma concepção progressista dos direitos que define com precisão as regras do mercado; e
- 4) o desafio do pluralismo nacional e cultural, que consiste em reorganizar uma coexistência e uma interação comunitária que se defina da maneira mais diversa, no marco do maior espaço político possível (Amin, 1997: 261 apud Devés-Valdés, 2008, p. 173).

Da periferia africana à dependência latino-americana

O termo “periferia” foi usado “se referir aos países capitalistas ‘subdesenvolvidos’ ou ‘em desenvolvimento’ por intelectuais como Justinian Rweyemamu, da Tanzânia, em clara conexão com a proposta de Prebisch (do Cepal) e da produção intelectual latino-americana. Na argumentação de Rweyemamu foram os “empresários do centro” que promoveram a industrialização das “economias periféricas”, encontrando-se aqui a origem do processo radical de diferenciação. Deste modo, o subdesenvolvimento estaria conectado com as “relações de dependência” criadas pela divisão do trabalho colonial, que esteve na origem de um “crescimento perverso”. A superação disso estaria na liquidação das relações de “dependência”. Não se pretende aqui alongar os argumentos e a discussão, mas esta referência preambular serve

para assinalar a ideia de que se pode encontrar, na produção intelectual africana contemporânea muitos pontos de conexão com a produção intelectual latino-americana, sobretudo quando o tema em pauta é a questão do desenvolvimento.

Samir Amin, em *Capitalismo Periférico e Comércio Internacional*, escalpeliza as origens históricas do subdesenvolvimento e da dependência africana, propondo designadamente uma periodização da História Africana: 1) período pré-mercantilista (até ao século XVII); 2) período mercantilista (1600-1800); 3) século XIX (integração no sistema capitalista desenvolvido); 4) período da colonização.

O capitalismo assume a plenitude do seu desenvolvimento no sec. XIX no período em que o mercantilismo (a da “acumulação primitiva da riqueza”) perde importância e emerge a nova indústria.

A periferia antiga – a América das plantações – e a sua periferia – a África do tráfico de negros – cedem o seu lugar a uma nova periferia. A função desta será a de proporcionar *produtos* que permitam reduzir o valor do capital constante e o capital variável operante do centro: matérias-primas e produtos agrícolas. A condição para que a troca que estes produtos procuram no centro seja interessante é a revelada pela teoria da troca desigual. (Amin, 1975, p. 114)

Amin considera três regiões africanas: África da economia de tráfico de negros (a África ocidental), África das companhias concessionárias (que abarca o Congo, região conhecida hoje como a dos Grandes Lagos) e África das reservas (mais a Sul, o conjunto oriental).

Estas regiões constituem outro plano da realidade, não se definem apenas pela sua geografia mas também, e sobretudo, pela homogeneidade das suas condições sociais, culturais, económicas e também políticas. (Amin, 1975: 92)

Ruy Mauro Marini, em seu livro *Dialética da Dependência*, começa por expor as dificuldades que as análises teóricas marxistas sobre a dependência latino-americana encontram, rastreando duas ordens de constrangimentos, nomeadamente “a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato ou a adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde em aceitá-lo em sua

formulação pura”. No primeiro caso ocorreram “os estudos marxistas chamados de ortodoxos”, onde a dinâmicas dos processos entroncam numa “formalização que é incapaz de reconstruí-la”, sendo que o segundo tipo de desvio, na sociologia, ocorre perante a “dificuldade de adequar a uma realidade categorias que não foram desenhadas especificamente para ela”.

Estas dificuldades, “desvios” no dizer de Marini, têm origem na dificuldade de enquadrar, no modo de produção capitalista puro, a economia dos países da América Latina, que é singular nas suas peculiaridades, apresentadas como “insuficiências”, por vezes, ou “deformações”. Não raro, considera Marini, a noção de “pré-capitalismo” serviu para designar este período na vida latino-americana.

O desenvolvimento da América Latina está intrinsecamente ligado à expansão comercial promovida pelo capitalismo no século XVI. As suas relações com “os centros capitalistas europeus” estão escudadas na divisão internacional do trabalho, segundo Marini.

Em outras palavras, é a partir desse momento que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe. (Marini, 2000, p. 109)

André Gunder Frank fizera a análise ou “interpretação de subdesenvolvimento ou desenvolvimento como mecanismos e produtos relacionados do desenvolvimento do sistema capitalista único ao longo de séculos”²⁰:

A minha tese é de que o subdesenvolvimento, tal como o conhecemos hoje, bem como desenvolvimento económico, são os resultados simultâneos e relacionados do desenvolvimento, a nível mundial e ao longo de uma história de mais quatro séculos, de um único sistema económico integrado: o capitalismo. (Frank, 1969, p. 69)

²⁰ Sobretudo na sua obra iniciática dos estudos sobre “o desenvolvimento do subdesenvolvimento” intitulada “Do subdesenvolvimento”, um ensaio escrito em 1963 aquando a sua permanência no Brasil.

Gunder Frank defende nomeadamente que o mercantilismo e capitalismo devem ser vistos “como partes não só do simples processo histórico do desenvolvimento do capitalismo, mas do desenvolvimento de um único sistema integrado, que atingiria projeção mundial: o sistema capitalista”. O autor vê no interior deste sistema contradição:

Uma parte explora a outra, desenvolvendo, no entanto, parte dos frutos do desenvolvimento económico e cultural baseado na exploração. A exploração e desenvolvimento por uma das partes traduz-se e é acompanhada pelo desenvolvimento/desenvolvimento da outra. (Frank, 1969: 69)

Aqui estão os fundamentos do conceito “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, de André Gunder Frank, fórmula de análise considerada “impecável” por Ruy Mauro Marini, mas que assinala uma debilidade no trabalho de Gunder Frank, sobretudo porque “a situação colonial não é igual à situação de dependência”, no dizer de Marini, dado que mesmo havendo continuidade histórica entre ambas, não são homogêneas.

Na sua análise, eminentemente marxista, sobre a inserção da América Latina na economia capitalista, através de um intercâmbio que ele considera desigual, Marini afirma que esta “responde às exigências que coloca nos países capitalistas a passagem à produção de mais-valia relativa”:

No essencial, trata-se de dissipar a confusão que se costuma estabelecer entre o conceito de mais-valia relativa e o de produtividade. De fato, se bem constitui a condição por excelência da mais-valia relativa, uma maior capacidade produtiva do trabalho não garante por si mesmo um aumento da mais-valia relativa. (Marini, 2000, p. 113)

Marini refere que a mais-valia relativa está ligada, de forma indissociada, à desvalorização dos bens-salários. Assim, a inserção da América Latina tem que ser vista, inequivocamente, no quadro da divisão mundial do trabalho, onde desempenhou o papel de provedor de alimentos aos países industrializados, por exemplo, o que implica o crescimento da classe operária e conseqüentemente da população urbana. Não está alheio a esta questão a problema da deterioração dos termos de troca:

Trata-se do fato suficientemente conhecido de que o aumento da oferta mundial de alimentos e de matérias-primas foi acompanhado do declínio dos preços desses produtos, relativamente ao preço alcançado pelas manufaturas. Com o preço dos produtos industriais se mantém relativamente estável e, em todo caso, declina lentamente, a deterioração dos termos de troca está refetindo de fato a depreciação dos bens primários. (Marini, 2000, p. 117-118)

Por outro lado:

A expansão do mercado mundial é a base sobre a qual opera a divisão internacional do trabalho entre nações industriais e não industriais, mas a contrapartida dessa divisão é a ampliação do mercado mundial. (Marini, 2000, p. 119)

Esta divisão mundial, que expressão o intercâmbio desigual, entre os países centrais industrializados e a América Latina, “não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar uma perda de mais-valia e que, incapaz de impedi-la a nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da própria produção”.

O aumento da intensidade do trabalho aparece, nesta perspectiva, como um aumento de mais-valia, conseguida através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. (Marini, 2000, p.123)

O desenvolvimento da economia mercantil, na América Latina, no quadro da economia mundial, implicou a reprodução das relações de trabalho na origem da formação desse mercado e que determina o caráter da sua expansão. A acumulação do capital é feita através da capacidade produtiva do trabalhador nos países do centro, enquanto que na América Latina este processo se vai fundar na superexploração do trabalhador: “Nesta contradição, radica-se a essência da dependência latino americana”, considera Marini.

Opera-se assim, do ponto de vista de país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias – cujo efeito é fazer que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à

produção capitalista em geral, isto é, a que se opõe o capital e o trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias. (Marini, 2000, p.132)

Este é um ponto central para entender a economia latino-americana, em cuja contradição, encontramos a oposição gerada pelo duplo caráter do trabalhador enquanto produtor e consumidor.

Marini também se refere ao processo de industrialização substitutiva de importações no quadro da ideologia desenvolvimentista, sem fazer, como alude, a sua análise. Contudo, sublinha, que a crise do sistema capitalista, entre as duas guerras mundiais, “obstaculiza a acumulação baseada na produção para o mercado externo, que o eixo da acumulação se desloca para a indústria, dando origem à moderna economia industrial que prevalece na região”. Adiante, assinala um traço da dependência, onde o “modelo industrial dependente” encontra faz a conexão com a economia exportadora:

A industrialização não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda já constituída e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados. (Marini, 2000, p. 140)

Como se atestou acima a análise de Marini incide sobretudo na formulação de tendências que se verificam num sistema de capitalismo dependente na América Latina, tendo em conta a especificidade da sua formação social. Por outro lado, o autor baseia-se na teoria da circulação da produção, eminentemente marxista como se afirma acima, para descortinar os dois momentos da economia internacional que marca a dependência entre os países centrais e outros periféricos.

Para Marini a superexploração do trabalho é uma condição necessária do capitalismo mundial. Refira-se que aqui desenvolveu uma polémica com Fernando Henrique Cardoso que entendeu aquele como um processo acidental.²¹ Os termos da polémica são laterais ao nosso trabalho, pelo que não os desenvolveremos. Pareceu-nos, contudo, interessante aqui indicar.

²¹ Fernando Henrique Cardoso e José Serra escreveram, a propósito das formulações de Ruy Mauro Marini, "As desventuras da dialética da dependência", na qual tecem fortes críticas à análise proposta sobre o capitalismo dependente.

Importa, no entanto, referir a apreciação crítica de Guido Mantega ao trabalho de Gunder Frank e Marini, em seu livro *A Economia Política Brasileira*, quando ele trata “O Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista”. Se, por um lado, Gunder Frank analisava as relações entre as metrópoles e as suas satélites, dando ênfase ao comércio internacional, Ruy Mauro Marini, no entender de Mantega, trata sobretudo da questão dos métodos de produção e de expropriação da mais-valia nos países desprovidos de desenvolvimento.

Para Mantega, Frank entendia o atraso ou o subdesenvolvimento dos países periféricos, como um processo social gerado pelo sistema capitalista. A base do subdesenvolvimento radicava num tempo e num espaço ulterior ao feudalismo ou ao pré-capitalismo. Fora o imperialismo que ajudara a implantar as economias atrasadas, no caso o subdesenvolvimento era produto da expropriação sistemática do excedente a que estavam submetidos os países periféricos, que, assim, alimentavam o desenvolvimento dos países do centro.

Nesse sentido, constituíra-se um sistema capitalista mundial, formado por vários subsistemas nacionais – articulados segundo uma determinada divisão do trabalho e vinculados por laços de exploração e dependência. (Mantega, 1984, p. 211)

A questão que se segue, colocada por Mantega, parece-nos relevante: “havendo subdesenvolvimento e expropriação na periferia, como se daria, então, a produção de excedente nos países atrasados?”

Para Marini o excedente periférico advinha da superexploração dos trabalhadores, que recebiam salários baixos para fornecer mercadorias baratas e proporcionar lucros aos patrões. Sem o seu excedente, os países periféricos viam-se sem recursos para se desenvolver e sem mercado interno consumidor para promover a sua expansão industrial.

Esta é a base da teoria ou do modelo de subdesenvolvimento capitalista que vai sustentar a teoria da dependência. Vale citar Gunder Frank a partir do livro de Mantega:

Minha tese é que as contradições do capitalismo e o desenvolvimento histórico do sistema capitalista geraram o subdesenvolvimento nos satélites periféricos expropriados, ao mesmo tempo em que engendram desenvolvimento nos centros metropolitanos que se apropriaram do excedente econômico daqueles. (Gunder Frank apud Mantega, 1984, p. 214)

Paul Baran desenvolvera, em *A Economia Política do Desenvolvimento*, “uma teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento”, como realça Mantega, que se alicerçava no conceito de excedente, justamente. Desprovidos do principal elemento de acumulação – o excedente – os países periféricos ou subdesenvolvidos, na percepção de Baran, estavam sem possibilidade de alcançar as “condições clássicas do crescimento”, designadamente, “o progresso tecnológico, o aumento da produção e do mercado, etc., permanecendo, pois, na estagnação econômica e no atraso social” (Mantega, 1984, p. 216))

Mantega resume em sete pontos as principais teses da teoria do desenvolvimento do subdesenvolvimento, a saber:

- a) O subdesenvolvimento, que caracteriza os países periféricos, é uma derivação do sistema capitalista e não produto de uma situação pré-capitalista;
- b) A divisão internacional do trabalho no mundo capitalista impõe aos satélites subdesenvolvidos a condição de fornecedores de excedentes que alimentam as metrópoles, logo vale dizer que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são o verso e o averso de uma mesma realidade;
- c) O excedente da periferia adquire estatuto de produção primária-exportadora e é transferida para as metrópoles;
- d) O sistema capitalista mundial estabelece uma hierarquização na expropriação do excedente, determinando onde os países ou regiões avançadas exploram os países ou regiões mais atrasadas;
- e) O subdesenvolvimento reproduz-se enquanto prevalece a dominação da metrópole sobre a satélite periférica, o que impede um desenvolvimento capitalista na periferia, mas apenas sucede um subdesenvolvimento capitalista;
- f) O excedente que alimenta a metrópole capitalista advém da superexploração da força de trabalho periférico depauperado;

- g) As transformações sociais na periferia resultam da formação de núcleos industriais, causados por fatores externos, como o afrouxamento dos laços imperialistas, quando no centro ocorrem depressões ou guerras. Quando a metrópole se recompõe, esta industrialização regride. Isto explica a ténue industrialização da periferia.

No global, entendia Frank que a produção periférica estava vocacionada a servir a metrópole, mesmo nas situações em que acontecia alguma industrialização e o processo de substituição de importações, a dependência permanecia no sentido de que aumentavam as necessidades de importação de máquinas e equipamentos, por exemplo.

Mantega assinala que

pode-se deduzir, no entanto, pela vinculação que Frank fez entre superexploração, baixa de capitalização e pauperização da população periférica, que se trata de um tipo de exploração pouco associado com o desenvolvimento tecnológico e, portanto, com a mais-valia relativa, parecendo, isto sim, com o tipo de exploração realizada nos primórdios do capitalismo, baseada na intensificação do trabalho, na diminuição dos salários abaixo do valor da força de trabalho, enfim, na mais-valia absoluta. De qualquer forma, o conceito de superexploração permanece relativamente indefinido em Frank, e adquirirá maior consistência teórica nos trabalhos de Rui Mauro Marini. (Mantega, 1984, p. 221)

O trabalho de Marini focava os métodos de produção e exploração da mais-valia nos países subdesenvolvidos, enquanto que Gunder Frank preocupava-se, sobretudo, com as relações que se teciam entre as metrópoles e as suas satélites periféricas, sem no entanto iludir a questão da superexploração da força de trabalho que Frank tratou, mas que teria consistência no trabalho de Marini.

Referimo-nos já à vinculação da América Latina no sistema capitalista mundial, o seu papel de economia primário-exportadora e o seu papel na divisão internacional de trabalho, importaria agora apontar aquilo que Mantega via como deficiência do Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista, sobretudo na ótica desenvolvida por Ruy Mauro Marini.

A crítica de Guido Mantega reside no equívoco que a partir da teoria da superexploração. Para Marini, a superexploração estaria baseada na mais-valia absoluta, “que se efetiva mediante a expansão da jornada de trabalho (mantido o mesmo salário), ou pela diminuição do salário abaixo do valor da força de trabalho.” (Mantega, 1984, p. 268). Ora, no raciocínio de Marini predomina a mais-valia absoluta, o que significaria que esta seria uma forma superior de acumulação nos países periféricos, desprovidos de desenvolvimento tecnológico.

Porém, esse raciocínio revela-se contraditório com a teoria marxista da mais-valia, que indica ser a expansão da mais-valia relativa a forma mais eficiente de exploração. (Mantega, 1984: 268-269)

Na verdade, a mais-valia absoluta era a forma prevalecente no nascimento do capitalismo, num tempo em que este não desenvolveu ainda métodos de trabalho nem promoveu a revolução tecnológica. A acumulação exercia-se através da expansão da jornada de trabalho praticando os salários mais baixos possíveis. Estava-se num período de “acumulação incipiente”: “Nessas circunstâncias, a acumulação dependia diretamente da pauperização, ou de condições cada vez mais miseráveis da vida da população trabalhadora” (Mantega, 1984, p. 269)

Mas, uma série de transformações no capitalismo, tais como a revolução tecnológica, a intensificação da concorrência intercapitalista (que leva cada empresa a baratear seus produtos), o aumento da pressão dos trabalhadores (cada vez mais organizados) para limitar a jornada de trabalho e, no mínimo, manter o nível de seus salários, levou a acumulação a basear-se na mais-valia-relativa. (Mantega, 1984, p. 269)

No entanto, Mantega não exclui que se verifiquem, num contexto onde impera a mais-valia relativa, manifestações ou forma de acumulação baseadas na mais-valia absoluta, contudo se verifica em termos bem mais limitados, com barreiras que o sindicalismo e os limites naturais da própria força de trabalho impõem.

O que é importante reter é que autores como Marini, com a teoria da superexploração pretendiam que a mais-valia da periferia era totalmente transferida, na prática, para a metrópole. Na opinião de Mantega, Ruy Mauro Marini e outros autores do Modelo de Subdesenvolvimento

Capitalisma, como André Gunder Frank, exagerava “quanto à responsabilidade do imperialismo na manutenção do subdesenvolvimento”.

E aqui retorna a tese de Prebisch e da CEPAL, sobre a deterioração dos termos de intercâmbio, só que levada a extremos porque, como muito bem observaram Serra e Cardoso, a Comissão Econômica refere-se à transferência para o centro apenas dos lucros decorrentes dos *incrementos de produtividade* periféricos, e não de toda ou quase toda a mais-valia, conforme sugerem Marini e demais pensadores. (Mantega, 1984, p. 275)

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, no seu livro *Dependência e Desenvolvimento nos países da América Latina*, estudam “os processos económicos enquanto processos sociais” (2004: 36) realçam a importância das “conexões entre o sistema económico e a organização social e política das sociedades subdesenvolvidas, não só nessas sociedades e entre elas, mas também com relação aos países desenvolvidos” quando se propõem a fazer uma “interpretação global do desenvolvimento”. Nesta ótica, para os autores é crucial estudar as conexões que se estabelecem entre as sociedades “periféricas” e “centrais”.

Cardoso e Faletto sublinham, por outro lado, a necessidade de redefinir a “situação de subdesenvolvimento”, distinguindo os países “subdesenvolvidos” da situação dos países “sem desenvolvimento”. “E em seguida diferenciar os diversos modos de subdesenvolvimento segundo as relações particulares que esses países mantêm com os centros económica e politicamente hegemónicos”.

Os países “sem desenvolvimento” caracterizam economias e povos (cada vez mais escassos, advertem) “que não mantêm relações de mercado com os países industrializados”. Por seu turno, os países “subdesenvolvidos” sempre estiveram vinculados historicamente ao mercado mundial. No caso, eles se caracterizam pelo fato de permanecerem dependentes. “algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento e que essa dependência teve início historicamente com a expansão das economias dos países capitalistas originários”

Cardoso e Faletto incorporam na sua obra conceitos como “economias centrais” e “economias periféricas”, de maior riqueza em termos de significado social do que “economias desenvolvidas

e subdesenvolvidas”: “Nele pode-se incorporar de imediato a noção de desigualdade de posições e de funções de uma mesma estrutura de produção global”

Entretanto, não seria suficiente nem correto propor a substituição dos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento pelos de economia central e economia periférica ou – como se fossem uma síntese de ambos – pelos de economia autônomas e economias dependentes. De fato, são distintas tanto as dimensões a que estes conceitos se referem quanto sua significação teórica. A noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema económico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo. A noção de subdesenvolvimento caracteriza um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo – apesar de, como vimos, isso implicar algumas “consequências” sociais – sem acentuar as pautas de controle das decisões de produção e consumo, seja internamente (socialismo, capitalismo etc.) ou externamente (colonialismo, periferia do mercado mundial etc). As noções de “centro” e “periferia”, por seu lado, destacam as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial sem levar em conta os fatores político-sociais implicados na situação de dependência. (Cardoso e Faletto, 2004, p.39-40)

Cardoso e Faletto descortinam na situação de “subdesenvolvimento nacional” um conjunto de “vinculações” que subordinam esses países ao exterior e reorientam, por assim dizer, “do comportamento social, político e económico em função de ‘interesses nacionais’: “isso caracteriza as sociedades nacionais subdesenvolvidas não só do ponto de vista económico, mas também da perspectiva do comportamento e da estruturação dos grupos sociais”.

Decorre daí a razão de uma “análise integrada do processo de desenvolvimento nacional” que “consiste em determinar as vinculações económicas e político-sociais que se dão no âmbito da nação”. Esta ação, destacam os autores na sua análise dos países de América Latina, referem-se “sempre à nação e às suas vinculações de toda ordem como sistema político e económico mundial”.

A dependência encontra assim não só “expressão” interna, mas também seu verdadeiro caráter como modo determinado de relações estruturais: um tipo específico de relação entre as classes e grupos que implica uma situação de domínio que mantém estruturalmente a vinculação económica com o exterior. Nesta perspectiva, a análise da dependência significa que não se deve

considerá-la como uma “variável externa”, mas que é possível analisá-la a partir da configuração do sistema de relações entre diferentes classes sociais no âmbito mesmo das nações dependentes. (Cardoso e Faletto, 2004, p. 44)

Os grupos dirigentes, na relação entre as classes sociais, nos países dependentes, à semelhança do que acontecera nos países centrais em sua fase de desenvolvimento originário, expressam, no dizer dos autores, aquilo que se consideram, “o interesse geral” sem contar com participação de outras classes, sobretudo as populares. Para os autores, que divisam aqui uma zona de conflito e não de consenso, “entendia-se por ‘funcionamento adequado’ a capacidade de servir ao crescimento económico, descartando a hipótese de que existissem outros grupos que pressionavam para participar dos frutos do ‘progresso’ e do controle de decisões”

Outra vinculação importante, onde se pode esclarecer uma possibilidade de conflito decorre das vinculações produzidas nesta relação de dependência entre os países do “centro” e da “periferia”. O processo de desenvolvimento dos países capitalistas sempre supôs uma relação desde o seu início não só entre as economias centrais entre si, mas também destas com as periféricas. Por outro lado, as economias “subdesenvolvidas” incorporaram-se ao sistema capitalista desde que se formaram as colónias, como depois quando se transformaram em Estados nacionais, tendo permanecido como “economias periféricas” ao longo de todo o seu transcurso histórico.

Há um claro predomínio da vinculação com as metrópoles. Num primeiro momento com Portugal e Espanha, mais tarde ao longo da colonização com o poder hegemónico da Inglaterra e, posteriormente, dos Estados Unidos. Nessa relação, pressupunha que os países em expansão industrial impunham uma medida de desenvolvimento das economias periféricas, de onde se abasteciam de matérias-primas e que constituíam o mercado comprador de seus produtos manufaturados, o que pressupunha um certo grau de modernização por si controlado.

A relação de dependência adquire assim uma conotação de controle do desenvolvimento de outras economias, tanto da produção de matérias-primas como da possível formação de outros centros económicos. (Cardoso e Faletto, 2004, p. 47)

Este é o fundamento histórico, político e sociológico da dependência construída historicamente entre os países do “centro” que se expandiram industrialmente e que consignaram seu poder de irradiação e

controle perante os países “periféricos”, muitos deles integrados no sistema capitalista, numa lógica de abastecedores de matérias-primas e destino comprador de produtos manufaturados.

Moçambique como campo sociológico e uma aproximação metodológica ao Brasil

Elegemos como tema compreender e discutir a complexa relação que o movimento do capital mundializado produz em Moçambique na sua relação (necessariamente de dominação e conflito) e a sua influência nas dinâmicas sociais naquele contexto. A primeira estranheza poderá vir do tema em si. Que relação Moçambique, um país que está na periferia da periferia, no agora chamado Quarto Mundo, pode ter com o complexo mundo da finança global, característica das economias hegemônicas do centro? A segunda questão que também interesse aqui pôr: sendo a proposta estudar Moçambique por que razão se faz recurso a um dispositivo teórico que visava estudar uma realidade tão dispare como a realidade brasileira?

Tentaremos responder a estas questões e através dela talvez possamos esclarecer o lugar e a metodologia que uma Sociologia moçambicana, necessariamente embrionária, pode adotar para se acercar dos problemas que a sociedade moçambicana enfrenta.

A sociedade nacional moçambicana, em particular, mas africana no geral, surgiu no contexto da história moderna no âmbito da expansão do mundo ocidental. Isto parece ser uma característica comum dos países que foram colonizados por potências europeias. O regime de organização e produção social no período anterior à colonização era fortemente estamental. O processo colonial não rasurou de todo este regime, mas fê-lo fecundar-se com as formas “modernas” de organização do Estado. Ainda hoje, a grande dificuldade dos Estados africanos, e Moçambique não está imune, decorre da convivência, necessariamente conflituosa, entre este regime (de estamento) e aquele que visa consagrar a modernidade e que se respalda nos protocolos da democracia, tal como ela é entendida hoje. Mas os conflitos estão lá.

Por outro lado, a formação do Estado nacional processou-se na seqüência da alteração da realidade social, política e econômica do contexto colonial que tinha secularizado, por assim

dizer, laços entre a economia produtora de matérias-primas do sul e o centro da ordem econômica mundial do avançado mundo capitalista. Esta relação manteve-se sob um outro estatuto, mas a relação predominantemente de dominação configura objetivamente a presente relação entre países provedores de *commodities* e os que são fortemente industrializados e científica e tecnologicamente avançados.

Poder-se-ia daí inferir que países como Moçambique que se tornaram politicamente independentes e que fundaram uma ordem institucional jurídico-legal própria, continuaram a ser fortemente dependente em termos econômicos.

Florestan Fernandes, ao estudar no caso brasileiro a sociedade de classes e o subdesenvolvimento, explica as razões que levaram as Nações politicamente ‘livres’ mas economicamente ‘dependentes’, que surgiram como produtos históricos da ‘expansão do mundo ocidental moderno’, não evoluírem para o capitalismo. A primeira decorre do fato de a economia brasileira não ter ganhado após a ruptura com o sistema colonial um significado capitalista que lhe permitisse desfazer-se da organização e funções extracapitalistas dos grandes proprietários rurais. Por outro lado, e em segundo lugar, observa o autor, os quadros de reprodução social no qual assentava a sociedade brasileira escoravam-se na europeização como uma via de atingir a modernidade. No fundo, aqui radica a crítica de Ali Mazrui.

Opera-se um salto, em várias esferas concomitantes da vida, do legado português às formas econômicas, jurídicas e políticas da Europa moderna – do liberalismo econômico, do parlamentarismo e da monarquia constitucional, dos mitos progressistas. Mas trata-se sobretudo de uma europeização dos níveis de aspiração das classes dominantes ou de suas elites dirigentes, nem sempre dos modos de agir, raramente dos modos de ser e muito superficialmente do estilo de vida acessível a todos. Em suma, o que se transfere, de imediato, não é nem um padrão de cultura nem um padrão de integração da ordem social. A transferência se deu a nível das normas, instituições e valores sociais, que iriam orientar o comportamento verbalizado, primeiro, e o comportamento efetivo, em seguida, através da cooperação ou do conflito, na direção daqueles padrões. Nesse sentido, o que prevaleceu, como força histórico-social dinâmica, foi a identificação com a civilização ocidental, a qual explica os vários caminhos tomados pelos diferentes círculos das camadas dominantes para ajustar interesses socioeconômicos mais ou

menos toscos e imediatistas às estruturas econômicas, sociais e jurídicas-políticas requeridas pelo capitalismo. (Fernandes, 2008, p.26 -27).

Foi num contexto em que “modernização” significava “europeização” que se implantou, por assim dizer, “uma civilização demasiado complexa, diferenciada e instável para as condições ecológicas, materiais, sociais e morais dadas na situação sociocultural existente”, afirma Florestan, caracterizando a formação da sociedade brasileira pós-colonial, que se consagra não obstante nos antípodas do capitalismo avançado, operando a construção de um “capitalismo diferenciado porém subdesenvolvido e dependente”.

Decorre daí uma substancial dificuldade do papel do sociólogo e do lugar da Sociologia num país subdesenvolvido. A Sociologia tem recursos conceituais que explicam e compreendem, ou compreendem e explicam, a dinâmicas do regime de produção capitalista, designadamente como as classes se organizam, como interagem entre si, na manutenção ou destruição da produção econômica prevalecente. Ora aqui é que nos parece poder operar uma similitude com a circunstância africana. Para o estudo de Moçambique, procede, nosso entender, a mesma “orientação interpretativa”, que Florestan encontrou e que nos guia como hipótese neste nosso trabalho.

Essa orientação interpretativa implica o uso dos recursos conceituais, metodológicos e teóricos, existentes na Sociologia, para se compreender e explicar a dinâmica da sociedade de classes no “mundo subdesenvolvido”. (Fernandes, 2008, p. 29)

Este é o cerne da questão. Avultam aqui posicionamentos, questionamentos. Estamos perante um território controverso. Existem vários argumentos. Há aqueles que pensam que os cientistas sociais dos países avançados ao estudarem as realidades sociais dos países subdesenvolvidos usando os mesmos protocolos de investigação podem incorrer no risco de não apreenderem substancialmente as sociedades que pretendem estudar e de produzir conhecimento não socialmente relevante. Aqui, os sociólogos estariam desajustados do seu objeto. De outro lado, existem os que asseguram que a natureza dos problemas sociológicos que estão em causa exige recursos metodológicos e conceituais específicos a essa realidade. Nesta posição, “é a própria

Sociologia que é posta em questão, pois ela seria, no fundo, a fonte de falsos problemas e de explicações mistificadoras”, caracteriza Florestan.

Porém, é ponto pacífico que os recursos conceituais, metodológicos e teóricos da Sociologia foram construídos através da observação e interpretação de alguns países da Europa e dos Estados Unidos. O chamado *mundo subdesenvolvido* não só apresenta uma enorme variedade de situações histórico-sociais distintas, que contrastam com a desses países, como dificilmente se poderiam explorar frutiferamente aqueles recursos, para estudá-las sociologicamente, sem uma criteriosa adequação deles, seja às condições de trabalho do sujeito-investigador, seja às condições histórico-sociais e socioculturais de manifestação do objeto de estudo. Ao que parece, argumentos dessa ordem são claramente contingentes. A Sociologia pode ser vista como “correlato espiritual das revoluções burguesas” e ser concebida como produto orgânico de uma cultura, intransferível nessa forma a outras culturas. Isso não impede que, como e enquanto ciência, proponha-se e realize objetivos mais amplos, permitindo a construção e a manipulação de conceitos de caráter nomotético, bem como de técnicas, processos e métodos de uso universal. Aliás, Simiand já apontou algo que deve ser cuidadosamente considerado no contexto desta discussão: a realidade social mais complexa e diferenciada abre ao investigador possibilidades de conhecimento positivo que não são oferecidas pela realidade menos complexa e indiferenciada. (Fernandes, 2008, p. 31).

Outra questão não desprezível é o envolvimento na situação de pesquisa. O cientista é antes de mais um cidadão. Isto acrescenta a sua obrigação de projetar na pesquisa apenas aquilo que tem interesse científico. Aqui está um outro desafio. Florestan Fernandes identifica três “direções concomitantes” que devem nortear a ação do pesquisador:

- 1) na identificação das linhas mestras dos desenvolvimentos teóricos da Sociologia e de suas vinculações com a constituição dos seus campos fundamentais de investigação;
- 2) na inclusão dos três motivos básicos do conhecimento científico no delineamento dos propósitos empíricos, teóricos e práticos dos projetos de investigação, associando-se de modo orgânico teoria, pesquisa e aplicação;
- 3) na formação e refinamento de recursos conceituais, metodológicos e teóricos adequados à fase de aplicação, incluindo assim a intervenção deliberada na realidade entre os processos sociais investigados sociologicamente. (Fernandes, 2008, p. 32).

Florestan Fernandes via no processo de estratificação social na ordem econômica dos países subdesenvolvidos o ponto central para a caracterização das classes sociais num contexto, é claro, de uma economia de mercado com bases capitalistas.

Em regra, as descrições e as explicações sociológicas pressupõem um modelo ideal, que poderíamos designar como linear, do qual o protótipo é fornecido pelo capitalismo competitivo, na forma em que ele se constituiu em conexão com a revolução comercial e industrial na Inglaterra. No entanto, no momento em que uma sociedade subdesenvolvida consegue realizar as condições estruturais, funcionais e históricas, pressupostas em tal modelo, ela deixa de ser subdesenvolvida, concretizando em algum grau significativo o padrão de equilíbrio e de crescimento inerente ao capitalismo auto-suficiente e autônomo. Por isso, seria conveniente considerar-se as conexões entre os processos de estratificação social e a formação ou a diferenciação do mercado capitalista em diferentes modelos, anteriores a essa passagem do subcapitalismo e do capitalismo dependente para formas de capitalismo integrado. (Fernandes, 2008, p.33).

Paul Singer, que redige o texto de apresentação desta obra de Florestan, tem aqui uma divergência assinalada:

Uma sociedade seria subdesenvolvida não por ser pobre e economicamente atrasada, mas porque seu capitalismo, em vez de ser “auto-suficiente e autônomo”, seria “dependente”. Nos termos de nosso autor: “(...) a estrutura e o destino histórico de sociedades deste tipo se vinculam a um capitalismo dependente. (...) Trata-se de uma economia de mercado capitalista constituída para operar estrutural e dinamicamente (...) como uma entidade subsidiária e dependente no nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, no nível de ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas”(p. 36-37). Toda essa construção teórica não encontra correspondência na realidade, sobretudo se levarmos em conta que a sociedade subdesenvolvida, considerada por Florestan Fernandes – o Brasil – já não era mais colônia há muito tempo. (Singer, 2008, p. 13).

Singer coloca a questão central da discussão da natureza do desenvolvimento e as causas da distribuição desigual que acontece no mundo para pontuar o conceito:

Para os economistas neoclássicos, o desenvolvimento era o resultado do crescimento econômico, que dependeria essencialmente da acumulação de capital, previamente poupado. Os povos, que valorizam o trabalho duro e a abstinência no consumo, tendiam a crescer economicamente mais do que os que cultuam, por exemplo, o prazer e a beleza. A teoria se deduzia mais ou menos diretamente da hipótese de que economias de livre mercado recompensam os esforços dos agentes, de modo que as diferenças de desenvolvimento só poderiam se explicar pela diversidade de valores cultuados em diferentes países.

Para outros autores, a desigualdade entre os países tinha origem institucional: os povos que haviam sido colonizados foram expropriados de seus excedentes e reduzidos à pobreza pelos seus dominadores e por isso se atrasaram na corrida pelo progresso. Mesmo depois de independentes, suas economias dependiam do mercado mundial de matérias-primas agrícolas ou extrativas, compradas pelos países industrializados, cuja superioridade econômica lhes permitia impor preços e assim se apropriar de todos os ganhos do intercâmbio comercial.

Os autores de esquerda atribuíam o subdesenvolvimento da maioria dos países às tendências concentradas e excludentes do capitalismo como sistema. Em cada país, a livre competição no mercado resulta num pequeno de ganhadores em face de muito mais perdedores; os primeiros acumulam seus ganhos na forma de capital, ao passo que os últimos, uma vez tendo perdido seus meios de produção, só resta ir ao mercado de trabalho para vender sua capacidade de produzir aos detentores de capital. O mesmo se passaria *mutatis mutandis* no plano internacional: a livre competição nos mercados mundiais premia a superioridade financeira e tecnologia dos países adiantados, não deixando aos subdesenvolvidos outra opção que a de se especializar na exportação de *commodities*, demandadas pelos primeiros. (Singer, 2008, p. 12)

Quando Jawarlal Nehru cunhou a expressão Terceiro Mundo queria referir-se aos países que mantinham uma certa independência quer em relação ao Ocidente, quer em relação à União Soviética. A despeito, a realidade destes países confundia-se não raro com atraso, pobreza, subdesenvolvimento. Não muito tempo depois, a expressão Terceiro Mundo ganhou essa conotação que lhe marca como se fosse um anátema. A globalização viria extremar as diferenças, sendo que hoje apenas se consideram do Terceiro Mundial aqueles que entraram na

via da industrialização, sendo que os mais periféricos e conseqüentemente atrasados, são agora denominados de Quarto Mundo.

Paul Krugman, em seu recente livro *O Regresso da Economia da Depressão e a Crise Actual* (2009), a respeito do valor da mão-de-obra dos trabalhadores oriundos dos países do Terceiro Mundo, que nos anos 70 deixa de ser capaz de competir, mesmo a troco de salário de miséria, nos mercados mundiais de produtos manufaturados, afirma:

As vantagens arreigadas das nações avançadas – as suas infra-estruturas e experiência tecnológica, a dimensão incomparavelmente maior dos respectivos mercados e a proximidade dos fornecedores de componentes-chave, a estabilidade política de que gozavam, bem como as adaptações sociais subtis, mas cruciais, que são necessárias à gestão duma economia eficiente – revelaram-se suficientes para compensar uma disparidade dez ou mesmo vinte vezes superiores nos salários. Até os radicais pareciam não ter esperança em fazer reverter estas vantagens arreigadas: na década de 1970, as reivindicações por uma Nova Ordem Econômica Internacional centravam-se em tentativas de fazer subir o preço das matérias-primas, ao invés de integrar os países do Terceiro Mundo no mundo industrial moderno. (Krugman, 2009, p. 31)

Retomemos então a discussão, na perspectiva colocada por Florestan Fernandes, que nos parece crucial não só para nos recentrarmos no ponto do debate, como para produzir sobre este abordagem um aparato teórico e metodológico, que nos ajude a distinguir e perceber as relações que se estabelecem entre o capital financeiro mundializado e o universo globalizado, bem como as tensões que provoca no contexto moçambicano, claramente dependente, afinal, isso sim, o eixo do que tem sido a nossa abordagem.

O desenvolvimento engendra, através do capitalismo dependente, interesses econômicos e vínculos morais que lançam suas raízes nas conexões da organização econômica e social das sociedades avançadas. Ele também cria disposições subjetivas, propensões morais e um estado de espírito que possuem por função manter os vínculos entre as duas sociedades, a hegemônica e a satélite. (Fernandes, 2008, p.54).

Florestan está muito claro da possibilidade de se utilizarem “produtivamente os recursos conceituais, metodológicos e teóricos da Sociologia, construídos através do estudo das sociedades capitalistas avançadas, na investigação das sociedades capitalistas subdesenvolvidas. A questão fundamental, que se coloca, é de adequação: aos fatos do capitalismo na era atual. Essa adequação, empiricamente possível e logicamente necessária, permite explorar os principais modelos de explicação aplicados ao estudo do capitalismo e do regime das classes no passado, respeitando-se a integridade do ponto de vista e da problemática inerentes a cada um deles”.

Para tal, evidencia os modelos explicativos de Marx e de Weber (e depois apoiar-se-á também em Durkheim) para caracterizar sociologicamente o grau de diferenciação e de integração do capitalismo nas sociedades conhecidas como subdesenvolvidas e fortemente dependentes.

Desse ângulo, o subdesenvolvimento explica-se, objetivamente, pelas condições de dependência ou de heteronímia econômica. Mercados e economias capitalistas, construídos para serem operados como satélites, organizam-se e evoluem segundo as regras e as possibilidades do capitalismo dependente. Assim, o subdesenvolvimento não é um estado produzido e mantido *a partir de dentro*, mas gerado, condicionado e regulado *a partir de fora*, por fatores estruturais e de conjuntura do mercado mundial. Segundo, os três modelos²² suportam igualmente a conclusão de que as sociedades capitalistas subdesenvolvidas absorvem os padrões de organização econômica, social e política da civilização ocidental moderna (ou seja, características do capitalismo, do regime de classes e da democracia representativa), mas segundo arranjos econômicos, sociais e políticos que refletem tanto a dupla polarização da ordem econômica nelas vigente quanto os impactos inibidores da herança colonial. (Fernandes, 2008: 55).

Moçambique vive, por assim dizer uma longa transição, sendo que se pode considerar que, face à conjuntura econômica e sociocultural atual, o país está sob “os influxos da heteronimização econômica e sociocultural” que, no caso, “se converte num poderoso componente invisível da continuidade e da intensificação do subdesenvolvimento”.

²² O autor refere-se aqui designadamente ao *tipo-ideal* em Weber, *tipo-médio* (Durkheim) e *tipo-extremo*, Marx. São modelos que, no seu entender, “propõem requisitos estruturais e dinâmicos de integração da economia capitalista, do regime de classes e da ordem legal-moral correspondente, que podem ser explorados de dois modos distintos no estudo sociológico das sociedades capitalistas subdesenvolvidas”.

Uma visão otimista, fundamentada ou não, vem proclamando que o fenômeno que nos preocupa é um “fenômeno de transição” e que o próprio capitalismo fornecerá a via pela qual as coisas terão de alterar-se. Conjeturas dessa natureza não modificam a realidade nem excluem a necessidade de vê-la e de explicá-la como ela é. Pois, em última instância, os *fenômenos de transição* também exigem explicação sociológica. (Fernandes, 2008, p. 57).

Cabe aqui referir a relação, por vezes de cooperação, outras tantas de conflito, que o país, e muitos outros na sua condição, têm com a África do Sul, a potência hegemônica regional, que vive hoje sob um regime igualitário e democrático, depois de anos longos e tortuosos de *apartheid*, dos quais os seus vizinhos, bases de apoio do ANC, o Congresso Nacional Africano, que hoje governa o país, foram vítimas de sistemática agressão, com forte impacto econômico e social, como aliás afluíramos.

Patrick Bond considera, em seu livro *Elite Transition – From Apartheid to neoliberalism in South Africa*, que a África do Sul é um país sem-periférico e para além da análise da transição do poder para a maioria negra e seu impacto social, analisa o papel regional do seu país. A África do Sul pós-*apartheid* ocupa um lugar central na configuração ou, melhor dizendo, reconfiguração da economia da região austral de África. Alguns exemplos: o fato de a De Beers procurar diamantes em Angola e no Zimbábue, a Genmin buscar carvão em Moçambique, Angola ou Zâmbia; o fato de a *Zambian Consolidated Cooper Mines* ter pertencido, antes da nacionalização nos anos 70, à sul-africana *Anglo-American*, isto no setor mineiro, ou o fato de, no setor da construção, a *Murray & Roberts* ter assinado acordos em Angola para fornecimento-construção de escolas pré-fabricadas, hospitais, habitação, estradas e portos e possível incursão no setor mineiro e agricultura; ou na Zâmbia procurar oportunidades nas estradas, na habitação e nos materiais de construção, coloca a África do Sul, aos olhos dos outros países, sob o espectro do medo e do fantasma, por assim dizer, da dominação.

Patrick Bond considera que, não obstante estas oportunidades de negócio descritas, a elite sul-africana continua a ignorar a região. Bond considera que existe esta atitude “tola”, não só porque África compra apenas um quinto dos produtos sul-africanos, mas por causa da guerra, golpes e distúrbios urbanos em muitos países. Acresce o fato de haver cerca de 2 a 3 milhões de imigrantes ilegais que procuram refúgio e oportunidades econômicas na África do Sul. Este diagnóstico de Bond pode ser confirmado nas recentes manifestações de xenofobia que atingiram

grandemente os moçambicanos que vivem e trabalham na África do Sul, muitos deles de forma legal.

Patrick Bond enumera três formas de relação ou aproximação competitiva entre a África do Sul e a região, designadamente “cooperação regional”, “hegemonia bilateralista” ou “neomercantilismo”. Estas formas de relação foram estudadas e pesquisadas pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade do Cabo, segundo Bond. Os defensores da “cooperação regional”, pretendem, segundo Bond, desfazer os estragos e a exploração que a economia da África Austral sofreu no tempo do *apartheid*, que beneficiou largamente a economia sul-africana mineira e manufatureira. Até ao início da década de 1990, as exportações para África representavam 2% do total das importações dos 39 maiores países africanos. No período de transição as exportações aumentaram largamente, sobretudo de plásticos, borracha, aço, comida, químicos, veículos motorizados, maquinaria e instrumentos viabilizaram os conglomerados sul-africanos e permitiram ganhos importantes às pequenas empresas. Mas existem aqueles que em substituição da situação estabelecida e que querem “assaltar Pretória”, no dizer do autor, preferem a “hegemonia bilateralista”: que permita melhor acesso ao mercado sul-africano, melhor pagamento dos recursos hidrelétricos e da água de que a África do Sul beneficia, que dê garantias de que a força de trabalho migrante não será repatriada, melhor contribuição financeira e técnica da África do Sul em programas regionais, mais equidade nas relações com os vizinhos, mais equilíbrio nas infra-estruturas de transportes da região, capital de investimento e melhor situação da indústria. Contudo, estes defendem uma integração “mais morna” e uma relação bilateral “mais dura” sob a hegemonia sul-africana. O “neomercantilismo” é o cenário defendido porque aqueles que enxergam apenas o curto prazo e defendem que a África do Sul, na promoção dos seus produtos, deve tirar vantagens da globalização, que deixou de certa forma muitas das economias africanas mais fragilizadas e economicamente mais dependentes.

Patrick Bond pertence ao grupo dos intelectuais africanos que pugnam por uma África do Sul e uma África convergentes na construção do futuro, como Issa Shivji, tanzaniano, que recentemente, numa conferência em Maputo, retomou o debate do pan-africanismo, como

modelo e padrão para a África superar os males de que enferma, sobretudo o atraso imposto pelo colonialismo e agravado pelo neoliberalismo, a nova forma de colonialismo.²³

Nelson Mandela, na sua imensa sabedoria, deu o mote daquilo que pode ser o papel da África do Sul, sem dúvida o motor de crescimento econômico da regional:

Nós queremos afirmar categoricamente de que a integração da economia sul-africana na economia regional deve evitar escrupulosamente a dominação da economia da região pela economia sul-africana²⁴. (Mandela apud Bond, 2005, p. 235)

Não discutiremos, aqui, por conseguinte, a crise africana em si, nem as suas causas, nem as suas conseqüências. Queríamos, tão-somente, pontuar o nosso tema e as circunstâncias em que ele se desenvolve: a globalização excludente agravada pela mundialização financeira. Nos anos 80 vigorava o chamado Consenso de Washington²⁵ visto pelos seus promotores como a forma para os países atingirem o crescimento através de orçamentos sólidos, baixa inflação, mercados desregulados e comércio livre. Os países da América Latina, mergulhados em sucessivas crises financeiras estavam já submetidos aos antídotos prescritos pelos arautos do neoliberalismo. Estes ventos não tardaram a chegar a África, onde as instituições eram ainda mais frágeis que aquelas que se poderiam encontrar na América Latina, onde países como México (crise da *tequila*) ou Argentina sofreram bastantes com estas crises. A diferença também se poderia aferir na estrutura econômica muito mais complexa e em outros recursos, como humanos, de que estes países dispunham. Este não era certamente o caso de África e de países como Moçambique, que partiram de uma base ainda mais desigual quando do seu processo emancipatório das potenciais coloniais.

²³ Conferência de abertura ao encontro do IESE (Instituto de Estudos Sociais e Econômicos) de Moçambique, sobre a pobreza e os padrões de acumulação em Moçambique, nos dias 22 e 23 de Abril de 2009.

²⁴ Tradução livre nossa de uma citação feita por Patrick Bond, em seu livro *Elite Transition – From Apartheid to Neoliberalism in South Africa*.

²⁵ Gordon Brown, primeiro-ministro inglês, declarou em Londres, aquando do G20, para discutir as medidas anti-crise financeira internacional, que abala as estruturas do neo-liberalismo e do sistema capitalista, que o Consenso de Washington tinha terminado.

A dependência hoje e os padrões de acumulação em Moçambique

A distância de uma década e meia da superação da crise da guerra, Moçambique tem sido apontado como um caso de sucesso. Carlos Nuno Castel-Branco e Rogério Ossemane, em artigo "Crises Cíclicas e Desafios da Transformação do Padrão de Crescimento Económico em Moçambique", publicado em recente *Desafios para Moçambique, 2010*, põem em causa esta teoria. Para os autores, o crescimento económico que se verifica derivado da "aparente estabilidade dos indicadores macroeconómicos monetários" está na origem de um percepção, igualmente "aparente", do sucesso na redução da pobreza. Neste contexto, o crescimento é entendido, pelos defensores do sucesso moçambicano, como corolário de "políticas monetárias e fiscais prudentes" e como incentivo, que teoricamente se verifica, ao setor privado. Aqui se funda um dos primeiros equívocos: se crescimento com redução da pobreza, por um lado, pode ser entendido como resultado da "eficácia distributiva tanto da estrutura económica como das políticas económicas", e consequentemente a "estabilização monetarista é consistente com rápido crescimento com rápido crescimento económico e redução da pobreza se for acompanhada pelo esforço de liberalização, o que aparentemente demonstra a validade dos modelos de política avançados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM)", tudo isto não esconde um grande paradoxo: a economia moçambicana tem uma elevadíssima dependência de fluxos externos de capitais, tanto a nível oficial, através da ajuda, como a nível privado, via IDE e empréstimos no sistema bancário internacional.

Enquanto a ajuda externa financia mais de metade da despesa pública e a construção de reservas externas, os fluxos externos de capitais privados representam aproximadamente 90% do investimento privado total em Moçambique. Como é que este nível de dependência pode ser consistente com a história de sucesso? Até que ponto é que a aparente estabilidade dos indicadores monetários e a aparente redução da pobreza não depende mais dos fluxos externos de capitais do que da composição do crescimento económico? Se o investimento é tão dependente de fluxos externos de capitais, e estes reflectem sobretudo os interesses globais dos grandes investidores, que padrão de produção e comércio está sendo criado? (Castel-Branco; Ossemane, 2009, p. 141)

As medidas de ajustamento estrutural, que começaram a ser aplicadas em 1987, e que conferem a "estabilidade e a solidez dos indicadores monetários (influxão, taxa de câmbio) e estruturais (défice fiscal, défice da balança de pagamentos, reservas externas)", não retiraram o país da

dependência externa, nem promoveram a substituição do crédito doméstico para o investimento pelos fluxos externos de capital. Os autores interrogam-se:

Não será, a continuação desta dependência profunda, um indicador da fragilidade estrutural da base produtiva, comercial e fiscal da economia? Quais serão os impactos no comportamento e opções dos investidores nacionais das tentativas de gerir a massa monetária para estabilizar os indicadores monetários e estruturais por via da compensação dos fluxos externos de capital com recurso à esterilização da ajuda externa, aumento das reservas externas e outras medidas monetárias para enxugar a liquidez? Até que ponto é que tais efeitos não constroem as opções, o comportamento e os interesses dos agentes económicos nacionais, encorajando-os a optarem por actividades de alto retorno a curto prazo, a engajarem-se na luta por rendas relacionadas com política pública e capital estrangeiro? (Castel-Branco; Ossemane, 2009, p. 142)

Castel-Branco e Ossemane assinalam que há mais de duas décadas que estas questões são levantadas mas tem colhido pouco atenção, tanto do Governo, como dos seus parceiros de cooperação. Não obstante, "depois de uma década de silêncio ou ambiguidades e contradições", há um claro reconhecimento do Banco Mundial e do FMI de que a via dos megaprojectos (MOZAL, Sasol, etc.) não tem contribuído para o efectivo combate à pobreza nem para a sustentabilidade do crescimento económico. Este é um dos pontos. O outro ponto é que a "manutenção da profunda dependência fiscal" começou a alarmar o Governo, por razões que se prendem com a soberania, e os doadores, que se vêem com dificuldades de justificar a manutenção prolongada (vai na terceira década) dos níveis correntes de ajuda externa. Outrossim, há fissuras na coesão nacional que revelam as fraquezas e vulnerabilidades da economia e da sua incapacidade em promover uma acumulação que elimine tendencialmente as desigualdades sociais.

O padrão de crescimento da economia moçambique revela, ao longo de mais de meio século, uma volatilidade, que se expressa "por períodos de aceleração interrompidos, ciclicamente, por períodos de estagnação ou declínio". Isto decorre do fato de este padrão de crescimento ser "excessivamente concentrado", na ótica dos autores, o que significa que o padrão de crescimento da economia moçambicana "depende de um pequeno e limitado leque de produtos, serviços e firmas." Esta concentração racai ou resulta em torno da chamada "economia extractiva", que tem sido, secularmente, a base da acumulação da economia moçambicana:

Por “economia extractiva” deve entender-se uma dinâmica e estrutura produtiva e comercial com as seguintes características: é especializada em produtos primários com baixo nível de processamento; é desarticulada no sentido em que as ligações entre actividades, firmas e subsectores (a montante e jusante) são fracas e o mercado doméstico é pouco desenvolvido; as actividades extractivas (minerais, florestais, pescas e outras de puro aproveitamento não processado de recursos naturais) formam o núcleo do processo de acumulação; as classes capitalistas domésticas acumulam sobretudo com base em rendas da economia extractiva; e é profundamente dependente de fluxos externos de capital com tendência a gerarem, ciclicamente, fluxos negativos de capital (em que o capital exportado é superior ao importado) (Castel-Branco; Ossemane, 2009, p. 143)

Neste contexto, a base de exportação da economia moçambicana está concentrada naquilo que se extrai ou se produz, geralmente sem processamento, ou quando processado, o necessário para rentabilizar a exportação. Este "carácter extractivo" da economia moçambicana, fortemente dependente dos recursos naturais (que se podem esgotar) e a "dependência do investimento e da organização da produção e comércio em relação a capitais externos" está na origem também de um "desenvolvimento desigual do capitalismo entre regiões de Moçambique".

Castel-Branco e Ossemane citam Rodrik (2007) que considera que, à medida que as economias vão saindo da pobreza, a sua base produtiva e comercial se torna mais diversificada e menos especializada. O argumento de Rodrik é, segundo estes dois autores, é que "a chave para o crescimento com redução da pobreza é a aquisição de capacidades produtivas num leque mais amplo (e não mais especializado) de actividades e bens que se possam articular, em vez de vantagens comparativas extractivas que reforçam a concentração restritiva e a desarticulação." Isto não está a acontecer em Moçambique.

O esforço e por assim dizer o combate de economistas moçambicanos, como Castel-Branco, com uma forte intervenção social no país, passa por explicar as causas dos padrões de acumulação existentes e as dinâmicas sociais, políticas e económicas originadas por tais padrões e que agem sobre elas, tanto para as reforçar ou para as transformar.

Dez razões podem transformar, segundo Castel-Branco e Ossemane, as actuais características da economia moçambicana num possibilidade de desenvolvimento. A primeira: a vulnerabilidade a choques externo; a segunda, a volatilidade quanto a mudanças bruscas; a terceira, a incerteza que pode advir dos choques e instabilidade macroeconómicos, interrupções contínuas dos processos de acumulação e vulnerabilidades; quarta, a incerteza crónica que pode originar a adoção de medidas monetaristas conservadoras que impeçam a diversificação do investimento e da base produtiva e comercial, e incentive a aplicação de excedente em operações financeiras puras em vez de produtivas; quinta, razões que podem limitar as opções tecnológicas, qualificações técnicas e científicas forçando a economia a manter o mesmo padrão de produção e comércio, sem possibilidade de mudança estrutural, impedindo por conseguinte, a diversificação; sexta, razões que podem "limitar as opções de crescimento a médio e longo prazo mantendo a economia fixa num padrão histórico de reprodução de ciclos viciosos de baixa produtividade, fracas ligações, desorganização das redes de transporte, aprovisionamento e comercialização, pobreza e incapacidade de mudar". "A concentração em actividades extractivas e de limitado processamento é um exemplo extremo deste tipo de problema"; oitava, a estrutura da economia moçambicana (com fracas capacidades em termos de produção, mas também a nível tecnológico e infra-estrutural) tornam-na pouco atractiva ao investimento fora da "economia extractiva" e que poderia estar na base de "dinâmicas positivas". Ademais, "estas fragilidades, associadas ao desconhecimento das dinâmicas e interesses estratégicos do capital estrangeiro e aos conflitos de interesse do capital nacional ligado ao investimento estrangeiro, tendem a ser compensadas pela concessão de elevados benefícios fiscais que, além de em muitos casos serem redundantes e inapropriados como medidas de incentivo, reduzem a capacidade do Estado de promover a criação de capacidades produtivas nacionais"; nona, os padrões de acumulação não são sustentáveis em termos intergeracionais: " As dinâmicas predominantemente extractivas da economia, acompanhadas por limitada diversificação e articulação produtivas e comerciais, tendem a gerar dois efeitos combinados: (i) esgotam os recursos e actividades em que o padrão corrente de produção e reprodução se baseia (quer por via do esgotamento dos recursos não renováveis, quer por via de substituição tecnológica, ou encurtamento do ciclo de produto, para os produtos primários em que a economia se especializa); e (ii) tendem a dificultar a criação de novas oportunidades e capacidades para o futuro. Nestas circunstâncias, cada novo ciclo geracional tende a ter menos recursos naturais mas não tende a ter menos dependência desses

recursos naturais"; décima, "dado que estes padrões de produção, reprodução e distribuição têm base social, económica e política, em torno da qual se desenvolvem tensões, conflitos e pressões, continuamente são geradas tendências para reproduzir e manter os padrões ou para mudá-los", contudo, "a relação de força entre as tendências de reprodução ou de mudança (por outras palavras, entre as tendências de concentração e diversificação), depende das pressões económicas e sociais e da organização política e económica".

Para concluir, Castel-Branco e Ossemane, asseveram que o debate sobre a especialização ou concentração, que está na base do padrão de crescimento da economia moçambicana, não relevam apenas sobre as fases em que tal especialização acontece no processo de desenvolvimento (cedo ou tarde), nem sobre a transição de uma economia intensifica em trabalho para uma economia intensiva em capital. Mas sim, trata-se na verdade, de "um debate sobre padrões sociais, políticos e económicos de crescimento e desenvolvimento":

Este debate é tanto sobre a construção de capacidades e abertura de opções inovadoras numa base intergeracional, como é sobre dinâmicas de conflito e tensão entre interesses (e articulação política desses interesses) construídos em torno dos padrões de acumulação e distribuição. Portanto, é um debate travado num claro contexto de economia política. (Castel-Branco e Ossemane, 2009, p. 147)

A gestão da dependência

Moçambique, já o referimos acima, é considerado um caso de sucesso, num quadro em que as economias africanas crescem a um ritmo asiático, segundo dados divulgados em Maio de 2008²⁶, com expansão média do Produto Interno Bruto (PIB) de 5,9%, pelo quinto ano consecutivo. A sua expansão encontra-se agora no patamar dos 8%, sendo por isso uma das economias mais dinâmicas do continente (excetuado o extraordinário caso angolano).

O *stock* do Investimento Estrangeiro Direto (IED), em Moçambique, em 2005, era de USD 2.4 bilhões. Se olharmos para os números do continente africano parecem inexpressivos: no total, o

²⁶ Santiso, Javier. "África, fronteira para emergentes", in *Valor Online*, 16/06/2008

fluxo de investimentos diretos procedentes dos países emergentes, no contexto desta onda (a terceira) que muda a geografia do sistema capitalista desde a revolução industrial, passou de US\$ 12 bilhões, em 1991, para mais de US\$ 99 bilhões em 2000, e cerca de US\$ 210 bilhões em 2006, segundo Javier Santiso, diretor e economista-chefe de Desenvolvimento no Centro de Desenvolvimento da OCDE, sobre o fluxo do IED dos emergentes em África.

Olhando para o panorama do país 20 anos atrás, quando chegou a ser considerado “o país mais pobre do mundo”, estes valores, o seu assinalável progresso e a forma como se implantam mega-projetos na indústria extractiva, designadamente, com empresas sul-africanas (Sasol no gás natural), brasileiras (Vale no carvão de Moatize), indianas (Rites e Ircon nos caminhos de ferro), entre outras multinacionais dos países emergentes, poder-se-á fazer uma leitura muito mais otimista do caso moçambicano.

Esta trajetória está cheia de contrariedades e de tensões entre o governo, os doadores e a sociedade civil. A história da ajuda ao desenvolvimento não é pacífica. Cerca de duas décadas de paz, Moçambique continua fortemente dependente da ajuda, sobretudo das instituições de Bretton Woods. Joseph Hanlon, que escreveu *Paz sem Benefício: Como o FMI bloqueia a Reconstrução em Moçambique*, é extremamente crítico desta intervenção, sobretudo do FMI e das suas políticas bloqueadoras do desenvolvimento, embora reconheça que "há desenvolvimento", num recente livro, *Há mais Bicicletas - mas há Desenvolvimento?*, que escreveu a meias com Teresa Smart.

Moçambique ficara literalmente devastado com a guerra: os prejuízos diretos alcançam 20 bilhões de dólares. "O total da ajuda utilizável do pós-guerra foi de apenas 11 bilhões de US\$ - e assim o antigo Ocidente nem quer deu a Moçambique o suficiente para reparar os prejuízos", consideram Hanlon e Smart.

Viajando através do Moçambique rural, ainda se vêem hoje as lojas e edifícios públicos destruídos. A Guerra Fria pode não passar de uma vaga lembrança nos EUA ou na Europa Ocidental, mas ainda é uma presença muito real em Moçambique. (Hanlon;Smart, 2008, p.28)

O programa de ajuste estrutural imposto pelo Banco Mundial e o FMI, na seqüência do pedido de ajuda de Moçambique, em 1984, quando se defrontava com uma já visível catástrofe humanitária, o colapso da economia e diminuição da ajuda soviética, impôs medidas draconianas, quase sempre polêmicas, com o governo dividido entre más opções e corte de ajuda. Uma das conseqüências diretas foi o desmantelamento da pouca capacidade industrial existente e a desestruturação de domínios econômicos fundamentais, como o setor do caju.

Moçambique teve que aceitar condições para receber a ajuda. Os EUA e outros doadores impuseram a "viragem para o ocidente", através da sua política de "engajamento construtivo". Esta era a primeira condição. Conseqüentemente, o país teria que se afastar do socialismo e optar pelo capitalismo - segunda condição.

Esta mudança já estava em curso mas tinha parado por causa da guerra e nos meados dos anos 80 o papel do mercado já era largamente aceite. Mas a Frelimo queria uma economia mista enquanto os doadores ocidentais pediam que o estado ficasse totalmente de fora do comércio, indústria e banca e abrisse a saúde e educação ao sector privado. (Hanlon; Smart, 2008, 36).

A terceira condição: Moçambique tinha adotar medidas do programa de ajuste estrutural, "envolvendo um aparelho de estado menor, desvalorização, desregulamentação e privatização":

A assistência ao desenvolvimento oficial para os 15 anos 1993-2007 inclusive, foi de 17 bilhões de US\$ que, deduzido o perdão da dívida, ficam reduzidos a 14 bilhões de US\$. Destes, 11 bilhões podiam ser de facto usados em Moçambique e neste livro tomámos 11 bilhões como sendo a ajuda para este período. Esta quantia pode parecer pequena, mas Moçambique é o país recipiente da ajuda mais favorecido, recebendo muito mais do que os seus vizinhos. (Hanlon e Smart, 2008, p. 37)

Para Hanlon e Smart o ajuste era uma imposição das instituições de Bretton Woods, "como parte do ponto de vista do Consenso de Washington de que os países pobres precisavam de se desenvolver e integrar o mundo capitalista global". Para eles, inicialmente, teve um impacto visível:

O programa fez uma série de mudanças económicas necessárias, que diminuíram a inflação e estabilizaram a moeda local, o Metical. A produção industrial aumentou e havia produtos nas lojas, embora a preços muito mais altos do que antes. As mudanças estimularam o crescimento económico, apesar da guerra fria. Havia um mercado livre, com vendedores na maior parte das esquinas e passeios de Maputo; os primeiros jornais independentes foram publicados em 1992. (Hanlon e Smart, 2008, p.39, 40)

A partir de 1998 o FMI exigiu o agravamento das medidas. Aqui divergia, de certo modo do Banco Mundial. Um exemplo: enquanto o Banco Mundial era a favor de um aumento dos salários dos funcionários públicos, o FMI discordava e queria o corte mais drástico das despesas do governo.

Enfermeiros e professores caíram para baixo da linha da pobreza no início de 1992 e abaixo da pobreza absoluta em meados de 1993. O aperto teve dois efeitos imediatos. Qualquer funcionário público que o pudesse fazer saía e ia trabalhar para uma agência da ajuda ou ONG, tirando do aparelho do estado os melhores quadros e tornando muito mais difícil ao governo cumprir com as exigências dos doadores. E os funcionários públicos que ficavam tinham que aceitar subornos (privatizando pagamentos dos utilizadores), ou de roubar tempo (para fazer outros trabalhos), ou mesmo roubar dinheiro ou produtos para sobreviver. (Hanlon e Smart, 2008, p. 40)

Hanlon e Smart sublinham os custos sociais da privatização que, segundo eles, "pôs dezenas de milhar de trabalhadores no desemprego e muito poucos novos postos de trabalho foram criados". Neste ponto citam o caso dos CFM: "Só os caminhos de Ferro reduziram a sua força de trabalho em 13 570. *Notícias, 15 May 2007*".

O salário mínimo caiu de 40 US\$ por mês em 1991, para 15 \$ por mês em 1995, e o novo governo aumentou-o para 20 US\$. O chefe de uma delegação do FMI em Maputo, em Setembro de 1995 condenou o aumento e avisou que o FMI iria suspender o seu programa e declarar Moçambique "fora da linha". Na época todos os doadores impunham como condições para conceder a ajuda se Moçambique tivesse programas do FMI e Banco Mundial, pelo que o FMI de uma só vez acabou com toda a ajuda. A 6 de Outubro, um grupo de doadores emitiu uma declaração sem precedentes apoiando o governo e criticando o FMI. A resposta inicial do Fundo

foi de barafustar e ameaçar, mas em grande medida recuou. Os tectos na economia e nos gastos da ajuda foram flexibilizados embora não totalmente removidos. (Hanlon; Smart, 2008, 41).

Outra imposição do FMI tinha a ver com a reconstrução pós-guerra. O Fundo adotou o princípio de que um programa de reconstrução de infra-estruturas poderia estar na base do aumento da inflação e proibiu aumentos na ajuda para a reconstrução. A ênfase do FMI e do Banco Mundial era a estabilidade macroeconômica. Hanlon e Smart consideram-na retrógrada:

A estabilidade social e a confiança são muito mais importantes para criar confiança no investimento, e isto vem com aumento do investimento do governo, por exemplo, na saúde e educação, mesmo se for inflacionário. A curto prazo, é errado contar exclusivamente com o mercado. A primeira prioridade é movimentar recursos e investimento para as áreas rebeldes e mais pobres que foram as que sofreram maiores danos. Estas são exatamente as áreas de menor interesse para os negócios na era de mercado livre, e por isso é o governo que deve começar por elas. Em relação a Moçambique, isto pode ser visto claramente em lugares como Angoche, Nampula, que nunca recuperaram da guerra. Assim, um importante relatório do Banco Mundial diz, com efeito, que o FMI adiou a recuperação pós-guerra. Mas não admite que foi um erro, nem há qualquer sugestão de compensação por isso. (Hanlon; Smart, 2008, 42)

Moçambique é claramente um país subdesenvolvido e fortemente dependente. Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto alertam que a interpretação global do desenvolvimento implica estudar “as conexões entre o sistema econômico e a organização social e política das sociedades subdesenvolvidas, não só nessas sociedades e entre elas, mas também com relação aos países desenvolvidos”.

Quanto ao subdesenvolvimento, a perspectiva do processo histórico de formação do sistema produtivo mundial propicia uma distinção fundamental, em certas situações, a vinculação das economias periféricas ao mercado mundial verifica-se em termos “coloniais”, enquanto em outras economias periféricas estão enquadradas em “sociedades nacionais. (Cardoso; Faletto, 2004, p. 38)

Moçambique é o caso de uma colônia que se transformou em nação. A sua situação de subdesenvolvimento produziu-se num contexto de expansão do capitalismo comercial e depois do capitalismo industrial, tendo a sua economia conhecido, num processo de profunda diferenciação, uma posição distinta e marginal na estrutura global. O fato de se situar na fronteira de uma economia forte e hegemônica como a sul-africana constituiu um fator ainda mais diferenciador.

Desta forma, entre economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas não existe uma simples diferença de etapa ou de estágio do sistema produtivo, mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição. (Cardoso; Faletto, 2004, p.38)

Para os autores não é suficiente analisar, na estrutura econômica de uma economia subdesenvolvida, o predomínio do setor primário, forte concentração da renda, pouca diferenciação do sistema produtivo e, sobretudo, o predomínio do mercado externo sobre o interno.

Há que analisar, com efeito, como as economias subdesenvolvidas vincularam-se historicamente ao mercado mundial e a forma em que se constituíram os grupos sociais internos que conseguiram definir as relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe. (Cardoso; Faletto, 2004, p.39).

Contudo, diremos que a relação de dependência que historicamente era estruturada fortemente através das economias dos países capitalistas hegemônicos transferiu-se, por conseguinte, para a relação de dominação das agências promotoras de desenvolvimento (há quem lhes chame indústrias do subdesenvolvimento) doadoras e de ajuda externa, que definem os modelos e os padrões de desenvolvimento em países como Moçambique. Grande parte da dificuldade de o país ter um padrão de desenvolvimento sustentável em longo prazo advém da incapacidade de modelar o seu próprio caminho e sair da lógica de subjugação da sombra dos responsáveis pela ajuda, quer ao nível dos donativos ou os créditos bonificados, que fazem a expressão do PIB e a imagem do crescimento.

O que revela então este aparente sucesso macroeconômico de Moçambique? Boa gestão dos fundos da ajuda externa? Moçambique é um dos maiores receptores de ajuda externa do mundo, segundo OCDE, que indica que foi doado ao país através da *Official Development Assistance* (ODA) 1.3 bilhões de dólares, em 2005, um aumento de 3.2% em relação ao ano anterior (cerca de 1% em termos reais), o que resultou no crescimento de 21% do PIB. O volume da ajuda não explica tudo. Países com maiores recursos malbarataram verdadeiras oportunidades. Moçambique talvez tenha uma capacidade extraordinária de gerir programas de curto prazo e planos de contingência. O PARPA, tanto o primeiro, como o segundo, tem sido gerido com relativo sucesso. Mas tudo isto não é linear. Prakash Ratilal, em seu artigo *Percepções sobre a Economia*, inserido no volume *Moçambique 10 anos de Paz*, faz o diagnóstico da crise:

Nas diversas conferências, a saúde da nossa economia é certificada pelos sucessos macroeconômicos que, por sua vez, têm facilitado o incremento do investimento estrangeiro. Para validar o modelo econômico, salientam-se os elogios dos doadores e investidores que destacam o nosso país como sendo uma das economias de mais rápido crescimento e que facilita o investimento privado. Dissemina-se o conceito de que o nosso país está na crista da onda.(...) É necessário realçar aqui o esforço dos diversos governos e organizações bilaterais e multilaterais que, de forma consistente, têm facultado grandes fluxos de ajuda externa ao nosso país, com um volume superior a US\$ 500 milhões por ano. (...) Os sucessos anunciados, apesar de terem contribuído para a melhoria do funcionamento da economia, ainda não produziram resultados palpáveis junto da maioria da população. O desemprego aumentou, os níveis de pobreza absoluta situam-se a níveis elevadíssimos o que, entre outros aspectos, gera efeitos sociais perversos e o aumento da criminalidade. (Ratilal, 2002, p. 253-254).

O PARPA II de 2006-2006 tem como objetivo primordial diminuir a incidência da pobreza de 54% para 45% em 2009. Este documento sucede ao PARPA I de 2001-2005, “mantendo em comum as prioridades em áreas do desenvolvimento do capital humano na educação e saúde, da melhoria na governação, do desenvolvimento das infra-estruturas básicas e da agricultura, do desenvolvimento rural, e de melhoria na gestão macroeconômica e financeira”.

O presente PARPA distingue-se do anterior por incluir nas suas prioridades uma maior integração da economia nacional e o aumento da produtividade. Em particular, focaliza a atenção no

desenvolvimento de base ao nível distrital, na criação de um ambiente favorável ao crescimento do sector produtivo nacional, à melhoria do sistema financeiro, ao florescimento das pequenas e médias empresas enquadradas no sector formal, e a desenvolver ambos os sistemas de arrecadação de receitas internas e de afetação dos recursos orçamentais.

Para concretizar o objetivo central da “atenção nas formas de solução do baixo nível de vida das camadas mais desfavorecidas, que atualmente corresponde ao nível de pobreza absoluta”, a elaboração do PARPA conta com a participação da sociedade civil e da comunidade doadora. Por outro lado, “o PARPA é um instrumento flexível, ajustado e atualizado anualmente através do Cenário Fiscal de Médio Prazo, do Plano Económico e Social e do Orçamento de Estado, que são instrumentos de operacionalização do Programa Quinquenal do Governo.” (PARPA II, 2006, p.2)

No longo prazo, o objetivo consensual da sociedade Moçambicana é melhorar o nível de vida e de bem-estar dos seus cidadãos”, afirma-se no PARPA II, elegendo-se os seguintes objetivos: “i) o desenvolvimento económico e social equilibrado; ii) a redução da pobreza absoluta; iii) a consolidação da paz, unidade nacional, e democracia; iv) a aplicação generalizada da justiça; v) a melhoria da educação e da saúde; vi) estímulo e prática do esforço laboral, honestidade, zelo e brio; vii) a imposição das leis contra actos criminosos; ix) a garantia da soberania e o reforço da cooperação internacional. (PARPA II, 2006, p. 2)

Compõem o PARPA II três *pilares*: governação, capital humano e desenvolvimento económico. “O pilar da governação tem em vista tornar o aparelho de Estado num incentivador do desenvolvimento do capital humano e da economia”. Por outro lado, este Plano prevê que o “pilar do capital humano dá continuidade aos planos de desenvolvimento das capacidades de trabalho, técnicas e científicas, do bem-estar de saúde e sanitário, de acesso aos recursos básicos, em particular os alimentares, a água e saneamento adequado, e de redução da incidência de doenças que afetam os grupos mais vulneráveis da população, focalizando em particular no combate ao HIV/SIDA, a malária e a tuberculose.” Finalmente, o “pilar do desenvolvimento económico concentra-se nas condições básicas da persecução da atividade produtiva, como a melhoria das infra-estruturas que promovam a geração de riqueza e garantam a disponibilidade de recursos naturais, a redução dos entraves burocráticos, e o estabelecimento de legislação que

garanta os direitos dos cidadãos e incentive o aumento da produtividade, e inovação.” E acrescenta: “Também vai dar prioridade à articulação intersectorial para garantir o crescimento da produtividade na agricultura e dos sectores a ela ligados. As prioridades adicionais são o desenvolvimento do sistema bancário e financeiro para cumprirem com as funções de retenção da poupança e financiamento das operações produtivas, em particular das pequenas e médias empresas.” (PARPA II, 2006, p. 2-3)

O PARPA II enfatiza que o elemento comum aos três pilares “é a construção da Nação Moçambicana, consolidando a unidade nacional, desenvolvendo o potencial humano de cada cidadão e um sistema institucional funcional, fazendo também crescer a capacidade de criar riqueza nacional.” (PARPA II, 2006, p.3)

Para tal coloca como “condição fundamental” da “formação da Nação” o investimento em infra-estruturas básicas de comunicação, que liguem o país de forma eficiente norte a sul e entre zonas rurais e urbanas, e uma circulação de pessoas e bens: estradas e pontes, basicamente. O PARPA II não vê ainda na industrialização a via desenvolvimentista. Talvez por ser um plano de curto prazo.

O PARPA enfatiza o papel da administração, o papel providencial do Estado: “A coordenação multisectorial entre as diferentes instituições do Estado, organizações da Sociedade Civil, incluindo o empresariado nacional, e outros parceiros de desenvolvimento é a pedra de toque que assegura o desenvolvimento harmonioso e sustentável do país.” (PARPA II, 2006, p. 3)

Depois da recuperação da capacidade produtiva nos sectores da agricultura, construção e em alguns serviços, a tendência do crescimento económico dependerá cada vez mais do aumento da produtividade e da capacidade de criação, retenção e aplicação produtiva interna. Estes dois fatores constituem um enorme desafio para o período que se segue.” (PARPA II, 2006, p. 3,4)

O crescimento da produtividade é o outro elemento de ligação e de foco entre os três pilares. O pilar da governação contribuirá para alcançar este objetivo através da melhoria da qualidade dos serviços, das análises, das políticas, monitoria e sua capacidade de efetuar reajustamentos. Este

papel do Estado deverá ser assegurado pela qualidade política e de liderança bem como técnica dos seus quadros. Os efeitos benéficos sobre a economia far-se-ão sentir através do combate ao burocratismo, do incremento de investimento de qualidade e estratégico em infra-estruturas e de estímulo ao crescimento do sector privado. O investimento na educação e nos serviços de saúde e sanitários “deverão ser orientados para tornar os cidadãos numa força produtiva mais efetiva, gozando de um nível superior de bem-estar”.

O PARPA II observa: “A pobreza persiste em todo o país e é severa. Não existe nenhuma região sem número significativo de pessoas pobres, seja qual for a medida usada.” Por outro lado, a desigualdade do género constitui um obstáculo para o crescimento. “Nos agregados familiares onde a mulher é discriminada tendem a ser mais pobres”. Nesta circunstância a incidência da pobreza é de 62,5% comparativamente a 51,9% para agregados chefiados por homens: “o baixo nível de educação, a viuvez e as altas taxas de dependência, e os baixos níveis de rendimentos para as necessidades da família” explicam este panorama da desigualdade, mesmo entre os mais pobres.

A população feminina concentra-se majoritariamente nas zonas rurais onde se emprega no setor de subsistência. Os níveis de escolaridade, muito mais baixos que os dos homens, explica este afastamento do setor produtivo formal. As mulheres representam 3% da força de trabalho na área de construção e 4% na área de transportes. O número é significativo quanto à sua participação do governo: 25% e no parlamento quase 50%. Porém, a sua participação no setor familiar é expressiva, apesar da carga das tarefas domésticas.

O mapa da desigualdade recobre o velho dilema das assimetrias entre as regiões sul, centro e norte do país. Os níveis de alfabetização e as taxas educacionais são maiores no sul do que no centro e no norte. Os que vivem no centro e no norte também têm mais dificuldades em aceder aos serviços de saúde e têm piores condições sanitárias, as mais altas taxas de mortalidade infantil e materna, altos níveis de mal nutrição e taxas baixas de vacinação. Os serviços de transportes e o acesso aos mercados é mais deficitário no centro e no norte do que no sul. O centro e o norte concentram, porém, a maioria da população de Moçambique.

Este quadro orienta, de algum modo, a elaboração do PARPA II, que elege, na sua visão, “o objectivo de construção de uma Nação Moçambicana próspera” e vê o Estado como possibilidade de promover o crescimento através do “aumento da produtividade”. Talvez você possa introduzir uma crítica. A atuação do estado nessas áreas se faz necessária. Mas precisa estar ligada à decisão de desenvolver capacidade gerencial e de mercado junto a iniciativa privada. Aprendam com os países em desenvolvimento que pagaram um alto preço por acreditarem só no Estado.

Aqui está a gênese e o fundamento do PARPA:

O sucesso do alcance da paz, da transição para um regime de democracia e de economia de mercado, criou oportunidade para Moçambique receber financiamento em donativos e créditos bonificados da Comunidade Internacional. O compromisso explícito do Governo foi estabelecer um plano de acção para a redução da pobreza em 2001-2005. Esta consistiu em dar prioridade ao desenvolvimento do capital humano, de práticas de boa governação, assegurando a estabilidade macro-económica, investindo em infra-estruturas básicas e contribuindo para o desenvolvimento da agricultura e da economia rural (PARPA II, 2006, p. 30)

Para além da dependência, um dos eixos da nossa análise, o que este documento revela é uma aposta na extraordinária capacidade de gerir, no curto prazo, os fluxos que alimentam a economia moçambicana.

Em consequência, o PARPA II define os objectivos adicionais de melhorar a monitoria do desenvolvimento económico, exercer um papel mais activo de regulação da actividade privada e dos mecanismos da concorrência, e continuar a dar espaço para parcerias com o sector privado na criação de um ambiente propício para os negócios. (PARPA II, 2006, p.30)

Ainda que, sem lhe definir grandes possibilidade de desenvolvimento, o Estado vê na emergência de empresários e empreendimentos nacionais uma importante contribuição para a sua via desenvolvimentista.

Através de ligações macro e micro económicas, o Estado vai estabelecer facilidades de modo que o sector privado cumpra a sua função de dinamizar o sector real e financeiro da economia, não só das grandes empresas, mas principalmente das pequenas e médias unidades produtivas agrícolas, rurais, agro-industriais e de outros sectores económicos. (PARPA II, 2006, p.30-31)

A OCDE considera, em recente “*working paper*”²⁷ que Moçambique conseguiu uma impressionante expansão da sua economia nos anos posteriores à guerra civil. O documento de 2007 refere que nos últimos cinco anos, o país cresceu acima da média africana. Em 2006, a economia tinha expandido 7.9%, tendo como suporte investimentos na indústria extrativa, uma época favorável de colheitas e continuada reabilitação de infra-estruturas.

A dívida do país, em dezembro de 2005, era de 4.7 bilhões de dólares, tendo crescido 7% em relação a 2004, 54.5% desta dívida advém dos créditos multilaterais (Clube de Paris). A Multilateral Debt Relief Initiative (MDRI) promoveu o cancelamento de 1.6 bilhões de dólares (1.3 através do Banco Mundial). O governo japonês cancelou toda a dívida de 60 milhões de dólares. Portugal anunciou a 2 de Julho de 2008 o cancelamento total da dívida moçambicana. O serviço da dívida, em 2005, atingia 24 milhões ano, tendo decrescido para 21 milhões de dólares ano.

O governo acaba de criar as RDZ (*Rapid Development Zones*) para atrair investimentos e promover o crescimento da economia, na província de Niassa, no distrito portuário de Nacala, na Ilha de Moçambique (patrimônio cultural mundial), na ilha do Ibo e no Vale do Zambeze. Mas falta uma estrutura complementar e de acompanhamento capaz de transformar ideias excelentes em oportunidades efetivas.

A *Doing Business*, do Banco Mundial, classificava, em 2005, Moçambique como um dos países onde prevaleciam certos e graves problemas para o desenvolvimento de negócios, entre os quais o *corporate governance*, o sistema judicial ineficiente para dirimir conflitos e disputas comerciais, incapaz de garantir a defesa a propriedade privada, para além da proliferação de

²⁷ *African Economic Outlook*, 2007

produtos contrafeitos na rua, destruindo a legitimidade dos produtores e a cobrança de taxas. Esta situação prevalece.

O governo concretizou a reversão da Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB), passando a controlar 85% da empresa. Esta empresa (HCB) é estratégica. Ainda no setor de energia, fundamental para o desenvolvimento, foi assinado um *Memorando de entendimento* com o Banco de Importação e Exportação da China, de 2.3 bilhões de dólares, para investimento em Mpanda Nkua, no Rio Zambeze, que deverá ser concretizado em 2011.

A construção da Ponte do Zambeze, um investimento de 14.4 milhões de dólares, inaugurada em 2009 e a entrada da multinacional sul-africana Grindrod, no Porto de Maputo, com um investimento de 25 milhões de dólares na capacitação da terminal de carvão da Matola, para além da DP World, ou ainda os múltiplos projetos advindos dos países emergentes (Brasil, Índia, assim como a própria África do Sul, hegemônica e dominadora, como acima se referiu) são a expressão do interesse e da oportunidade que significa o mercado e a economia moçambicanas. Como transformar estas oportunidades em projetos sustentáveis e indutores do desenvolvimento? Moçambique vai fazer deste momento em que um certo fluxo do capital internacional passa por si, dada a sua situação estratégica no comércio internacional, como via de passagem ou *backbone system* do acesso marítimo dos países do *hinterland* ou continuará atrasado e desigual não obstante os números que mostram uma expansão expressiva da sua economia?

A INTEGRAÇÃO IMPERFEITA

A mundialização mudou tudo, dizem-nos: a soberania dos Estados diminuiu; a capacidade de resistência de cada um frente aos rigores do mercado desapareceu; nossa aptidão em desenvolver uma autonomia cultural foi virtualmente reduzida a nada; e a preservação de nossas identidades está comprometida.

Immanuel Wallerstein

Origens e problemas da mundialização financeira

François Chesnais em *A Mundialização do Capital* entendia este processo sobretudo como a “teoria da formação e da expansão do grande grupo industrial transnacional”, como aliás o próprio haveria de reconhecer na apresentação à edição brasileira de “*A Finança Mundializada – gênese, custos e riscos*”, obra subsequente. O autor francês anui que haveria de superar esta abordagem, “primeiro observando que o capital-dinheiro, concentrado nas mãos de grandes bancos e de fundos de pensão, estava provavelmente em vias de estabelecer sua ascendência sobre o capital industrial e, em seguida, sugerindo que o desafio intelectual mais decisivo seria sem dúvida compreender o movimento de acumulação como um todo, assim como os novos espaços da polarização da riqueza em certos pólos do sistema mundial e de miséria em tantos outros” (Chesnais, 2005, p. 18)

Chesnais considera então que o movimento geral do capitalismo mundial (ou regime de acumulação, como sublinha) repousa sobre um agravamento brutal da relação salarial, obtido pela liberalização dos investimentos e do comércio exterior. “Mas suas tendências essenciais” – esclarece - “são comandadas, cada vez mais claramente, pelas operações e opções de um capital financeiro mais concentrado e centralizado que em nenhum outro período precedente do capitalismo.”

A pedra angular dessa construção é a esfera financeira. É aí que foi colocada, através da liberalização e da desregulamentação, nas mãos do capital que se valoriza pelo viés das aplicações financeiras em bônus ou ações, ou pelos empréstimos, um poder como ele não tinha mais desde os anos 20. Esse novo regime de acumulação emergiu a partir dos anos 80, sobre a base de políticas de liberalização e de desregulamentação procedentes da “revolução conservadora” nos Estados Unidos e no Reino Unido. Sua eclosão reforçou o lugar central dos Estados Unidos no momento em que muitos analistas anunciavam seu enfraquecimento. Os Estados Unidos são a sede principal do capitalismo que se valoriza sob a forma dinheiro. (Chesnais, 1999, p.7-8)

Este regime de acumulação e não de crescimento não é globalizado no sentido de que envolve o conjunto da economia mundial. Este regime é “uma ‘produção’ dos países capitalistas avançados”, no sentido de que ela, no seu funcionamento, exige um grau elevado de desregulamentação, de liberalização não só da finança, como também do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e das trocas comerciais, o que promove não só uma efetiva hierarquização, entre os hegemônicos, como os países da tríade e os periféricos, os países em desenvolvimento, ou aqueles que ainda não saíram do ciclo atávico da pobreza. A mundialização é também, e por isso, um movimento de exclusão, e isso será uma das linhas da nossa análise, dado que está provado de que a inserção de países subdesenvolvidos, como os africanos no geral, ou Moçambique, em particular, aconteceu através da dívida. Por outras palavras, parafraseando Wallerstein, na obra supracitada, o nosso percurso tentou escrutinar este “período de transformação” em que vivemos.

Foi a abertura interna e externa que possibilitou que sistemas anteriormente fechados e compartimentados estivessem na origem de um “espaço financeiro mundial”. Não obstante, os sistemas nacionais não foram rasurados, eles foram, na maioria dos casos, integrados de forma “imperfeita” ou “incompleta”, num quadro extremamente hierarquizado, no qual sobressai a relação de dominação exercida, por exemplo, pela hegemônica economia americana – ou num panorama mais geral pelos países da tríade, nomeadamente EUA, União Europeia e Japão. Por outro lado, “o desenvolvimento desigual” não desapareceu entre os países. Antes pelo contrário. A liberalização e a desregulamentação cavaram ainda mais o fosso, principalmente entre os

países mais ricos e desenvolvidos e aqueles que estão dominados pelo atavismo do atraso e da pobreza. Mesmo no interior destes, também se assistiu a um agravamento do fosso entre aqueles que são ricos e os que permanecem amarrados à chaga da miséria e da desigualdade.

Tendo sido inserido no quadro do "engajamento construtivo" e tendo aderido entusiasticamente aos ditames do Banco Mundial e do FMI, que promoveram o receituário da liberalização, lançando privatizações, liberalizando e desregulamentando, e por via disso tendo o país acedido ao capital internacional, quer vindo da "indústria da ajuda", como aquele que é captada dos investimentos privados, muitos dos quais avultadíssimos, como é o caso dos propalados mega-projectos, cabe perguntar, quando se fala do crescimento, a quem tem beneficiado isso em Moçambique: à maioria dos despretegidos, dos despreviligiados, dos expoliados? Ou a uma minoria que pertence à "burocracia estatal" e por via desse poder e desse domínio consegue o acesso aos recursos e a uma rápida e extraordinária acumulação?

Três dimensões estruturam, na ótica de Chesnais, a ascensão do setor financeiro. A primeira dimensão radica na autonomização da esfera financeira em relação à esfera produtiva. A segunda dimensão recobre o "fetichismo" (Marx e Keynes já o haviam assinalado) das formas por que se valoriza o capital de natureza financeira. A terceira dimensão remete-nos para a idéia de que são os operadores que "delimitam os traços da mundialização e que decidem quais os agentes econômicos, de quais países e para quais tipos de transição, que participarão desta" (Chesnais, 1999, p. 13)

Importa, neste quadro, analisar, nas diversas perspectivas, com vários pontos de vista, "os encadeamentos entre uma diversidade de fatores – punções da finança sobre investimento público e privado, 'redução do Estado', mobilidade internacional do capital" que nos tem conduzido a um debate sobre conseqüências não só ao nível do crescimento, como relativamente ao próprio desemprego. Para além das suas características, que se expressam na extrema volatilidade do capital, intentamos um percurso de discussão das suas conseqüências em economias tão diferenciadas, como a da tríade, países latino-americanos ou do Sudeste Asiáticos, cujas crises, advindas depois do "milagre econômico" anunciado pela Nova Economia, como um dos avatares do neoliberalismo, despoletou as crises sistêmicas que se conhecem.

No fundo, é a radiografia da crise que aqui se procura estabelecer, nas suas várias vertentes. O papel hegemônico da economia americana, neste quadro, é inquestionável, mas a nossa análise centra-se, num primeiro momento, num conjunto mais amplo, pois que este movimento teve o seu extraordinário desenvolvimento, nos anos 80, nos chamados países da tríade, num contexto de aliança estratégica entre Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, que alicerçam as bases do neoliberalismo através das suas estratégias de liberalização e desregulamentação da economia, que atingiram o seu apogeu, por assim dizer, nos anos 90, vede o caso americano que viveu autênticos anos doirados.

Por que razão este debate é importante para Moçambique? O país não esteve imune à onda neoliberal, nem sequer escapou aos tentáculos do Banco Mundial e do FMI. Por isso, é importante perceber, por um lado, a via da globalização financeira e os seus efeitos, quase sempre nefastos, e o percurso da ideologia neoliberal, de que se vestiram os cristãos-novos moçambicanos. Estes movimentos e os seus avatares tiveram grande influência e determinaram o rumo do país. Hoje, Moçambique lambe agradecido as feridas deste tempo. Conseguiu sair da aporia que se colocara nos anos 80 no meio da profunda crise que o abalara? Ou aumentou o círculo vicioso e não tem como aceder a um ciclo virtuoso? Por outro lado, perguntar-nos-emos: as privatizações, que são consequência da política neoliberal criaram valor ou destruíram o pouco valor que o Estado tinha? Quem beneficiou com este movimento?

A privatização dos CFM ocorreu claramente neste quadro. Ela constou de um programa do Banco Mundial, que o impôs claramente, mas que, como demonstramos, encontrou condições férteis para o fazer. Samora Machel avisara quando falava do feiticeiro. Uma nova classe social floresceu com a intensificação do ajustamento estrutural. Foi a classe burocrática do Estado. E para esta classe a privatização foi benéfica. João Mosca denuncia:

Pelo que se ouve e observa, alguns dos endinheirados são personalidades que desempenharam ou desempenham altas responsabilidades no Estado ou no sistema bancário estatizado. Ou figuras públicas que aproveitaram oportunidades durante o ajustamento estrutural, para a obtenção de património vendidos politicamente baratos. Ou de oportunidades de "boleia parasitária" na obtenção de rendas pela via de parcerias económicas fictícias. Ou tecnocratas que

desempenharam funções politizadas com remunerações superiores em mais de 200 vezes o salário mínimo. Ou de comerciantes com pequenas lojas milagrosas. Uma promiscuidade entre a política e os negócios, entre a causa pública e a privada e mesmo pessoal. (Mosca, 2009, p. 62)

A “volúpia” neoliberal

O nascimento do neoliberalismo ocorre no tempo ulterior à II Guerra Mundial, na Europa e na América do Norte, onde avultava o capitalismo. O texto fundador, em termos teóricos e políticos, é *O Caminho da Servidão*, escrito em 1944 por Friedrich Hayek.

Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. (Anderson, 2008, p.9)

Perry Anderson, em seu artigo “Balanço do neoliberalismo”, assinala que o alvo imediato de Hayek, ao editar esta obra, era o Partido Trabalhista na Inglaterra, em véspera de eleições em 1945, que acabaria por vencer. Segundo Anderson “a mensagem de Hayek é drástica”: “Apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão humana”.

Foi no contexto da construção das bases do Estado de bem-estar, na Europa do pós-guerra, que Hayek haveria de mobilizar um conjunto de inimigos do Estado de bem-estar e do *New Deal* americano para um encontro célebre em Mont Pèlerin, na Suíça, onde haveria de se constituir numa Sociedade, cujo propósito imediato “era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro”(Anderson, 2008, p. 10)

O argumento essencial de Hayek e de seus companheiros radicava na idéia de que o Estado de bem-estar promovia o igualitarismo e destruía a liberdade dos cidadãos e, por conseguinte, a vitalidade da concorrência. Isto desafia um consenso que avultava na época, claramente. Para eles, a desigualdade era um valor positivo e mais do que isso necessário no âmbito ocidental.

O capitalismo vivia um período de grande expansão pós-guerra, com um crescimento fortíssimo nos países da tríade (América do Norte, Europa e Japão) e experienciava-se por assim dizer o consenso keynesiano dos anos subsequentes à Grande Depressão nos anos 30, nos Estados Unidos.

Por mais de 20 esta hipótese permaneceu como teoria dado que o Estado de bem-estar ocorria num contexto de crescimento jamais visto nos países de sistema capitalista. A primeira grande crise do modelo, no pós-guerra, iria ocorrer na década de 70, quando em 1973 os países do mundo capitalista se atolaram numa longa e profunda recessão, ocorrendo, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação – a estagflação. Digamos que aí os argumentos e as idéias neoliberais ganharam pleno terreno.

As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizados no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. (Anderson, 2008, p. 10)

A intervenção anticíclica (Keynes) e a redistribuição social (Beveridge) teriam desvirtuado o curso da acumulação e do livre mercado, impunha-se o retorno do crescimento, com a estabilidade monetária, onde para além da disciplina orçamentária haveria uma clara restrição ou contenção dos gastos do Estado de bem-estar.

Este programa só encontrou eco uma década depois, justamente no final dos anos 70, com a ascensão ao poder, em 1979, de Margaret Thatcher, na Inglaterra, que foi pioneira, em todo o mundo ocidental e capitalista, em prosseguir uma política e uma prática neoliberal. Em 1980, um depois, Ronald Reagan ascende à presidência americana. Na Alemanha, em 1982, Helmut Kohl ganha ao social-liberal Helmut Schmidt, enquanto que na Dinamarca, Schulter, em 1983, põe em causa o Estado de bem-estar social escandinavo. Outros países, na mesma época, vêm os partidos de direita ascender ao poder, na Europa Ocidental, à exceção da Suécia e Áustria. Assistimos, por conseguinte, à direitização do poder e das políticas na Europa e na América.

Por outro lado, cabe lembrar que no centro do neoliberalismo estava o seu visceral combate ao comunismo, ao Império do Mal, “a servidão humana mais completa”, segundo Hayek, sendo que os anos 80 iriam consagrar o triunfo sem contraste da ideologia neoliberal nos países onde predominava o chamado capitalismo avançado.

O que fizeram, na prática, os governos neoliberais deste período? O modelo inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro. Os governos de Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia -, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado. (Anderson, 2008, p.12)

Nos Estados Unidos não existia, por conseguinte, um Estado de bem-estar social como aquele que era comum na Europa, por isso o neoliberalismo americano foi relativamente diferente. Porém, ao nível da política interna, assiste-se à redução de impostos a favor dos ricos, a elevação das taxas de juros e ao aplastar de uma greve. A despeito, Reagan não respeitou a disciplina orçamentária e envolveu-se numa corrida armamentista sem precedentes à época e com conseqüências ao nível de elevadíssimos gastos militares, que estão na origem de um *déficit* público, até então, inédito na América.

No sul da Europa, porém irão chegar ao poder, nos anos 80, governos de Esquerda, que se irão apresentar, desde a França (Mitterrand) à Portugal (Soares), passando por Espanha (Gonzalez) e Grécia (Papandreou) ou mesmo Itália (Craxi), “como uma alternativa progressista, baseada em movimentos operários ou populares”.

O projeto de implantar políticas que tivessem em conta a realização da deflação e redistribuição, pleno emprego e proteção social, no sul, como acontecera com a social-democracia implantada

no norte da Europa no pós-guerra, se defrontou com sérios reveses. Diremos, inclusive, que fracassou em alguns países, que se viram na contingência de seguir políticas mais próximas da “ortodoxia neoliberal”, que impunha, entre outros aspectos, a estabilidade macroeconômica e a disciplina orçamentária, concessões fiscais aos que detém capital para além do claro abandono do pleno emprego. Isto aliado ao fato de que o desemprego em Espanha ou França era mais alto, ao tempo, que na Inglaterra mais conservado e francamente neoliberal.

Assistimos à emergência do neoliberalismo como ideologia dominante. Digamos que a sua aplicação não ocorre apenas nos países onde os governos são claramente de direita. Nos países onde impera a social-democracia, o neoliberalismo é adotado e praticado sem reboços. Existem exceções, como a Suécia e Áustria nos anos 80 ou mesmo o Japão, fora do quadro da pressão da onda neoliberal.

A grande inflação dos anos 70 foi detida e aí podemos afirmar, com Perry Anderson, que este objetivo do neoliberalismo foi exitoso. O mesmo aconteceu com a deflação, que era a condição para a recuperação dos lucros, onde o neoliberalismo obteve êxito. Estes objetivos foram conseguidos sob grandes e graves custos sociais, derrota dos sindicatos e diminuição drástica de greves e queda dramática dos salários. O que está na origem de outras vitórias do neoliberalismo, o desemprego, cujo crescimento é visto como natural numa economia de livre mercado. Finalmente, sublinharíamos a desigualdade como outro êxito do neoliberalismo.

A recuperação dos lucros não originou o incremento dos investimentos. Anderson tem uma explicação para o fato. Para ele

essencialmente, pode-se dizer, porque a desregulamentação financeira, que foi um elemento tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva. Durante os anos 80 aconteceu uma verdadeira explosão dos mercados de câmbio internacionais, cujas transações, puramente monetárias, acabaram por diminuir o comércio mundial de mercadorias reais. O peso de operações puramente parasitárias teve um incremento vertiginoso nestes anos. Por outro lado – e este foi, digamos, o fracasso do neoliberalismo -, o peso do Estado de bem-estar não diminuiu muito, apesar de todas as medidas tomadas para conter gastos sociais. (Anderson, 2008, p. 16)

O aparente paradoxo tem uma explicação: o aumento dos gastos sociais com o desemprego e o incremento demográfico dos aposentados na população em geral que está na origem dos custos elevados do Estado com pensões.

Perry Anderson assinala outro paradoxo que ocorre nos anos 90 com a crise da recessão que está na origem de uma dívida pública brutal de países como Inglaterra e Estados Unidos, onde o endividamento das famílias e das empresas atingiu níveis nunca antes vistos desde a II Guerra Mundial, tornando sombrios os índices econômicos dos países da OCDE.

Seria de esperar que, perante um quadro tão perturbador e de crise, o neoliberalismo como ideologia e como solução recuasse, contudo assistimos, na Europa ocidental e não só, que este ganha fôlego e novo alento, sendo que em países como a Suécia, por exemplo, em 1991, uma união frente de direita derrota a social-democracia, na Itália, em França, e Espanha, chegam ao poder partidos de direita. Na Alemanha permanece. Isto nos anos 90.

Por outro lado, a queda do muro de Berlim e do sistema comunista soviético e dos seus satélites no Leste, estão na origem do novo alento do neoliberalismo. O colapso comunista permite que a Europa e os Estados Unidos vençam a Guerra Fria, influenciando os novos regimes do Leste a seguir políticas neoliberais, ao arrepio do consenso keynesiano e do Estado de bem-estar. Isto na Rússia, na República Checa, na Polónia, entre outros países, onde emergem líderes pós-comunistas.

Estas lideranças políticas preconizam e realizam privatizações muito mais amplas e rápidas do que haviam sido feitas no Ocidente. Para sanear suas economias, aceitam quedas de produção infinitamente mais drásticas do que haviam sido aceitas no Ocidente. E promovem graus de desigualdade – sobretudo de empobrecimento de maior parte da população – muito mais brutais do que tínhamos visto nos países do Ocidente. (Anderson, 2008, p.18)

Até porque, acrescentemos, estes países tinham uma base econômica muito mais frágil que a dos países ocidentais nos finais do anos 70, princípios de 80, quando as idéias de Hayek triunfam e o neoliberalismo toma forma.

Não há neoliberais mais intransigentes no mundo do que os “reformadores” do Leste. (Anderson, 2008, p.18)

Um artigo de Vaclav Klaus para o *The Economist* expressa muito bem esta afirmação de Anderson. O então primeiro-ministro da República Tcheca foi incisivo:

O sistema social da Europa ocidental está demasiadamente amarrado por regras e pelo controle social excessivo. O Estado de bem-estar, com todas as suas transferências de pagamentos generosos desligados de critérios, de esforços ou de méritos, destrói a moralidade básica do trabalho e o sentido de responsabilidade individual. Há excessiva proteção e burocracia. Deve-se dizer que a revolução thatcheriana, ou seja, anti-keynesiana ou liberal, parou – numa avaliação positiva – no meio do caminho na Europa ocidental e é preciso completá-la. (Klaus *apud* Anderson, 2008, p. 18)

A volúpia neoliberal atacou também os países da América Latina, da Ásia e da África, embora muito tardiamente. No caso da América Latina, existe o caso exemplar e pioneiro do Chile, que foi na verdade um laboratório das práticas neoliberais durante a ditadura de Pinochet, mais tarde a Bolívia haveria de seguir os ditames do preceituário neoliberal, sendo aí, também, uma experiência muito anterior aos surtos da Argentina, México e Peru. Na Ásia ou mesmo em África, tal como na América Latina, muitas vezes por imposição do Consenso de Washington adoção do neoliberalismo parece transfigurar um movimento imparável.

Tudo que podemos dizer é que este é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como jamais o capitalismo havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. Eis algo muito mais parecido ao movimento comunista de ontem do que ao neoliberalismo eclético e destemido do século passado. (Anderson, 2008, p. 22)

Banco Mundial e FMI: "ortodoxia dominante"

A “ortodoxia neoliberal” não produzia evidências que superassem o mito que ela criou de si própria. Os seus resultados econômicos são mais do que discutíveis. Contudo, não é desprezível a capacidade e a hegemônica imposição da ideia e da ideologia neoliberal e a sua conseqüente expressão política na agenda mundial a partir dos anos 80. Também os resultados, designadamente nos países em desenvolvimento, ou naqueles que estavam atolados na crise da dívida e não só, conseguiam cumprir as suas obrigações contraídas na volúpia dos petrodólares em plena efervescência dos euromercados:

Um de seus resultados foi o radical enfraquecimento do Estado, cada vez mais submetido aos interesses das classes dominantes e renunciando a graus importantes de soberania nacional diante da superpotência imperial, a grande burguesia transnacionalizada e suas “instituições” guardiãs: o FMI, o Banco Mundial e o regime econômico que gira em torno da supremacia do dólar. (Borón, 2008, p. 78)

Assim, estes países, da América Latina, designadamente, mas também, ou, sobretudo, de África, atolados na sua cíclica e labiríntica crise são incapazes de produzir capacidade de se desamarrarem da sua condição. Acresce a isso o fato de o discurso e a prática “incriminatória” que consigna o Estado à ineficiência, corrupção, desperdício, em oposição a uma ideia sublimada da “iniciativa privada” como lugar da eficiência, da probidade e da austeridade.

Estas imagens dicotômicas do “público” e do “privado” não resistem à menor análise, ainda que seja pelo fato elementar de que a outra cara da corrupção e da ineficiência do “estatismo” é o empresário privado que corrompe o funcionário estatal. Em todo caso, o amálgama da crise estrutural do Estado com o discurso satanizador do setor público diminuiu a capacidade deste para formular e executar políticas. A burguesia, que, no passado apoiou sua acumulação privada na gestão estatal e nas políticas keynesianas, hoje se desdobra para amputar ao Estado todas suas capacidades regulatórias. Sua estratégia de dominação – articulada nos diferentes cenários nacionais com a das frações hegemônicas do capital imperialista – foi facilitada pelo fenomenal retrocesso experimentado pelo movimento operário em escala planetária. Essa situação precipitou uma ofensiva sem precedentes destinada a desviar o caminho iniciado com a Grande Depressão

de 1929, deslocando o centro de gravidade da relação Estado-mercado em direção deste último: daí a onda de desregulamentações, liberalizações, aberturas indiscriminadas dos mercados e as privatizações mediante as quais os capitalistas se apropriaram das empresas estatais e dos serviços públicos mais rentáveis. (Borón, 2008, p.78-79)

Esta penetrante crítica, no contexto latino-americano em muito serve a nossa análise necessariamente crítica da situação em África em geral e no caso particular Moçambique, objeto direto de nosso estudo. No entanto, vale ainda anotar o que Atilio Borón afirma:

Como resultado de tudo isto, os capitalistas locais e seus sócios metropolitanos obtiveram várias vantagens: primeiro, reforçaram de maneira considerável seu predomínio econômico, reduzindo drasticamente o controle público dos recursos nacionais e facilitando a atuação do setor privado. Segundo, algo muito importante para o grande capital financeiro internacional e do qual se fala muito pouco: garantiram (pelo menos até agora) o pagamento da dívida externa, destinado para esse efeito recursos e propriedades de caráter público antes “intocáveis”; terceiro, modificaram a seu favor, e de maneira decisiva, a correlação de forças entre o mercado e o Estado, condicionando desse modo os graus de liberdade que pudesse ter algum futuro governo animado por uma vocação reformista e transformadora. (Borón, 2008, p. 79)

Por conseguinte, a “ortodoxia dominante” do neoliberalismo aconselha à diminuição do papel do Estado, num movimento que implica a liquidação de empresas do setor estatal para ceder lugar ao setor privado. A privatização dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique e de outras empresas do Estado, igualmente relevantes, enquadra-se nesta ideologia, indubitavelmente. Muitos dos governos, seguidistas das políticas do FMI e do Banco Mundial assumiram, por assim dizer, “o dogmatismo de convertidos”, sendo no seu afã, não raro, “mais papistas que o papa”. A conversão de uma ideologia assumidamente dogmática e acriticamente comunista conduziu a uma crença inapelável dos avatares neoliberais, o que está na origem da onda privatizante e desmanteladora do sector produtivo do Estado, num contexto em que se procurou, pura e simplesmente, desmantelar o que ainda resistia em Moçambique. Aliás, o destino próximo da empresa Portos e Caminhos de Ferro era o seu desmantelamento puro e duro. Acontece que esse intento, não assumido, foi entretanto obviado. A “destruição” ou a “morte” do Estado, está longe de atingir os resultados propalados. Reduzido em muitos casos o *déficit* público, mas à

custa de um Estado que se viu impedido de realizar os serviços públicos mais elementares, afinal a sua natureza primordial.

Toda esta insensatez foi justificada por uma ideologia cruamente “privatista” que, incentivada pelos tecnocratas ligados às instituições financeiras internacionais, sustenta que tudo o que o Estado faz é mau, ineficiente e corrupto; e que tudo o que faz o setor privado é bom, eficiente e virtuoso. (Borón, 2008, p. 82)

Rui Fonseca, presidente da empresa CFM, em intervenção de balanço do ano de 2008, fez duras críticas à deriva neoliberal, no momento em que se viva o seu refluxo, aquando da crise financeira que entretanto deflagrara:

A actual crise demonstra quão erradas estavam as teorias propaladas por *Bretton Woods* e por outras grandes potências económicas internacionais que durante décadas levantaram a bandeira da ideologia de Milton Friedman, que assume que os mercados regulam-se a si próprios e que os governos são o problema e não a solução. Dizemos quão erradas estavam porque hoje é fundamental que os governos e suas instituições joguem um papel vital no superar desta crise de dimensões incalculáveis e altamente complexas.

É importante que o Banco Mundial e demais instituições de crédito internacionais assumam a necessidade de apoiarem os Governos e o sector público, para que estes possam também estimular o desenvolvimento do sector privado. Devemos, entretanto, enaltecer o apoio que os nossos parceiros de financiamento nos tem prestado, sem o qual não teríamos concretizado alguns dos nossos programas.

Os sectores público e privado, como referimos, precisam de apoios multifacetados dos governos e suas instituições através de mecanismos de natureza fiscal e orçamental que fomentem a criação de emprego numa economia como a nossa que é ainda frágil. Estejamos atentos porque não queremos desemprego no nosso sector e nos sectores com os quais interagimos. A prudência e a moderação sempre nortearam esta casa na aplicação eficiente de planos e programas definidos pelo nosso Governo. Daí a nossa importância como Empresa Pública. Aqueles que eram os apóstolos da desgraça e da destruição do sector ferro-portuário que façam ao menos uma reflexão honesta e isenta sobre os seus posicionamentos ao longo dos anos. (Fonseca, 2009, p. 3-4)

Quase sempre a anomia e a desorganização social foram o resultado de políticas e programas de ajuste estrutural. As modificações foram, *grosso modo*, regressivas. Onde se assistiu à polarização da riqueza de uns e a exacerbação da pobreza de muitos, de quase todos.

Outra das dificuldades com que tropeça a proposta neoliberal radica no fato de que mesmo nos casos “exitosos” de ajuste e estabilização de curto prazo, o crescimento econômico resultante produz um constante aumento da pobreza, da desigualdade e da exclusão social. Esses “custos sociais” do ajuste suscitam, no próprio seio do BM e do FMI, duas grandes perguntas que os mais lúcidos especialistas de ambas as instituições não deixam de se colocar: a) em primeiro lugar, acerca da sustentabilidade econômica do ajuste estrutural a médio prazo; b) de sua viabilidade política no marco do Estado democrático. (Borón, 2008, p. 100)

Os “custos sociais” de aplicação destas políticas são elevados.

Em outras palavras, com o catecismo do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional em suas mãos, nossos governos estão destruindo a educação e a saúde públicas, acentuando as desigualdades sociais, acrescentando a proporção de pobres estruturais e marginais de todo tipo que não pode ser “reconvertidos” e incorporados à economia moderna. (Borón, 2008, p. 100)

A característica dominante é de uma estrutura social frágil, dominada por um paupérrimo capital humano, incapaz de promover a inserção da economia destes países periféricos no centro dominante pela finança global. A afirmação de Borón é desconcertante a respeito:

Não é com uma mão-de-obra pauperizada, faminta, cada vez menos educada, carente de uma adequada atenção sanitária, mal vestida e pior alojada que nossos países poderão inserir-se na economia internacional. (Borón, 2008, p.84)

O “esvaziamento” do Estado, o contexto de instituições fracas, educação pobre e deficiente acesso à ciência, tecnologia e cultura, para além de serem empobrecedoras, podem estar na origem do “esvaziamento” da cidadania. Um perigo, por conseguinte, para a democracia.

Um regime democrático, que graças a políticas de “ajuste selvagem” empobrece a cada ano a um número cada vez maior de cidadãos, ou que transforma em letra morta a separação de poderes, ou que neutraliza por completo os débeis impulsos participativos desde a base, pode terminar cavando sua própria sepultura. (Borón, 2008, p. 85)

Como se vê há muito que o consenso keynesiano do pós Grande Depressão foi abandonado. O Estado de bem-estar entrou em crise, tanto no centro do Ocidente, como na periferia onde ele foi implementado de forma incompleta e imperfeita. Contudo, o neoliberalismo foi incapaz de dar resposta à esta crise. Não deu soluções, nem econômicas, nem políticas, muito menos sociais. Antes pelo contrário. Muitos dos países que seguiram o Consenso de Washington foram incapazes de superar a crise dos anos 80.

A meio século de distância parece oportuno avaliar o papel que o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional efetivamente desempenharam na economia mundial e, muito especialmente, nos capitalismos periféricos. Essas instituições cumpriram, e continuam fazendo em nossos dias, uma função eminentemente “disciplinadora” dentro da economia capitalista internacional. Seu poder de fato aumentou consideravelmente a partir da década de 80, quando as nações da periferia ou os elos mais fracos do mercado mundial sucumbiram diante do peso combinado da recessão e da crise da dívida. É por isto que a “capacidade disciplinadora” do BM e o FMI foi eficaz sobretudo na periferia: na América Latina e na África, muitíssimo menor do que na Ásia e completamente nula nas economias desenvolvidas. (Borón, 2008, p. 93)

Atílio Borón caracteriza de forma muito curiosa o papel destas instituições, fundadas em Bretton Woods, em 1944, no refluxo da II Guerra Mundial:

É interessante constatar como a crescente inadequação das instituições de Bretton Woods para regular o funcionamento do capitalismo contemporâneo os levou a aplicar uma política “foucaultiana” de “vigilância e castigo” sobre as economias mais fracas, enquanto exibem sua deplorável impotência para fazer frente aos grandes problemas da economia mundial e em particular aos efeitos enlouquecidos das descontroladas transações financeiras internacionais. (Borón, 2008, p. 94).

A incapacidade de produzir os resultados contidos nos intermináveis *policy papers* destas instituições é visível. Borón considera que não há, nos últimos duzentos anos, um único exemplo de um país que tenha saído do atraso ou do subdesenvolvimento seguindo o ditame das reformas neoliberais como aquelas que são recomendadas pelo BM ou FMI.

Por outro lado, tampouco podem seus ‘experts’ demonstrar, mais além de toda dúvida razoável, que os países que levam a cabo os programas de estabilização e de ajuste estrutural recomendados pelo BM e pelo FMI têm aberta a via do crescimento e do desenvolvimento econômicos, ainda que fosse a curto prazo. Em alguns casos – e por um certo tempo – pareceria que sim, mas há uma evidência estatística não menos persuasiva que sustenta o contrário. (Borón, 2008, p. 95-96)

A questão do desenvolvimento é, por esta e outras tantas razões, muito mais complexa do que a fórmula ou as fórmulas que são comumente aplicadas pelas instituições de Bretton Woods e muitas vezes cegamente seguidas pelos governos dos países periféricos em vias de desenvolvimento ou mesmo subdesenvolvidos. Muitas vezes ou quase sempre não basta a estabilização macroeconômica, a abertura da economia, a supressão do déficit público, ou a desregulamentação e as privatizações. O papel do Estado (demonstraram-no o Japão e os países do Sudeste asiático) equilibrado e capacitado tem um papel crucial ainda a desempenhar.

A crise da dívida

A criação, em 1958, da *offshore* na City de Londres, de um mercado interbancário de capitais líquidos em dólares, conhecidos como “mercado de eurodólares”, constituirá a primeira base importante de operação internacional do capital financeiro.

Muito antes do “choque do petróleo”, lucros não repatriados e também não reinvestidos na produção são depositados em eurodólares pelas firmas transnacionais norte-americanas. O afluxo de recursos não reinvestidos se acelera no início dos anos 70, à medida que o dinamismo da “idade de ouro” se esgota. Os governos foram obrigados a prolongar sua duração por meio de elevada criação de crédito. Combinando com a primeira reconstituição de uma acumulação de

capitais especulativos, isso explica por que a crise de 1974-75 foi marcada por uma primeira forma de *crush* financeiro da qual os bancos foram o epicentro. (Chesnais, 2005, p. 38)

O mercado dos eurodólares tem uma importância crucial na mundialização financeira, no período ulterior aos sistemas de Bretton Woods e à passagem a um regime de câmbio flexível. “O mercado de câmbio foi, assim, o primeiro a entrar na mundialização financeira contemporânea”, considera Chesnais. (2005, p. 44)

A etapa subsequente seria a “reciclagem dos petrodólares”, a partir de 1976,

isto é, das elevadas somas resultantes do aumento temporário do preço do petróleo, aplicadas em Londres pelos potentados do golfo Pérsico. Essa “reciclagem tomou a forma de empréstimo e de abertura de linhas de créditos dos bancos internacionais aos governos do Terceiro Mundo, sobretudo da América Latina. As bases das dívidas do Terceiro Mundo foram lançadas e, com elas, um mecanismo de transferência de recursos que possui a capacidade de se reproduzir no tempo. (Chesnais, 2005, p. 39)

Cria-se aqui o ciclo vicioso da dívida dos países do Terceiro Mundo, que aumentou dramaticamente, numa circunstância em que quase sempre os juros da dívida absorviam a fração do orçamento mais significativa, tornando o serviço da dívida impraticável. Muitos dos Estados conhecem assim mecanismos bastante perversos de dominação e serão, como veremos, alvos fáceis dos programas de ajuste, muitas vezes embarcando em circunstâncias bastante adversas no propalado neoliberalismo que vai dominar a ideologia da indústria da ajuda externa, praticada pelos organismos criados em Bretton Woods, responsáveis pela “regulação” do sistema econômico mundial, onde os países fracos são obrigados a cumprir programas drásticos, sob vigilância pretoriana, enquanto que os países ricos do Primeiro Mundo são a expressão inequívoca da liberalização. Refira-se que desregulamentação e liberalização, fora do contexto da Tríade, dos países em desenvolvimento ou do Terceiro Mundo, significará, sobretudo, políticas que conduzem à privatização das estatais para grupos privados que pertencem à geografia e à hegemonia do Norte.

As expressões “ditadura dos credores” e “tirania dos mercados” foram propostos para designar certas relações características da finança de mercado. Não se pode ter ditadura sem uma forma de golpe de Estado. Aquele que fez nascer a ditadura dos “credores” ou, mais precisamente, a do capital patrimonial contemporâneo com traços rentistas, remonta às medidas de liberação dos mercados de títulos da dívida pública e da alta do dólar e das taxas de juros norte-americanas tomadas em 1979-81. Foi nos países do Terceiro Mundo, incentivados a se aproveitar dos créditos aparentemente vantajosos associados à reciclagem dos petrodólares, que as conseqüências do “golpe de 1979” foram as mais dramáticas. A multiplicação por três, ou mesmo por quatro das taxas de juros, pelas quais as somas emprestadas deviam ser reembolsadas, precipitou a crise da dívida do Terceiro Mundo, cujo primeiro episódio foi a crise mexicana de 1982. Nos países chamados “em desenvolvimento” (PED) ou “de industrialização recente” (*new industrializes countries*, NIC), a dívida tornou-se uma força formidável que permitiu que se impusessem políticas ditas de ajuste estrutural e se iniciassem processos de desindustrialização em muitos deles. A dívida levou a uma forte crescimento da dominação econômica e política dos países capitalistas centrais sobre os da periferia. (Chesnais: 2005, p. 40)

Por seu turno, “a dívida do Terceiro Mundo”, no entender de Chesnais, “foi uma alavanca poderosa que permitiu impor as políticas enérgicas de ajuste estrutural, austeridade fiscal, liberalização e privatização.” (Chesnais, 2005, p. 67)

"O sacrifício do Terceiro Mundo"

Manuel Castells, no terceiro volume da sua monumental obra sobre a Era da Informação, intitulada *Fim do Milénio*, dedica-se a analisar, criticamente, a marginalização da África, no contexto do capitalismo informacional.

Desigualdade, polarização, pobreza, miséria, exclusão social são conceitos que balizam a análise de Castells. O autor considera desigualdade a apropriação diferenciada da riqueza (renda e bens) por indivíduos ou grupos que se relacionam entre si; polarização, o processo que extrema a desigualdade, que ocorre quando o topo e a base crescem mais rapidamente do que a faixa intermédia; a norma que define institucionalmente o nível de recursos abaixo dos quais não é possível sobreviver, pelo governo ou instituição competente, revela a pobreza; enquanto que

miséria, para o autor seria o que as estatísticas sociais denominam de “pobreza extrema”, ou seja o nível mais baixo da distribuição da renda/bens.

Castells opera com conceitos, como individualização do trabalho e superexploração, sendo o primeiro processo aquele que significa a contribuição da mão-de-obra no processo produtivo, e o segundo a indicação das relações que permitem, no âmbito trabalhista, que o capital retenha sistematicamente pagamento/alocação de recursos ou, segundo o autor, imponha condições rigorosas no trabalho a determinados trabalhadores, piores que as consideradas normais, num determinado tempo e espaço.

Exclusão social seria o processo através do qual indivíduos ou grupos são “sistematicamente impedidos do acesso a posições que lhes permitiriam uma existência autónoma dentro dos padrões sociais determinados por instituições e valores inseridos em um dado contexto”. Castells considera a exclusão social um processo e não uma condição.

Isto é um importante para contextualizar a situação africana, pois os processos de exclusão afetam não só as pessoas, mas também a territórios: “De modo que, sob determinadas condições, países, regiões, cidades e bairros inteiros são excluídos, relegando a tal exclusão a maioria ou a totalidade de suas populações” (Castells, p.99)

A polarização extremou a diferença entre África e o mundo desenvolvido. Mas a diferenciação também se verificou no interior do continente. Nestes termos, “a ascensão do capitalismo informacional global caracteriza-se, indubitavelmente, pelo desenvolvimento e subdesenvolvimento económico simultâneos, inclusão e exclusão social”, considera Castells.

O surgimento do capitalismo informacional/global no último quarto do século XX coincidiu com o colapso das economias africanas, a desintegração de muitos dos seus Estados e a dissolução da maioria de suas sociedades. Como consequência, fome, epidemias, violência, guerras civis, massacres, êxodo em massa e caos social e político constituem, neste final de milênio, traços característicos da terra que assistiu ao nascimento do fóssil Lucy, talvez o ancestral comum da humanidade. Sustento a ideia de que a causalidade social e estrutural está vinculada a essa coincidência história. (Castells, 2007, p. 107)

Nas últimas décadas do século XX, enquanto uma boa parte do mundo conhecia uma economia global e dinâmica, a África subsaariana via deteriorar-se a sua posição em termos de comércio, investimento, produção e consumo em relação a todas outras as demais zonas do globo. Entre 1980 e 1995, período dominado pelo neoliberalismo, o PIB *per capita* africano sofreu uma importante quebra. Mas há antecedentes: em 1950, África respondia por 3% das exportações mundiais; em 1990, no entanto, era apenas responsável por 1,1%. Em 1980, para África fluíam 3,1% do total das exportações mundiais; em 1995 este número estava no patamar de 1,5%. Por outro lado, as importações de produtos africanos sofreram uma redução de 3,7%, em 1980, para 1,4% em 1995.

Substancial também é o facto de que as exportações africanas mantiveram-se restritas a *commodities*.

Uma vez que os preços das *commodities* primárias têm sofrido sucessivas quedas desde meados da década de 70, a deterioração das relações comerciais, resultante da composição das exportações, causa enormes dificuldades ao crescimento da África dentro de um modelo económico voltado para o exterior. Com efeito, segundo Simon e e tal., as políticas de ajuste, inspiradas pelo FMI/Banco Mundial e destinadas a melhorar o desempenho das exportações, acabaram na verdade aumentando o grau de dependência de *commodities* primárias como algodão e cobre, o que minou os esforços de alguns países no sentido de diversificar suas economias para torná-las menos vulneráveis à depreciação a longo prazo dos preços das matérias-primas *vis-à-vis* bens e serviços de valor agregado mais alto. (Castells, 2007, p.109-110)

A crise africana coincide com a modernização da maior parte do mundo, onde ocorre uma renovação tecnológica e a industrialização voltada à exportação. Deste modo, “a sobrevivência da maioria das economias africanas acabou dependendo de ajuda internacional e empréstimos externos”.

Na década de 80 houve um ingresso maciço de empréstimos externos (a maioria proveniente de governos e instituições internacionais, ou avalizados por essas instituições) para salvar as economias africanas do colapso. Em consequência, a África se tornou a região mais endividada do mundo. (Castells, 2007, p.113)

Os credores do governo e as instituições internacionais, cientes da impossibilidade de a África saldarem essa dívida, e valendo-se da sua dependência financeira, impuseram políticas de ajuste estrutural, que extremaram essa fragilidade, submetendo governos à sua hegemonia, em troca do perdão parcial da dívida ou sua renegociação.

Os créditos comerciais cada vez mais escassos têm de ser substituídos em extensão crescente pela entrada de capital monetário procedente das grandes instituições internacionais (FMI, Banco Mundial, ONU), que dessa maneira se transformaram em “governos paralelos” e minam a soberania dos Estados devedores. Mas uma vez que elas estão sujeitas à mesma lei do dinheiro, tendo de insistir no pagamento de juros, na amortização, apertam também inexoravelmente os torniquetes e insistem em suas famosas condições (diminuição da regulamentação, privatização, redução das subvenções), e isto com o maior sangue-frio, uma vez que não precisam sofrer com as possíveis consequências. Essa parte deixam com os chefes dos governos locais, cuja função se aproxima dessa maneira cada vez mais do comando sobre um suicídio coletivo. (Kurz, 2004, p. 175-176)

Este diagnóstico cortante está inserido em *O Colapso da Modernização*, na qual Robert Kurz refuta a idéia de que o fim do estatismo seja a vitória do capitalismo e anuncia que ela representa, antes, o início da crise do capitalismo. Roberto Schwarz, no prefácio, considera esta obra “um livro audacioso” e confirma o diagnóstico de Schwarz: “A crise procede da periferia para o centro, ou seja, começou no Terceiro Mundo, foi aos países socialistas e já chegou a regiões e bairros inteiros nos países ricos”. Isto dito em 1992!

O FMI, o Banco Mundial e os demais credores ocidentais já levaram há muito tempo o Terceiro Mundo à desestabilização interna política e social. (Kurz, 2004, p.168)

Quando fala do “fracasso da modernização” e do “sacrifício do Terceiro Mundo”, Kurz faz uma “advertência fatídica”:

Revela-se assim que o Terceiro Mundo ou já fracassou em suas tentativas de modernização – e isto se aplica à maioria desses países, que desde o fim da descolonização partiram com tanta esperança – ou, no melhor caso, encontrou um status precário, no papel de países ascendentes,

que permanece exposto à espada de Dâmocles do mercado mundial e, mesmo assim, já não permite um desenvolvimento interno da sociedade inteira. Esse sacrifício do Terceiro Mundo constitui na verdade uma advertência fatídica para os países do ex-socialismo real, que ainda não compreenderam sua verdadeira situação porque estão olhando fixamente para o lado errado: para Ocidente, e dentro deste, por sua vez, exclusivamente para a atual vencedora no mercado mundial, a RFA, em vez de olhar para o Sul, onde se encontra seu verdadeiro futuro na sociedade mundial do mercado e do dinheiro. (Kurz, 2004, p. 165-166)

A inserção imperfeita

A ideia generalizada de que a globalização financeira promoveu a integração das economias periféricas, muitas delas sujeitas a programas de ajuste estrutural, como forma de captarem investimentos e maiores fluxos não corresponde à realidade, dado que, paradoxalmente, “o processo de mundialização financeira é uma dinâmica da qual a maioria dos países em desenvolvimento foi excluída”, como atestam Mamadou Câmara e Pierre Salama. Apoiando-se na experiência dos países emergentes, sobretudo os da América Latina, vão a ponto de considerar que “o ingresso de capitais estrangeiros acentua – contrariamente ao que sustentam as teses ortodoxas – a restrição externa e é portador de novos fatores de instabilidade ao crescimento econômico”.

A estrutura dos fluxos de capitais para os países em desenvolvimento evoluiu consideravelmente no período ulterior à Segunda Guerra Mundial, tendo em IDE (investimento direto estrangeiro) como em empréstimos bancários de origem privada.

O peso da dívida e a obrigação de seguir as políticas e as medidas do ajuste estrutural, a que eram obrigados pelo FMI e Banco Mundial, fizeram dos anos 80 uma “década perdida” para muitos dos países emergentes. Seria, porém, na década de 90 para 2000 que investimentos diretos e investimentos de carteira irão avolumar o fluxo essencialmente privado.

A inserção perversa da África, para além de ter produzido um fardo insuportável da dívida, traz conseqüências muito complexas no seu crescimento adiado, sendo que os recursos que são imprescindíveis para o desenvolvimento são alocados para o serviço da dívida. A Ásia aparece

como a região em desenvolvimento que beneficiou de financiamentos equilibrados, entre o endividamento e o fluxo de investimentos com empréstimos bancários, a América Latina, seria, por seu turno, até aos anos 80, beneficiária mais de investimentos diretos do que de novos empréstimos bancários. Porém, África atraiu mais investimentos em carteira do que IDE, mesmo assim em níveis muito fracos. Na década de 90, África mostra-se mais inserida pelo endividamento do que pelo IDE. Os números são eloquentes: US\$ 12,4 bilhões contra US\$ 8,7 bilhões de IDE e US\$ 5,5 bilhões de investimento em carteira.

Refira-se ainda que são os países industrializados que captam e dominam os fluxos mundiais de IDE, tanto na sua origem como no destino. Contudo, nota-se nos países em desenvolvimento maior concentração de IDE, sobretudo na América Latina e no Sudeste Asiático (mais a China), que captam cerca de 80% do total dos investimentos em IDE destinados aos países em desenvolvimento. A participação da África é praticamente marginal, nos anos 90, não superando os 5%. Por outro lado, os desequilíbrios também são internos ao continente. A África do Sul e a Nigéria, por exemplo, representavam, entre os anos 1990 e 2001, cerca de 70% do total dos fluxos de ingresso do IDE em África.

O caráter muito concentrado dos IDE destinados à região da África, sua relativa insignificância (menos de 5% dos fluxos mundiais) e sua destinação de mais de 50% para os países produtores de petróleo levaram a relativizar seus impactos sobre o crescimento, o emprego, a diversificação das exportações e a transferência de tecnologias. O caráter rentista dos investimentos estrangeiros destinados à África, sobretudo na parte subsaariana, é destacada em trabalhos específicos. Esses autores mostram que existe uma forte correlação entre o fluxo de capitais estrangeiros e a elevação das taxas de juro reais nos anos 90. Isto significaria que a entrada dos capitais estrangeiros exige um contexto macroeconômico desfavorável ao investimento local. Pode-se, então, avançar a hipótese de uma relação de substituição entre o capital estrangeiro e o capital doméstico, mais do que de complementaridade, o que anula a ideia defendida por muitos economistas de que o IDE, nos países em desenvolvimento, seria uma fonte de acumulação e um veículo de transferência de tecnologia. (Camara; Salama, 2005, p. 209)

Deste modo, estando atento à diferenciação, em relação aos investimentos diretos e investimentos de carteira, África aparece indubitavelmente como a região do mundo onde

predominantemente se insere pela dívida, enquanto que a América Latina atrai mais investimentos de carteira, sendo que, por sua vez, a Ásia capta mais os investimentos diretos.

A distribuição dos IDE, que representam mais ou menos dois terços dos capitais destinados ao todo dos países em desenvolvimento, traduz fortes desigualdades. Estas desigualdades tendem a excluir fortemente o continente africano e mesmo no interior da mesma promove desigualdade entre os produtores de petróleo. Dir-se-ia o mesmo dos grandes mercados, onde avultam os exemplos do Brasil, do México e da China. A mundialização financeira se afunila a favor de uma vintena de países e em detrimento de uma imensa maioria de excluídos, muitos dos quais em dificuldades para se desfazerem do fado da dívida.

Mamadou Camara e Pierre Salama, em seu artigo “*A inserção diferenciada – com efeitos paradoxais – dos países em desenvolvimento na mundialização financeira*”, concluem esta crítica à inserção na finança mundializada de forma muito clarividente, não só parafraseando Keynes, como acentuando os aspectos contraditórios e perversos deste movimento que produz uma inserção excludente e diferenciada e nos coloca perante verdadeiros paradoxos; isto, claro, no contexto dos países em desenvolvimento.

A lógica financeira introduzida pelo funcionamento da economia sob o modo de cassino tende, então, a imprimir grande instabilidade na atividade econômica. Ela obriga os governos a tomar medidas que têm por efeito desacelerar o crescimento, seja para prevenir crises financeiras, seja – e os dois aspectos estão ligados – para fazer frente aos efeitos das crises. A lógica financeira dos modos de inserção pela finança na economia-mundo dá ao crescimento um perfil de “montanha russa”. Em suma, está-se diante um tipo de crescimento que repousa sobre “o fio da navalha”. (Camara e Salama, 2005, p.221)

Moçambique: o paradoxo dos números

Neste debate, os números de Moçambique não deixam de ser inquietantes, quando se faz o balanço da sua "inserção". É claro que o país tem beneficiado de crescimento desde que findou a guerra: o PIB per capita cresce à volta dos sete por cento nos últimos anos, sendo agora de 360 dólares. Refira-se que nos anos 80 o PIB per capita chegou a 80 dólares, o mais baixo do Mundo.

A inflação anda perto dos dois dígitos. 20% do BIP é o volume do investimento, verificando-se um *boom* na construção de infra-estruturas. O câmbio dólar/metical foi estabilizado. Os défices públicos e externos controlados e a taxa de cobertura da balança comercial é de cerca de 90% - um bom indicador.

Estes indicadores dão conta de um país considerado modelo. Porém, persistem as desigualdades sociais, ou até se agravam. Em 177 países, Moçambique está em 172 lugar do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), em 179 países ocupa o lugar 111 em termos de corrupção, a taxa de juros é elevadíssima (à volta dos 20%), em 125 países, Moçambique é o 121 menos competitivo.

As cidades crescem e nelas floresce a pobreza urbana. As desigualdades sociais intensificam-se, quando medidas pelo índice de Gini (verifica-se 0,42 a nível do país e 0,45 em Maputo, a capital), com tendência para um agravamento, sobretudo nas zonas urbanas. A esperança de vida baixa, por obra da catástrofe do HIV Sida e de outras hecatombes naturais e humanas: 36 anos.

O país reduziu muito pouco a sua dependência externa. Importa mais do que exporta. Mais de metade dos gastos do Estado advém da ajuda externa. No âmbito das exportações, 60% são relativos ao alumínio, que provém de um mega-projecto (a MOZAL), 41% das importações são oriundas da África do Sul. A agricultura contribui muito pouco para a riqueza nacional, sendo apenas 22%, quando se tem uma população no campo superior a 60%. Para além do facto de o país ser altamente vulnerável às instabilidades climáticas, quer quando ocorrem cheias ou quando a seca avulta.

O economista moçambicano João Mosca²⁸ é corrosivo na análise:

O discurso oficial justifica, como o da semana passada do Banco de Moçambique, alguns indicadores baixos em consequência das calamidades de contextos internacionais desfavoráveis (menos mal que a guerra já não é referida). Algumas vozes ainda falam da colonização. Mas poucos são os que analisam os graves erros políticos e de política, a má governação, debilidades do Estado, as ineficiências e a corrupção. A debilidade do sector

²⁸ Em artigo publicado originalmente no semanário Savana n. 757, do dia 11 de Julho de 2008 e coligido na colectânea *Economicando* editada nos finais de 2009.

empresarial moçambicano. A importância de aspectos culturais no desenvolvimento. Que expectativas a maioria da população tem sobre o seu futuro e do país? Qual a mensagem política que transmite a ideia de um projecto nacional que mobilize e envolva todos os moçambicanos? A economia real vai mesmo bem? (Mosca, 2009, p. 46)

Estes números e o debate que eles levantam levam-nos para uma discussão empreendida por Magid Osman também em recente artigo, publicado no livro *Desafios para Moçambique, 2010*²⁹. Para Osman o défice moçambicano da balança de pagamentos representa 20% do PIB. As poupanças domésticas são negativas e têm um papel reduzido no financiamento do desenvolvimento, que, no caso depende, em muito da ajuda externa. Sendo as taxas de crescimento do PIB moçambicano elevadas resultam do investimento público e privado, que se situa entre os 20 a 25% e que é financiado, quase na totalidade, com recurso ao exterior. Os saldos das contas externas, coligidas no artigo, mostram, quando não consideram os grandes projectos, défices expressivos, que se matém desde a independência, segundo o autor, e cujos volumes são suportados pela ajuda externa:

A ajuda externa, como dissemos, serve não só para equilibrar as nossas contas externas mas também e sobretudo para financiar o investimento público. (Osman, 2009, p. 232)

Assim, o investimento público não existe sem ajuda externa, dado que o saldo entre as receitas próprias (excluindo pois claro os donativos) e as despesas correntes é algo insignificante. 46% do Orçamento de Estado provém da ajuda externa, "com tendência para agravar" (Osman, 2009, p. 232)

Se incluirmos nesta análise, os financiamentos externos para os projectos desenvolvidos no âmbito de empresas públicas, como a EDM, a nossa dependência é ainda maior. (Osman, 2009, p. 232)

²⁹ Editado pelo IESE, Instituto de Estudos Sociais e Económicos, dirigido por Carlos Nuno Castel-Branco, uma instituição que em muito poucos anos ganha expressão e relevância social em Moçambique.

Quanto a empréstimos internacionais, o autor refere ainda que os grandes projectos - MOZAL, SASOL, HCB³⁰ e outros são financiados, quase na sua totalidade, pela banca internacional, dado que os bancos nacionais não têm fundos próprios para financiar projectos de tal magnitude. Isso, por um lado. Por outro, quando se fala de poupanças nacionais, o cenário se repete:

A grande dependência da ajuda externa e do financiamento internacional em geral é uma consequência da exiguidade das poupanças nacionais que, como já dissemos, são negativas. (Osman, 2009, p. 232)

Estado dependente, não gera o mínimo para cobrir as despesas correntes, por conseguinte não tem poupanças capazes de aquilatar os investimentos públicos necessários, estando à mercê da agenda do FMI e do Banco Mundial e de outros parceiros, que financiam o Orçamento do Estado. A actividade económica não gera o suficiente para cobrir o défice: das 100 maiores empresas, que apresentavam um lucro líquido de 854 milhões de dólares, sendo que deste montante 592 milhões referiam-se a valores da MOZAL, que em nada contribuem para a poupança nacional, dado o regime fiscal de que beneficia e porque expatria os dividendos ou ainda porque são retidos em contas nos exterior, como aliás acontecia com a HCB antes da chamada reversão.

Se retirarmos ao total o conjunto de lucros de outras 15 empresas com os maiores lucros, tais como Millennium BIM (58 milhões), HCB (42 milhões), Cervejas de Moçambique e outras, então a diferença fica reduzida para apenas 20 milhões de USD, aproximadamente. Isto é, 84 das 100 maiores empresas de Moçambique têm lucros acumulados de cerca de 20 milhões de USD apenas. Obviamente que estes números reflectem apenas os lucros declarados e não os reais, mas de todo o modo, não é por aí que Moçambique vai conseguir financiar os projectos de desenvolvimento. (Osman, 2009, p. 233)

³⁰ Posição maioritária portuguesa adquirida pelo Governo moçambicano, avaliada em cerca de 700 milhões de euros, financiados por um consórcio internacional. Foi um acontecimento político nacional de grande relevância. O processo que desemboca com a campanha "HCB é nossa" daria, em si, um estudo sociológico interessante.

Isto sem falar da poupança via bancarização que sendo crescente não tem o significado exigido pela economia: nos próximos dois anos, segundo Magid Osman, os investimentos públicos necessitam de cerca de 5 bilhões de dólares para o seu financiamento. Ora, o máximo que se consegue da poupança via bancarização não ultrapassa os 500 milhões de dólares. Daí o autor inferir que a ajuda e as suas dinâmicas manter-se-ão nos próximos anos:

A redução da dependência em relação à ajuda externa, incluindo os empréstimos internacionais, é uma preocupação legítima, pois o grau de dependência do país dá à Comunidade Internacional uma influência desmedida nos assuntos internos deste.

Mas esta dependência é um facto, não será possível alterar significativamente este facto, mesmo que alguns megaprojectos, tais como os de carvão se materializem. Estes projectos levam alguns anos depois do início da produção para atingir a plena capacidade, pelo que só depois desse momento - o de produção óptima - se podem esperar poupanças significativas e, mesmo assim, só se o regime fiscal for favorável para o país, o que na actual conjuntura internacional será mais difícil para quase todos os projectos com excepção do petróleo, caso se venham a descobrir reservas comercialmente viáveis deste produto. (Osman, 2009, p. 235)

CONCLUSÃO

Mutwa va tlhavula laha wu nga tlhava kona

Extrai-se o pico por onde ele entrou

Ditado popular

Constituía o escopo do nosso trabalho a análise de três grandes concessões, por sinal as mais problemáticas, que evidenciaram claro conflito entre o CFM e os concessionários, designadamente o Porto de Maputo (no sul), a Linha da Machipanda e a Linha de Sena (no centro) e a Linha do Norte e o Porto de Nacala (no norte). Estas foram e são no presente factores de conflito. Enquanto princípio permanente o conflito, considerava Spencer, anima qualquer sociedade e estabelece entre esta e o seu ambiente um "equilíbrio precário".

Para além destas concessões, haviam no porto de Maputo sub-concessões, como STAM (sociedade que gere a terminal de açúcar), TCM (terminal de carvão da Matola) e MPT (terminal de frutas), MIPS (terminal de contentores), Terminal de Cabotagem de Maputo, SARL (TCM) e a STM, Sociedade de Terminais de Moçambique, que explora o terminal ferro-rodoviário de Maputo.

No centro referimos, por vezes, o caso de sucesso da Cornelder de Moçambique, concessionária do terminal de carga geral e do terminal de contentores, mas existe ainda a Cornelder de

Quelimane, que foi bem sucedida no início, mas que tem tido prejuízos dada a existência de taxas liberatórias que oneram a cabotagem nacional e não cobram taxas aos navios que fazem a costa moçambicana, mas são estrangeiros. Além destas Cornelder, parceria entre CFM e uma companhia holandesa, os Caminhos de Ferro de Moçambique participam, com 15% na estrutura accionista, na Beira Grain Terminal (BGT), terminal de cereais em fase de conclusão.

A norte, existe a parceria da CDN, o Corredor de Desenvolvimento de Nacala, que gere o porto e a linha férrea, de que participam o CFM e os investidores privados nacionais, sendo que a RDC e a Edlows Resources cedeu a sua posição ao grupo moçambicano Insitec. O CFM participa ainda da Central East Africa Railways, no Malawi, em associação com o parceiro da CDN, a Sociedade de Desenvolvimento do Corredor do Norte (SDCN). Estas duas entidades formaram o CEAR, a concessionária do antigo Malawi Railways e obtiveram do respectivo governo o contrato de concessão da linha férrea daquele país que liga à linha do norte em Moçambique, tendo o Porto de Nacala, de que é seu hinterland natural, como sua saída para o mar e para o comércio internacional.

A esta distância é possível concluir-se que as concessões impostas à empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique não foram, grosso modo, bem sucedidas. Esta complexa experiência de interação com o capital internacional, numa economia onde as dinâmicas sociais denunciam ainda as atávicas amarradas de uma recorrente dependência, não tem resultado nem sob o ponto de vista técnico, legal ou financeiro. O CFM afirma, inclusive, que estas "nem sempre" estão "alinhadas com os interesses do País e dos CFM e urge, portanto, reflectir profundamente sobre o assunto e adoptar medidas e mecanismos eficazes para a sua boa gestão."

A direcção da empresa considera que em "termos financeiros, à excepção das concessões dos terminais de carga geral e de contentores e propósitos múltiplos do Porto da Beira (à Cornelder de Moçambique) e do Porto de Quelimane (à Cornelder Quelimane), do Terminal de Contentores do Porto de Maputo (à MIPS), nenhuma outra concessão de sistemas ferroviários e/ou portuários está ainda a gerar retornos financeiros para o accionista CFM"

Esta situação é particularmente séria se se tiver em conta que, sob exploração do CFM, esses sistemas geravam lucros (designadamente os casos do sistema ferro- portuário do Norte e o sistema ferroviário do Centro). Estas concessões e, em particular, uma referente ao Malawi, mas na qual o CFM está envolvido juntamente com a SDCN, revelam (e têm vindo a revelar, em exercícios anteriores) uma situação muito grave. (CFM, 2010)

A empresa contabiliza dos prejuízos sucessivos das várias concessões, em especial aquelas que estiveram no centro da nossa análise, sendo que, no caso de Maputo, com a saída dos parceiros ingleses (Mersey Docks), portugueses (Liscont) e suecos (Skanska) e a entrada dos sul-africanos da Grindrod e da DP World, de Dubai, se ultrapassou a situação em que a concessionária, " recusava a pagar as rendas fixas devidas ao CFM e ao Estado moçambicano, em violação dos termos do contrato de concessão".

Em 10/04/2007 a dívida se situava acima de US\$ 14,4 milhões, sendo mais de US\$ 12,2 milhões ao CFM e mais de US\$ 2,1 milhões ao Tesouro do Estado (esses valores tinham já em conta os pagamentos parciais iniciados em 2007). Hoje, com a entrada dos novos sócios, DP World e a Grindrod, convidados pelos CFM a fazerem parte do projecto, com o qual se delineou um plano director para reversão deste cenário, esse impasse foi resolvido, passando a MPDC a cumprir pontualmente com o pagamento das rendas correntes e a amortizar a dívida do passado que actualmente (saldo em 08/03/2010) situa-se em cerca de US\$ 145 mil, sendo de US\$ 123 mil ao CFM e US\$ 21 mil ao Tesouro do Estado, o que representa uma amortização de cerca 99% da dívida em menos de 3 anos. (CFM, 2010)

Os resultados operacionais também se alteraram, significativamente, sendo que em 2009 se registou um lucro operacional acima dos 268 Milhões de MT, o que é explicado pelo aumento exponencial das vendas que, pela primeira vez na história, ultrapassaram a barreira de 1 Milhão de MT. Nos últimos 3 anos, as vendas cresceram, segundo o CFM, mais de 53%. Entretanto, na perspectiva, os elevados custos de financiamento, vão retardando a recuperação dos capitais próprios que são ainda negativos.

No norte alterou-se a estrutura accionista da sociedade, mas permanece para o CFM, o problema. Em 2009 a RDC e a Edlows Resouces saíram da sociedade vedendo as suas respectivas quotas para o Grupo Insitec, mantendo-se a NCI, detida pelo grupo Manica. O CFM mantém a crítica relativamente ao financiamento que se traduz num passivo para a empresa

A actual situação da CDN continua a caracterizar-se, no essencial, pelo seguinte:

- ❑ Uma clara falta de estrutura empresarial e de uma linha de comando, moderna, eficiente e eficaz, que defenda os interesses da sociedade.;
- ❑ Uma má situação financeira e que tende a agravar-se. Os prejuízos acumulados, o Prejuízo da CDN continua a aumentar ano após ano, sendo o de 2009, 25% superior ao do período homólogo anterior (cerca de US\$ 25,7 milhões), tendo aumentado o prejuízo acumulado para 707 milhões de MT, tornado os Fundos Próprios ainda mais negativos (em cerca de 660 milhões de MT). O que é também influenciado pelas dívidas de curto prazo ao CFM (US\$ 9.910.902,64, à data de 08/03/2010) e as de longo prazo ao BCI (dívida comprada à OPIC, que ascendem já a cerca de US\$ 18 milhões) que têm vindo a subir todos os meses.;
- ❑ Auditorias às contas dos anos 2001 a 2009 (9 anos) por concluir.
- ❑ A utilização dos fundos do financiamento da OPIC (o principal passivo de longo prazo da CDN, que foi comprada pelo BCI) foi feita sem planos e orçamentos aprovados, sem critérios rigorosos, sem respeito por vários aspectos da legislação cambial e sem que a sociedade e os seus órgãos sociais tenham qualquer palavra a respeito, não obstante às chamadas de atenção feitas pelo accionista CFM e constantes alertas sobre a matéria. O corolário é que se dispõe de dados que indiciam que pelo menos 13.5 milhões de dólares americanos (isto é, mais de 76% do valor total do financiamento) foram utilizados sem que ninguém saiba explicar devidamente sobre a aplicação dada aos mesmos. Recorde-se que o CFM sempre manifestou sérias reservas à contracção deste financiamento;
- ❑ A não apresentação pela CDN, dos certificados de seguros actualizados das infra-estruturas concedidas previstos nos contratos de concessão;
- ❑ Gravíssima falta de investimento e manutenção da Linha Férrea, em violação das obrigações do concessionário contratualmente estabelecidas no contrato de concessão. No estado em que a linha se encontra, não só parte desta linha poderá estar intransitável nos períodos de chuvas, como poderá originar graves acidentes ferroviários causando danos irreparáveis em pessoas e bens;

- ❑ Redução desmesurada da mão-de-obra afecta à ferrovia, contra todos os alertas do CFM, o que constitui uma das causas que originam o actual estado da via férrea;
- ❑ Contingências legais e fiscais diversas devidamente reflectidas no relatório de auditoria à gestão da Ernst & Young;

Pelo exposto atrás podemos verificar a situação calamitosa e danosa da CDN, causada pelos gestores responsáveis e que dia-a-dia se vai agravando com acumulação de prejuízos. Foi celebrado um contrato com a nova gestão que visa a revitalização deste corredor, mas ainda não se nota melhorias. Os CFM tem dado o seu contributo dentro do possível, tendo inclusive concluído um acordo com a Bakhresa para a construção de Cilos naquele ponto do país. (CFM, 2010)

O CFM considera ainda que

- Há que reter e avaliar as causas dos bons exemplos de concessões, nomeadamente os da Cornelder de Moçambique (Porto da Beira) e MIPS (terminal de contentores do Porto de Maputo);
- Em face das experiências do Porto de Maputo, de Nacala e da Linha férrea do Norte, urge:
 - (i) resolver definitivo da concessão do Corredor de Nacala, nos termos propostos;
 - (ii) se essa possibilidade não resultar, terminar com os contratos de concessão por justa causa; e
 - (iii) encontrar novos parceiros que garantam o respeito estrito dos princípios e critérios de selecção;
- Importa reafirmar o princípio de que, para salvaguarda dos interesses da economia do País, deve-se dar por concluído o processo de concessões das linhas férreas e portos ficando, assim, fora deste processo, o sistema ferroviário do sul e o Porto de Pemba. (CFM, 2010)

No centro retem-se o exemplar caso da Cornelder de Moçambique SARL, que tem a concessão para exploração dos terminais de carga geral e de contentores e propósitos múltiplos do Porto da Beira. Contudo, a experiência com a CCFB – Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira,

SARL, que é titular da concessão do sistema ferroviário da Beira (Linhas Férreas de Machipanda, de Sena, incluindo os ramais de Marromeu e Vila Nova da Fronteira – Malawi e a linha de Moatize, é problemática.

O projecto inicial previa a reabilitação integral da linha de Sena e a reparação da linha de Machipanda, em operação, e estava inicialmente orçada em US\$ 152 milhões, tendo passado para US\$ 225 milhões em 2009 "devido à subida dos custos de material".

Com a activa participação do Governo de Moçambique e do CFM, foi possível trazer, para este importante projecto, financiamentos da IDA (US\$ 104,5 Milhões) e da EIB (US\$ 46 Milhões).

Em termos de exploração das linhas, existem os seguintes problemas:

- A Linha de Machipanda não está a ser devidamente mantida e isso prejudica a circulação eficiente dos comboios. Com a crise do Zimbabwe, o tráfego nesta linha baixou de 0,85 MTPA, quando o CFM operava, para 0,35 MTPA actualmente;
- A CCFB já devia ter adquirido equipamento (locomotivas, vagões e carruagens) para servir o tráfego em oferta mas ainda não o fez;
- A gestão da CCFB, por acordo dos accionistas, estava entregue aos accionistas estrangeiros Rites e IRCON até final de Novembro de 2009. O seu desempenho foi insatisfatório e não criaram capacidade nos nacionais como era previsto. O CFM já se manifestou em fórum apropriado a sua completa insatisfação e a urgência para mudar a situação;
- Para garantir o eficiente e sustentável funcionamento do Sistema Ferroviário da Beira e, dessa forma, criar a necessária capacidade para responder às necessidades logísticas para os projectos de carvão de Moatize, a gestão da CCFB vai ter obrigatoriedade de mudar de forma drástica;
- A única vez que esta concessionária apresentou lucros, foi em 2006, tendo hoje acumulado um prejuízo acima de 120 Milhões de MT, o que torna a sua situação líquida negativa em mais de 157.560 MT (CFM, 2010)

Sucedeu que em finais de 2005, o CFM encerrou o processo de concessões das linhas férreas do sul (Linha Férrea de Ressano Garcia, Linha Férrea do Limpopo, Linha Férrea de Goba e a secção comum às 3 linhas da rede sul e zona de Manobras de Maputo; bem como as Oficinas Gerais (CFM-Sul) ou o Terminal de Alumínio da Matola. Os terminais de combustíveis (em todos os portos nacionais) e os terminais de graneis líquidos (em todos os portos nacionais), continuarão, à semelhança do terminal de cereais no Porto de Maputo e o Porto de Pemba, sob a gestão directa do CFM.

Isto não significa que tenha cessado o conflito, que se tenha chegado ao consenso sobre as privatizações empreendidas no interior da emblemática empresa moçambicana. Weber considerava o conflito, a luta, como "uma relação social na medida em que a atividade é orientada pela intenção de fazer triunfar sua própria vontade contra a resistência do ou dos parceiros". Esta luta não cessará jamais pois a vontade dos indivíduos que procuram impor-se através de elementos contrastantes faz parte da dinâmica das sociedades: "é impossível, de acordo com a experiência vivida até os dias de hoje, eliminar a luta na realidade", considerava Weber (1922).

Simmel, na esteira do interacionismo de Weber, levou esta ideia de conflito para o plano da associação, considerando que o conflito sendo uma das formas mais vivas de interação poderia ser realizado por um indivíduo: "O conflito tem como missão, por conseguinte, resolver esses dualismos divergentes; constitui uma maneira de reconstruir uma certa unidade, ainda que através da destruição completa de uma das partes em conflito" (Simmel, 1908 (1964): 13-14)

Por oposição ao conflito, encontramos a cooperação. Se no caso do conflito, as partes se mostram conscientes do seu litígio, denunciando essa intencionalidade dos protagonistas para compreender o seu envolvimento (Weber), no caso da cooperação se opera o surgimento "de uma verdadeira confiança que leve a soluções mais corretas para cada um dos parceiros; tanto nas relações internacionais como nas relações interpessoais" (Birnbaun, 1992; Deutsch, 1977; Taylor, 1987). "A cooperação constitui desse modo uma espécie de 'seguro' entre os parceiros. (Birnbaun, 1992).

O conflito que decorre das três concessões que analisamos também nos permitiram, por assim dizer, ver a questão da privatização dos portos e caminhos de ferro num plano mais amplo da sociedade moçambicana num determinado tempo, como se a capturássemos num dado momento

e dela extraíssemos uma fotografia. De uma realidade micro fizemos uma análise e um percurso macro, tendo presente o método de Burawoy de caso extenso. Essa foi a ferramenta metodológica que nos permitiu divisar a realidade sociológica moçambicana e as suas fissuras sociais e as suas tensões e as suas dinâmicas.

Confrontamo-nos, por conseguinte, com uma economia historicamente dependente, desde a sua "integração" no período pré-capitalista no domínio da economia colonial e subsequentemente a da África do Sul, que nos finais do século XIX ganhou um impulso com a indústria mineira, até ao seu percurso pós-independência, as sucessivas crises por que passou e passa. Nesse quadro, os Caminhos de Ferro desempenharam sempre um papel central. Como hoje ainda desempenham num tempo de capitalismo periférico e cronicamente dependente.

Avultam na nossa análise as dinâmicas suscitadas pela mundialização do capital e a volúpia neo-liberal que assaltou o Mundo nos finais dos anos 70, primórdios dos anos 80, na era Tchachter-Reagan. Consequentemente as fantasmagóricas ideias do FMI e do Banco Mundial que intentaram, em realidades absolutamente diversas e cuja complexidade muitas vezes elidiram, introduzir métodos e práticas desajustadas em nome do tão famoso quanto desastroso, muitas vezes ou quase sempre, ajustamento estrutural, com enormes e inultrapassáveis ônus sociais.

É evidente que tudo isto se plasmou numa realidade social concreta e estas demandas encontraram em Moçambique, como encontram em outros países, circunstâncias que lhes permitem a sua afirmação. Samora Machel, como citamos algures, tinha lembrado o ditado popular, na praça da Independência, num dos seus comícios inesquecíveis: "O feiticeiro não entra sozinho numa casa, alguém lhe abre a porta".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAMSSON, HANS; NILSSON, ANDERS (1994). Moçambique em Transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992. Maputo, Padrigu.

ABRAHAMSSON, HANS (2001). Aproveitando a Oportunidade: espaço de Manobra numa Ordem em Transformação. O Caso de Moçambique. Maputo. CEE-ISRI.Padrigu

AMIN, SAMIR (1975), Capitalismo Periférico e Comércio Internacional, Lisboa, Iniciativas Editoriais

ARON, RAYMOND (1994). As Etapas do Conhecimento Sociológico. Lisboa, Dom Quixote.

ANDERSON, PERRY (2008) "Balanço do neoliberalismo" in Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo, Paz e Terra.

BIELSCHOWSKY, RICARDO (2007). O Pensamento Económico Brasileiro. O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo. Rio de Janeiro, Contraponto

BOLAÑO, CÉSAR RICARDO SIQUEIRA (Org.) (1999). Globalização e Regionalização das Comunicações, São Paulo, Educ

BOND, PATRICK (2005). Elite Transition, Pietermaritzburg, University of Kwazulu-Natal Press.

BOND, PATRICK (2006). *Looting Africa*, Pietermaritzburg, University of Kwazulu-Natal Press.

BOND, PATRICK, DADA, REHANA e ERION, GRAHAN (2009). Climate Change, Carbon Trading and Civil Society. Negative returns on South African Investments. Pietermaritzburg, University of Kwazulu-Natal Press.

BORÓN, ATILIO; SADER, EMIR (org.) (2008). Pós-neoliberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático, São Paulo, Paz e Terra.

BOUDON, RAYMOND (1992). Tratado de Sociologia, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

BOURDIEU, PIERRE, CHAMBOREDON, JEAN-CLAUDE E PASSERON, JEAN-CLAUDE. (2007). Ofício de Sociólogo, Petrópolis, Editora Vozes.

BOURDIEU, PIERRE (Coord.) (2007), A Miséria dop Mundo, Petrópolis, Editora Vozes

BRAVERMAN, HARRY. Trabalho e Capital Monopolista – A Degradação do Trabalho no Século XX, Rio de Janeiro, LTC Editora

BRITO, LUIS et al. (org.) Desafios para Moçambique, 2010, Maputo, IESE

CASTEL-BRANCO, CARLOS NUNO (1994). Moçambique: perspectivas econômicas. Maputo UEM

CASTELLS, MANUEL (2008). A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura (vol.1), São Paulo, Paz e Terra.

CASTELLS, MANUEL (2008). O Poder da Identidade. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura (vol.2), São Paulo, Paz e Terra.

CASTELLS, MANUEL (2007). Fim de Milénio. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura (vol.3), São Paulo, Paz e Terra.

CARDOSO, FERNANDO HENRIQUE; FALETTO, ENZO (2004). Dependência e Desenvolvimento na América Latina – Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

CARDOSO, FERNANDO HENRIQUE (1993). *O Modelo Político Brasileiro*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil

CARRION, RAUL K.M. ;VIZENTINI, PAULO FAGUNDES (2000). *A Crise do Capitalismo Globalizado na Virada do Milénio*. Porto Alegre, Editora da Universidade.

CEA (1978). *O mineiro moçambicano*. Maputo, CEA.

CEA (1979). *O capital mercantil em Moçambique*. Centro dos Estudos Africanos.

CEA (1985). *A estrutura econômica no fim do período colonial*. Maputo. CEA

CFM (2004) Relatório do Mandato do Conselho de Administração 2001-2004. Maputo. Mimeo

CFM (2007). Relatório do Mandato do Conselho de Administração 2004-2006. Maputo. Mimeo.

CHESNAIS, FRANÇOIS (1996). *A Mundialização do Capital*, São Paulo, Xamã.

CHESNAIS, FRANÇOIS (Coord.) (1999). *A Mundialização Financeira – Génese, Custos e Riscos*, São Paulo, Xamã

CHESNAIS, FRANÇOIS (Coord.) (2005). *A Finança Mundializada*, São Paulo, Boitempo Editorial

CHESNAIS, FRANÇOIS ET AL, (2003) *Uma Nova Fase do Capitalismo?*, São Paulo, Xamã

COMITÉ DE CONSELHEIROS (2003). *AGENDA 2025, Visão e Estratégias da Nação*. Maputo.

COMISSÃO NACIONAL DO PLANO (vários anos). *Anuários Estatísticos*. Maputo., CNP

CONSELHO DE MINISTROS. (2006) *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 (PARPA II)*, Maputo.

COUTO, MIA (2009). *E se Obama fosse africano? e outras interinvenções*, Lisboa, Caminho.

DEVÉS-VALDÉS, EDUARDO. (2008). *O Pensamento Africano Sul-Saariano. Conexões e Paralelos com o pensamento Latino-Americano e o Asiático (um Esquema)*, Rio de Janeiro, Clacso Ediciones/Educam.

IANNI, OCTAVIO (2007). *Teorias da Globalização*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

FEDER, ERNST (1972). “The New World bank Programme for The Small Underdeveloped Economy in Transition”. In *Transition and development. Problems of Third World*, 28-53. Edição de Richard R. Fagen, Carmen Diana Deere e José Luís Caraggio. London, Monthly Reviw Press

FERNANDES, FLORESTAN (2008). *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, São Paulo, Global Editora.

FERNANDES, FLORESTAN (2008). *Mudanças sociais no Brasil*, São Paulo, Global Editora.

FRANK, ANDRÉ GUNDER (1969?). *Do Subdesenvolvimento Capitalista*, Lisboa, Edições 70.

FRANK, ANDRÉ GUNDER (1977). *Acumulação, Dependência e Subdesenvolvimento*, Lisboa, Iniciativas Editoriais

FRANK, ANDRÉ GUNDER (1976). *A Crise Económica Mundial e o Terceiro Mundo*, Lisboa, Iniciativas Editoriais

FRELIMO (1977). *Directivas Econômicas e Sociais do III Congresso*. Maputo, Frelimo.

FRELIMO (1984). *Directivas Econômicas e Sociais do IV Congresso*. Maputo, Frelimo.

HANLON, JOSEPH (1996). Paz sem benefício: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique. Maputo, Imprensa Universitária.

GREFRAY, CHRISTIAN (1991). *A causa das armas*. Porto, Afrontamento.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE (1987). *Strategy for Economic Rehabilitation, 1987-1990*. report prepared by the Government of Mozambique for the meeting of consultive group for Mozambique, Paris, July, 1987.

HANLON, JOSEPH E SMART, TERESA (2008). Há mais Bicicletas – Mas há Desenvolvimento? Maputo, Missanga Ideias & Projectos

HODGES, TONY; TIBANA, ROBERTO (2005). A Economia Política do Orçamento em Moçambique. Lisboa, Principia.

HORKHEIMER, MAX (1984). *Origens da Filosofia Burguesa da História*, Lisboa, Editorail Presença.

KRUGMAN, PAUL (2009). *O Regresso da Economia da Depressão e a Crise Actual*, Lisboa, Editorial Presença

KURZ, ROBERT (2004). *O Colapso da Modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo, Paz e Terra.

LANDES, DAVID (1999). *The wealth and poverty of nations; why some are so rich and some so poor*. New York, Norton.

LESSA, CARLOS (1998). *A Estratégia de Desenvolvimento 1974-1976. Sonho e Fracasso*. Unicamp.

LOPES, CARLOS (1997). *Compasso de Espera – O Fundamental e o Acessório na Crise Africana*, Porto, Afrontamento.

MACAMO, ELÍSIO (2008). *Planície sem fim*, Maputo, Ndjira.

MACHEL, SAMORA. (1983). *A luta contra o subdesenvolvimento*. Maputo, Partido Frelimo.

MACKINTOSH, MAUREN; WUYTS, MARC (1988). “Accumulation, social services and socialist transition in the Third World: Reflections on decentralized planning base on the Mozambique experience.” In *Markets Within Planning. Socialist Economic Planning in the Third World*, 50-74. Edição de Fitzgerald, E. V.K. e Wuyts, Marc. Londres. Frank Casse.

MANTEGA, GUIDO (1984). *A Economia Política Brasileira*. Vozes

MARQUES, MARIA MANUEL LEITÃO E MOREIRA, VITAL (2003), *A Mão Visível – Mercado e Regulação*, Lisboa, Almedina

MARX, KARL E ENGELS, FRIEDRICH (2007). *Manifesto Comunista*, São Paulo, Boitempo Editorial.

MATTEDI, MARCOS (2006). *Sociologia e Conhecimento. Introdução à abordagem sociológica do conhecimento*. Chapecó, Argos, editora universitária.

MAZULA, BRAZÃO (org) (2002) *MOÇAMBIQUE 10 ANOS DE PAZ (2002)*, vol. I, Maputo, Imprensa Universitária MAZULA, BRAZÃO (ORG.) (1995). *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*, Maputo.

MELLO, ALEX FIUZA DE (2000). *Capitalismo e Mundialização em Marx*, São Paulo, editora Perspectiva.

MELLOR, JOHN W. (1988). “*Food policy, food aid on structural adjustment programmes: the context of agricultural development.*” *Food Policy*, Vol.12, n. 1, 10-17.

MOYO, DAMBISA (2009). *Dead Aid. Why Aid is not Working and How There is Another Way for Africa.* Joanesburgo, Penguin.

MINAYO, MARIA CECÍLIA DE SOUZA (2004). *De Ferro e Flexíveis. Marcas do Estado empresário e da privatização na subjectividade operária.* Rio de Janeiro, Garamond.

MINISTÉRIO DO PLANO E FINANÇAS, UEM, INTERNATIONAL FOOD POLICY RESEARCH INSTITUTE (1998). *Pobreza em Moçambique: perfil, determinantes e implicações para as políticas.* Maputo, Direcção Nacional do Plano e Orçamento.

MONDLANE, EDUARDO. (1977). *Lutar por Moçambique.* Lisboa, Sá da Costa.

MOSCA, JOÃO (1994). “Programas de Ajuste Estructural: algunos aspectos teóricos y los principales temas de debate. *Revista de Fomento Social.*, n. 193, Volumen 49, 87-108. Córdoba, ETEA.

MOSCA, JOÃO (1999). *A experiência socialista em Moçambique (1975-1986).* Lisboa, Instituto Piaget

MOSCA, JOÃO (2009). *Economicando.* Maputo, Alcance Editores.

NEGRÃO, JOSÉ (2005), *Cem Anos de Economia da Família Rural Africana,* Maputo, Texto Editores

NEWITT, MALIN (1997). *História de Moçambique.* Lisboa, Europa-América.

NETO, BENEDITO RODRIGUES DE MORAES (1991). Marx, Taylor, Ford – As Forças Produtivas em Discussão, São Paulo, Editora Brasiliense

NGOENHA, SEVERINO ELIAS (1992), Por uma Dimensão Moçambicana da Cosciência Histórica, Porto, Edições Salesianas.

OLIVEIRA, FRANCISCO DE (2009). Crítica à Razão Dualista. São Paulo, Boitempo.

OSMAN, MAGID (1998). “As chances de uma economia virada para dentro”. In Paz e Crescimento Econômico: oportunidades para o desenvolvimento humano. Relatório do desenvolvimento Humano 1998. Maputo, UNDP.

OSMAN, MAGID (2009). “Financiar o Desenvolvimento”. In Desafios para Moçambique, Maputo, IESE.

QUIVY, RAYMOND E CAMPENHOUD, LUC VAN (1992). Manual de Investigação em Ciências Sociais, Lisboa, Gradiva.

RAMIREZ, ALEJANDRO; RANIS, GUSTAV; STWERT, FRANCES. (1998). “Economic growth and human development”, Queen Elizabeth House, Working Paper Number 18.

RANIS, GUSTAV; STWERT, FRANCES. (1999). “Strategies for success in human development”. First Global Forum on Human Development, 29-31 July 1999. New York, Human Development Report Office.

ROMÃO, ANTÓNIO; COSTA, CARLA G; REIS, MARIA DO CÉU; REIS, FIDEL C. (1998). Moçambique. Lisboa, Montepio Geral.

ROLIM, CÁSSIO, FRANCO, ANTÓNIO S., BOLNICK, BRUCE E ANDERSON, PER-AKE, (2002), A Economia Moçambicana Contemporânea (ensaios), Maputo, Gabinete de Estudos Ministério do Plano e Finanças

ROSÁRIO, LOURENÇO (2007). Singularidades II, Maputo, Texto Editores.

SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA e TRINDADE, JOÃO CARLOS (2003) (org.). Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique, Porto, Afrontamento.

SAÚTE, NELSON (1998). Os Habitantes da Memória. Praia-Mindelo, Centro Cultural Português.

SEN, AMARTYA (1999). “Keynote speech: a decade of human development”. First Global Forum on Human Development, 29-31 July 1999. New York, Human Development Report Office.

SERRA, ANTÓNIO M. DE ALMEIDA. (1993). *Moçambique: da independência à actualidade. Evolução econômica e social 1975-1990*. Lisboa, ISEG.

SERRA, CARLOS (Org.) (1998). Identidade, Moçambicanidade, Moçambicanização, Maputo, Livraria Universitária

SERRA, CARLOS (200) (org.). Conflito e Mestiçagem. Maputo, Livraria Universitária.

STIGLITZ, JOSEPH (2007). Globalização. Como dar certo. São Paulo, Companhia das Letras.

SIMMEL, GEORG (2006). Questões Fundamentais da Sociologia. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

SIMMEL, GEORG (2006). A Filosofia do Amor. São Paulo, Martins Fontes.

TIBANA, ROBERTO J. (1994). “*Mozambique commodity and policy shocks: terms of trade changes, the socialist “big-push”, and the response of the economy (1975-1986)*”, Centre for the Study of African Economies, Working Papers Series, 94.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE (1988). *História de Moçambique*. Maputo, UEM, Departamento de História.

WEBER, MAX. (2007). *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*, São Paulo, Companhia das Letras.

WEBER, MAX. (2000). *Economia e Sociedade*. Vol I. e Vol. II Brasília, UnB.

WEBER, MAX. (?). *Ciência e Política – duas vocações*, São Paulo, Cultrix.

Breves notas biográficas dos entrevistados pelo autor:

BHATT, SUBASCHANDRA

Economista. Desempenha actualmente o cargo de Consultor nos CFM, foi Director Nacional nos 80, quando a empresa estava adstrita ao Estado junto do Ministério dos Transportes e Comunicações.

CABAÇO, JOSÉ LUIS

Antropólogo, doutorado na USP, desempenhou os cargos de Ministro dos Transportes e Comunicações, no primeiro governo de Moçambique independente e, posteriormente, o de Ministro da Informação. Professor convidado em universidades africanas, europeias e brasileiras. É autor do livro Moçambique: *Identities, Colonialismo e Libertação*.

CASTEL-BRANCO, CARLOS NUNO

Economista, director do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) e professor na Universidade Eduardo Mondlane, doutorado em Economia pela Universidade de Londres, é autor de uma imensa obra, que se expressa em artigos para livros e intervenção na imprensa moçambicana.

COUTO, FERNANDO

Jurista, dirige a Manica, uma empresa que actua no ramo dos transportes marítimos. Tem larga experiência como gestor na área.

DANIEL, RICARDO

Actual director ferroviário nos CFM.

ELIAS, ALBERTO

Economista e assessor nos CFM. Foi director do porto de Maputo.

LUCAS, OSÓRIO

Jurista, é administrador nos CFM.

MESQUITA, ADELINO

Engenheiro, é administrador nos CFM.

OSMAN, MAGID

Economista, foi ministro das Finanças no período da transição entre a economia centralmente planificada para economia de mercado, em Moçambique, e responsável pela implementação do PRE, programa de reestruturação económica. Anteriormente, foi ministro dos Recursos Minerais. Criou e dirigiu o Banco BCI e actualmente é presidente do grupo Epsilon e do Banco Tchuma.

SOPA, ANTÓNIO

Historiador e pesquisador do Arquivo Histórico de Moçambique, com larga colaboração na imprensa e em livros científicos e culturais.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)